



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo

PAULA WERNECK VARGENS

**"Isso para nós é massagem": crianças e adolescentes nas ruas - limites,
fronteiras e possibilidades do direito à cidade**

São Gonçalo
2011

PAULA WERNECK VARGENS

"Isso para nós é massagem": crianças e adolescentes nas ruas - limites, fronteiras e possibilidades do direito à cidade

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Processos Formativos e Desigualdades Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eveline Algebaile

São Gonçalo

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

V297 Vargens, Paula Werneck.
TESE “Isso para nós é massagem”: crianças e adolescentes nas ruas –
limites, fronteiras e possibilidades do direito à cidade / Paula Werneck
Vargens. – 2011.
147 f.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Eveline Algebaile.
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Menores abandonados - Teses. 2. Assistência a menores. 3.
Menores - Políticas públicas. 4. Violência. I. Algebaile, Eveline. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de
Professores.

CDU 364-053.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

PAULA WERNECK VARGENS

"Isso para nós é massagem": crianças e adolescentes nas ruas - limites, fronteiras e possibilidades do direito à cidade

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Processos Formativos e Desigualdades Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 23 de maio de 2011.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eveline Algebaile
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Cesar Rodrigues Carrano
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dra. Regina Leite Garcia
Universidade Federal Fluminense

DEDICATÓRIA

À Naomi. A luz que guia a minha vida e rege meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à equipe do Se Essa Rua Fosse Minha, em especial à equipe do NEPaR Fabio Moraes, Marília Lopes, Jô Ventura e Mônica Alkmim. Sem eles essas reflexões não seriam possíveis. Agradeço o acolhimento na equipe e a possibilidade de trocas e construções coletivas.

A meus pais, José e Lia, e minha irmã Renata pelo o apoio de toda a vida e que me permitiram chegar até aqui, pelos ombros e incentivos em uma aposta permanente neste trabalho. Por me ajudarem a seguir no fluxo da vida, com coerência e respeito. Agradeço por sempre acreditarem e apostarem em mim e em meus sonhos.

Aos amigos com quem pude compartilhar estas reflexões e que contribuíram muito nas compreensões de todos esses fluxos da vida me orientando o caminhar, Roberto Marques, Elizabeth Serra e José Guilherme Gonzaga.

À família Buscapé, agradeço por mais essa vez na vida terem me dado a mão e me alimentado de sonhos. Meu tio Fernando, Sayonara, Fernandinha, Raul, Lorena e, em sua versão ampliada, Itana, tia Dadá e Rodrigo. A eles um agradecimento pelos eternos aprendizados da vida.

Aos amigos de outros caminhos que estão sempre ao meu lado, acreditando nas minhas divagações, com ouvidos abertos para essas e outras histórias, que molham a palavra e aquecem a alma. Natalia, Patricia, Felipe, Antônio, Juliana, Joana, Bruna, Maíra, Nanda, Aline Jô, Dadá, Meli, Simone, Lucca, Rô e tantos outros que somam na estrada.

À Eveline Algebaile, minha orientadora, por toda paciência com meus devaneios, loucuras, dúvidas e medos que vieram ao longo desse processo, por toda a orientação e cuidado.

Ao Claudio, quem nesse mar da vida tem criado portos para o encontro. Agradeço o apoio, as trocas, a orientação, a paciência, o carinho, o ouvido e o olhar. A aposta em mim, no trabalho e na vida. Agradeço a eterna busca de coerência que as ondas do mar tendem em afastar. A ele, um eterno carinho.

RESUMO

VARGENS, PAULA WERNECK. *"Isso para nós é massagem"*: crianças e adolescentes nas ruas - limites, fronteiras e possibilidades do direito à cidade. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

O trabalho aqui apresentado aborda a questão de meninos e meninas em situação de rua, os complexos processos que atuam na produção dessa ?situação?, bem como as políticas que os atingem mais diretamente. A investigação que constitui a base das discussões nele desenvolvidas foi principalmente ancorada no diálogo com esses meninos e meninas, na cidade do Rio de Janeiro, entendendo-se ser fundamental à compreensão da questão, bem como ao debate e formulação de políticas, esse encontro com suas formas de produzir conhecimentos e seus modos de estar no mundo. O diálogo também se deu por acreditarmos que a multiplicidade de histórias e sentidos, de tempos e espaços, na sua forma de estar na cidade, faz com que existam brechas onde são construídas alternativas e onde outras lógicas, que não a hegemônica, fazem-se presentes, fornecendo pistas sobre como se pensar a cidade, as políticas e a infância e adolescência pobres. Complementarmente ao trabalho de campo, foi desenvolvida uma pesquisa documental que viabilizassem o mapeamento de fatos e ações significativos para uma maior aproximação analítica da questão estudada. A busca por entender a violência estatal, sua relação com as práticas educativas e a lógica de políticas públicas, foi o que levou ao questionamento sobre o que pensam os meninos e meninas em situação de rua sobre sua forma de vida e as políticas que sobre eles recaem. Reafirmá-los no contexto da cidade foi um passo necessário para que pudéssemos repensar o sentido tanto de sua presença quanto das políticas. Reportamo-nos, para isto, dentre outras referências, às formulações tecidas no campo do pensamento descolonial, como as de Quijano (2005), Mignolo (2005), Dussel (2005), Fanon (2005), bem como sobre a criminalização da pobreza e a questão social no Brasil, como as de Malaguti (2007), Santos (2010) O trabalho se divide em três partes, envolvendo: um quadro sobre a situação de rua, em que se busca contextualizar a infância e a juventude pobres na sociedade atual, bem como discutir o porquê do estudo do espaço urbano na análise da situação de rua; a discussão sobre os modos como a racionalidade moderna-colonial contribui para a organização do espaço urbano e as implicações disto para as crianças e adolescentes em questão; e a discussão das políticas para a infância, adolescência e juventudes pobres, com ênfase nas políticas de segurança que, no quadro estudado, sobrepõem-se, com frequência, a políticas referidas a direitos.

Palavras-chave: Situação de rua, crianças e jovens pobres, direitos, pensamento descolonial, violência.

ABSTRACT

The work here developed is about the issue of boys and girls in street situation, the complex processes involved in the production of this "situation", as well as the policies that affect them most directly. The investigation that establishes the basis of the discussion involved in it was mainly anchored in the dialog with these boys and girls, in the city of Rio de Janeiro, for understanding being fundamental for the question comprehension as well as to the debate and the formulation of policies, this meeting with their ways of producing knowledge and being in the world. The dialog was also given for our believing that the multiplicity of stories and meanings, of times and spaces, in their way of being in the city, make exist gaps where alternatives are constructed and where others logics, that not the hegemonic one, are made present, giving clues on how to think the city, the policies and the poor childhood and adolescence. In addition to the field work, it was developed a documentary research that could make feasible the mapping of significative facts and actions for a greater analytical approach to the issue studied. The search for understanding the state violence, its relationship with educational practices and the logic of public policy, was what led me to question what boys and girls in street situation think about their ways of life and the policies that fall over them. Reaffirm them in the context of the city was a necessary step for that we could rethink about the meaning of both their presence and the policies. We have reported, for that, among other references, to the formulations elaborated in the field of decolonial thinking, like Quijano (2005), Mignolo (2005), Dussel (2005) and Fanon (2005), as well as those in poverty criminalization and the social question in Brazil, like Malaguti (2007) and Santos (2010). The work is divided into three parts, comprehending: a picture about the street situation, in with is searched to contextualize the poor childhood and youth in the actual society, as well as to discuss the why of the study of the urban space in the analysis of street situation; a discussion about the ways that the modern-colonial rationality contributes to the urban space organization and their implications to those children and adolescents in question; and the discussion of the poor childhood, adolescence and youth policies, with emphasis on security policies that, in the panel studied, overlaps, frequently, to policies reported to rights.

Keywords: Street situation, poor childhood, poor youth, rights, decolonial thinking, violence

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	8
1	POBREZA E SITUAÇÃO DE RUA	18
1.1	Da situação de rua	19
1.1.1	<u>Da especificidade da situação de rua</u>	33
1.2	Espaço urbano e situação de rua	38
1.3	Sobre o encontro com o pensamento descolonial	44
2	CRIANÇAS E ADOLESCENTES POBRES E A CIDADE	51
2.1	No meio da cidade, encontros	54
2.2	Da constituição das cidades e dos espaços	61
2.3	Da percepção de si e do outro no contexto da cidade: da questão racial, dos usos e do medo	71
2.3.1	<u>Entre o paraíso e as praças</u>	71
2.3.2	<u>Do medo e suas facetas</u>	73
2.3.3	<u>Questão racial e formas de dominação</u>	77
2.4	Do direito ao uso da cidade	83
3	POLÍTICAS E VIOLÊNCIAS	89
3.1	Estabelecendo a ordem ?natural? das coisas	92
3.2	Das políticas para a situação de rua	98
3.3	Em nome da segurança	104
3.3.1	<u>Ordem e conservação</u>	114
3.4	Direito e controle social	118
3.4.1	<u>Criminologia e controle</u>	121
3.5	Cidadania?	129
4	CONCLUSÃO OU FAZENDO PARTE SEM FAZER	134
	REFERÊNCIAS	143

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui desenvolvido aborda a questão de meninos e meninas em situação de rua, e os complexos processos que atuam na produção dessa “situação” tão difícil de apreender e definir, é também, portanto, sobre as políticas que os atingem mais diretamente. Busco estabelecer um diálogo com eles por entender ser fundamental esse encontro com suas formas de produzir conhecimentos, seus modos de estar no mundo para compreendermos suas demandas e necessidades, para pensarmos outras possibilidades de ações e políticas, bem como compreender o sentido e o significado das que estão postas. O diálogo também se dá por acreditar que a multiplicidade de histórias e sentidos, de tempos e espaços na cidade faz com que existam brechas onde são construídas alternativas, onde outras lógicas – que não a hegemônica – se fazem presentes, nos dando pistas sobre como se pensar a cidade, as políticas e a infância e adolescência pobres, incluindo as em situação de rua.

Assim, a centralidade do nosso olhar não está sobre a política formulada, escrita, deliberada pelo poder público. Também não centramos o olhar nos efeitos quantificados por estudos sócio-econômicos, como é a tradição do tipo de controle social exercido pela sociedade civil brasileira, embora partilhemos do entendimento da sua importância fundamental para o aprofundamento da democracia participativa. Diferentemente, buscamos entender como as políticas públicas se dão no cotidiano da vida daqueles mais afetados diretamente por elas: as crianças, adolescentes e jovens que estão nas ruas.

As questões aqui levantadas vem dos trabalhos dos quais participei com crianças e adolescentes em situação de rua ou de abrigo, na luta pela defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. As experiências na luta contra a forte violência do Estado – fosse no enfrentamento de práticas de abrigo que ainda retiravam crianças de suas famílias por serem pobres; fosse pela luta para garantir um devido processo legal a adolescentes autores de ato infracional; fosse na luta pelo direito de famílias de vítimas letais de violência do Estado; dentre outras – ao lado de experiências de trabalho direto com crianças e adolescentes para conquista do espaço de fala, de trocas e de construção coletiva vinham me mostrando cotidianamente como esses meninos e meninas sabem muito mais da vida, dos mecanismos de poder e das estratégias de sobrevivência do que imaginávamos em um primeiro momento, absorvidos na lógica hegemônica ou, mesmo, na nossa experiência de vida, insuficiente para dar conta da multiplicidade de aspectos, tensões, condições e sentimentos

constitutivos de uma forma de vida tão diversa e apartada da nossa.

Com base em uma formação atravessada por um viés de colonialidade (QUIJANO, 2005), tendemos a compreender esses meninos e meninas ou como vítimas a serem salvas, ou bandidos a serem punidos, destituindo-lhes a subjetividade e transformando-os em objetos a serem observados, estudados, avaliados e julgados sem estabelecer um diálogo, sem considerar o que sabem, pensam e desejam para suas vidas.

As ciências sociais, como parte da ciência moderna, são tradicionalmente marcadas pela fragmentação, especialização. Entretanto, a complexidade da vida transborda a tal racionalidade, incapaz de suprir as necessidades de explicação das relações sociais, dos processos de significação, dos sujeitos e suas relações com o mundo, de onde vem a busca de novos referenciais teórico-epistemológicos. No bojo desse movimento, começa a surgir uma crítica própria dos países entendidos como “atrasados”, que passam a fazer uma leitura a partir do Sul, repensando a sua inserção naquilo que Wallerstein identifica como sistema-mundo.

Pensar a partir do Sul, no sentido atribuído por Sousa Santos (2010), implica compreender que há uma especificidade das condições de produção do pensamento social fora do eixo euro-norte-americano. Pensar a partir do Sul implica questionar a neutralidade e a universalidade do pensamento científico tradicional e reconhecer as teorias produzidas desde seu contexto sócio-histórico e representantes de ideologias e interesses. Pensar a partir do Sul implica reconhecer que se produz pensamento aqui, não apenas reproduz, ou adapta-se o conhecimento produzido no “centro”. Pensar a partir do Sul implica mudar o ponto de donde se partem os olhares sobre a realidade e o modo de compreendê-la.

Afirmar que o modo precarizado como estamos inseridos no contexto internacional é fundamental para o próprio funcionamento do capital, como vem sendo posto, altera significativamente o pensar científico e permite questionar as visões tradicionais que explicam a situação dos adolescentes e jovens e falam de “soluções” para os “desvios”, sem os considerar parte de um mesmo sistema de estruturação da sociedade. Ao reconhecer a multiplicidade de formas de se produzir conhecimento – não apenas através de métodos científicos –, reconhecemos a existência de mais de uma verdade, “da verdade”. O objetivo das ciências desloca seu centro para contribuir em processos que fortaleçam movimentos em busca de uma outra sociedade.

O debate sobre as formas de pesquisa, os saberes subalternizados e as relações com aqueles até então considerados apenas os objetos da pesquisa, indaga a validade de uma

pesquisa *sobre* algum grupo, reconhece-se a inexistência da neutralidade do pesquisador e a complexidade daquele com quem se faz o estudo. São sujeitos, suas falas são carregadas de sentidos, signos, símbolos. Na realização de uma pesquisa comprometida com possibilidades de transformação um dos primeiros movimentos deve ser a tentativa de ruptura da relação de dominação implícita na construção da relação entre sujeito-objeto, por trazer em sua formulação a relação de dominação-dependência (como na relação entre professor-aluno, por exemplo). Assumir a pesquisa como relação entre sujeitos (sujeito-sujeito) favorece o reconhecimento dos saberes populares, bem como a construção de outras possibilidades epistemológicas, ideológicas, sociais e políticas (FALLS BORDA, 1987).

É nesse sentido que justificamos o estudo dos saberes populares produzidos no cotidiano, como partes integrantes do sistema social. A importância do contexto nas elaborações, entendendo o sujeito constituinte e constituidor do meio em que está inserido, nos leva para caminhos de pesquisa dialógicos. Por sua vez, a ruptura com a concepção de um tempo linear, único, como se a história fosse uma linha evolutiva única onde todos passam pelos mesmos pontos, existindo os “avançados” e os “atrasados”, nos oferece elementos para leituras para além do olhar sobre *a falta*, sobre o que não tem. Incluir o diálogo direto com a garotada e a pesquisa do cotidiano (articulada aos estudos subalternos e à perspectiva do pensamento descolonial) visa ampliar a perspectiva do direito para ação dessa sociedade civil e em tempo, buscar elementos que podem contribuir com práticas político-pedagógicas comprometidas com a sorte das crianças, adolescentes e jovens das classes populares dentro e fora da escola.

A aposta em um diálogo com meninos e meninas em situação de rua, portanto está implicada, neste trabalho, com a convicção da necessidade de recusa da perspectiva científica hegemônica que enfatiza a linearidade, a hierarquia entre sujeito e objeto, as interpretações evolutivas, e o pensamento binário para dialogar com os conhecimentos acumulados pelos grupos subalternizados. Nesse processo, a busca por um diálogo com a garotada é cotidiana e se mostra um exercício complexo de superação e ruptura com os modelos hegemônicos que tendem a considerados *outros* sem um conhecimento próprio. A partir desse encontro é possível pensar em políticas públicas fora da lógica criminalizante da pobreza, que recai, sobre os que se encontram em situação de rua nos parece ainda de modo mais contundente.

Os saberes das classes populares, como o de todos os demais grupos sociais são múltiplos e referendados em diferentes ideologias, sua complexidade traz “dialeticamente possibilidades de manutenção do *status quo* e de transformação, na medida em que podem ser

acríticos e reforçadores de mitos e dependência, mas podem também ser críticos e desmistificadores da ideologia dominante” (LEITE GARCIA e VALLA, p. 11). São pequenas brechas por onde transbordam possibilidades de estar no mundo, no entanto,

para trabalhar junto com os grupos populares há que se romper com a onipotência historicamente construída, assumindo o conteúdo de classe presente na relação entre intelectuais e 'não-intelectuais' e se abrir para o 'outro' numa relação de troca entre diferentes, que se encontram na luta comum contra o poder que obstaculiza, que proíbe, que invalida o discurso e o saber populares (idem, p. 12)

O reconhecimento e a valorização dos saberes dos grupos subalternizados nos impõem uma busca de paradigmas teórico-epistemológicos (QUIJANO, 2005, DUSSEL, 2005, MIGNOLO, 2003, FANON, 2005) alternativos ao hegemonicamente colocado, ou seja, paradigmas onde caibam a multiplicidade de saberes e culturas, sem negar os conteúdos de classe, as diferenças e reconhecendo nos silêncios, posturas, gestos são, juntamente com suas palavras, modos de nos dizer um pouco dos seus saberes, de apontar um pouco de suas estratégias de luta e sobrevivência.

A busca por outras epistemologias surge, então, com o reconhecimento dos saberes subalternizados e leva à necessidade de novas práticas metodológicas. Outras epistemes indicam possibilidades de diferentes leituras sobre o estar no mundo. A luta pelo poder adquire novo sentido, passando pela necessidade de rever a racionalidade do sistema-mundo moderno/colonial (Wallerstein, Quijano), ao reconhecer a dificuldade de se transformar a base de um sistema mundo servil à dominação (HOLLOWAY, 2003). O caminho metodológico parece ser assim baseado no diálogo e na busca outras concepções de saber, bem como outras metodologias de ensinar, de aprender e de pesquisar, no reconhecimento e na aposta em diversos modos de estar no mundo, diversas práticas educativas e de pesquisa.

Ao reconhecer os limites da ciência tradicional e seu caráter eurocentrado, desqualificador dos saberes e conhecimentos produzidos fora do “centro”, a perspectiva descolonial percebe a manutenção de fortes traços de colonialidade no modo de pensar, ser, estar na sociedade moderna e propõe uma descolonização. Mignolo (2003) fala da necessidade de realizarmos uma mudança no modo como olhamos o mundo, como pensamos e produzimos conhecimento, somando-se ao chamado de Boaventura de Sousa Santos de se pensar desde o sul, com o sul e para o sul. Inseridos na Modernidade fazemos parte dela desde o nosso lugar subalternizado e produzimos a partir deste lugar, de um modo próprio, para além da tradução, da reprodução, ou mesmo da resistência. Reconhecemos, assim, a capacidade de produção e de elaboração de saberes dos meninos e meninas pobres, em situação de rua.

Escrito nessa perspectiva, o caminho metodológico seguido envolveu pesquisa de campo fundada em atividades de acompanhamento e abordagem regular de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro, com vistas ao estabelecimento de um diálogo constante, mediado por metodologias que valorizassem seus saberes e a construção coletiva e dialógica como possibilidade de produção de conhecimentos que rompam com a subalternidade. O trabalho direto e o envolvimento com a temática, bem como a luta pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes me provocou a elaborar esta pesquisa.

Diante do tipo de questões que impulsionaram a investigação, optamos pela inserção na equipe do Núcleo de Educação Popular a partir das ruas (NEPaR), da ONG Se Essa Rua Fosse Minha (SER), que trabalha desde 1991 com crianças e adolescentes em situação de rua com base na metodologia do circo social e aposta na cultura e na arte como forma de reinventar o espaço urbano. O objetivo do trabalho de campo foi criar espaços para crianças, adolescentes e jovens trazerem seus saberes, refletindo juntos sobre como fazem uso do espaço urbano e, na disputa de sentidos, o reinventam através de diversos mecanismos, de sua presença física, sua cultura, arte e modos de estar no mundo. A inserção na equipe do NEPaR fez com que eu participasse ainda das diversas reuniões e debates sobre a situação de rua, com a elaboração de relatórios que, como documentos institucionais, serviram também de fonte para a pesquisa final, ao lado do caderno de campo e dos registros anteriores à pesquisa – que não poderiam ser descartados visto fazerem parte da própria trajetória de investigação que me traz aqui.

A equipe do NEPaR realizava abordagens 4 vezes na semana (2^a e 4^a à tarde, e 3^a e 5^a pela manhã). Participei das abordagens realizadas pela manhã e mais algumas idas à tarde no período de junho a dezembro de 2009. Ao final do mês de Julho, encontramos com um grupo estabelecido na Av. Beira-Mar, em frente ao Museu de Arte Moderna (MAM) e começamos a toma-lo como referência no trabalho. Em setembro, após várias investidas do Choque de Ordem e de chuvas sistemáticas o grupo se dispersou e o encontramos, refigurado, em uma praça próxima ao Largo do Machado, passando a ser o nosso grupo de referência, independente da manutenção de algumas atividades com os remanescentes da Beira-Mar.

Os dois grupos possuíam características próprias e a presença de D. Tereza marca a composição dos grupos. Mulher, mãe de 5 filhos, todos na rua com ela, é uma liderança muito forte e assume muitas vezes o papel de mãe de todos. A época da necessidade de novos trânsitos coincide com a prisão de dois de seus filhos, também lideranças. Ficam na av. Beira Mar quem tem nela uma referência maior, os demais circulam e formam no Largo do

Machado outro grupo, junto com adolescentes e jovens em outros processos de circulação. A constante circulação garante ao grupo uma dinâmica própria e, ao mesmo tempo que parece haver uma grande rotatividade, o contato cotidiano aponta para uma estabilidade de seus membros. O acompanhamento cotidiano passa a ser essencial pois a produção e a noção de grupo é atravessada pela construção de relações baseadas em uma temporalidade própria, com a construção de referências que os fazem voltar aquele grupo. Somente no encontro sistemático é possível criar vínculos.

O trabalho de abordagem é sempre lento e, mesmo que os educadores já conhecessem alguns dos meninos e meninas que ali se encontravam, outros eram novos, as dinâmicas estabelecidas entre eles era nova e a aproximação exigia a retomada de alguns procedimentos de conhecimento e apresentação da equipe e da proposta de trabalho. Nesse período atendemos a 72 pessoas entre 2 e 24 anos, sendo a maioria adolescentes. Foram 49 meninos e 23 meninas, apenas 1 branco e 1 indígena, todos os demais negros. A referência de origem de grande maioria são comunidades da cidade do Rio de Janeiro, sendo 4 do município de Duque de Caxias, 1 de São Gonçalo e 1 de São Paulo.

O trabalho de abordagem consistia em ir às ruas encontrar os meninos e, através do uso da arte e da aposta na construção de relações pessoais, fomentar discussões no sentido de uma formação política que contribuísse na construção de seus próprios caminhos na vida. Não havia nenhum objetivo de retirá-los da rua, por entender que esse processo deva partir de quem está vivendo a situação e que deva ocorrer por uma opção referenciada em meios e relações acionados por escolha e com alguma autoria. Durante esse período, as questões relativas aos deslocamentos, à violência policial e às políticas de recolhimento acabaram, muitas vezes, se sobrepondo e se constituindo como temática central das observações, entrevistas e diálogos por mim travados com a garotada.

Nas abordagens realizadas pela manhã, era oferecido um lanche para o grupo, o que servia tanto como elemento de aproximação, quanto para matar a fome e possibilitar uma concentração maior deles nas atividades propostas. Nessas abordagens foram desenvolvidas atividades de teatro, de circo e de produção de bonecos de mamulengo, sempre valorizando muito o diálogo e a atenção com as relações com cada criança, adolescente e adulto ali presente – como exemplo disso, o tratamento sempre foi feito pelos nomes pessoais, tanto por parte da equipe em relação a eles, quanto da parte deles com cada um da equipe, substituindo-se os comuns “menino” e “tio”.

A proximidade do grupo com a equipe, a confiança construída, possibilitou inúmeros

diálogos que um procedimento formal de entrevista não conseguiria captar. Por outro lado, o fato de estarmos na rua, no contexto dos meninos, nos levava a conviver com uma série de elementos que modificavam significativamente nossa forma de diálogo com eles. A presença incontestável do thinner, por exemplo – droga utilizada por praticamente todos –, fazia com que os diálogos fossem atravessados pelos efeitos desta droga¹, tornando quase impossível sua transcrição literal. Essa forma de diálogo exigiu a produção de uma forma correspondente de registro e, posteriormente, também uma forma correspondente de relato. No caso do registro, temos que considerar que muito pouco podia ser anotado na hora, ou pela resistência dos meninos em terem suas falas anotadas, ou pela própria dinâmica das atividades que impediam que se parasse para registrar, sendo mais utilizado a câmera para fotografar e filmar.

Assim, durante as abordagens eram registradas algumas falas mais marcantes e, em seguida, feito o registro referente àquele dia. Ao final de cada mês a equipe produzia um relatório com base nos registros individuais, momento onde muito se debatia e refletia sobre cada um, bem como sobre o contexto da rua. Ambos os materiais (caderno de campo e relatórios) serviram de base para as reflexões desta pesquisa, como as gravações e as fotos. No caso da exposição aqui realizada, optamos por uma forma narrativa que nos permitisse apresentar, simultaneamente, o contexto da conversa, o seu desenrolar e os recursos expressivos utilizados, buscando sempre o máximo de coerência possível com o que nos haviam contado, ou com o vivido, mesmo conhecendo o risco do olhar interventor do pesquisador.

Desta forma de contato com os meninos e meninas, também resultou nossa opção metodológica, nos relatórios de trabalho e, mais tarde, nesta dissertação, de apostar em trabalhar mais com as situações do que com as falas (em sentido estrito), trazendo estas de modo mais pontual. Afinal, muito do que nos era dito, era feito pelo corpo, sempre muito presente em todos os diálogos, tomando conta do espaço. A ordem dos assuntos, por sua vez, também podia ser frequentemente configurada a partir de múltiplos eixos de interferência e intervenção: desde a presença, ou não, do lanche, a passagem de pessoas que chamavam a atenção da garotada, a chegada (ou o encontro) com outros do grupo, e diretamente, a quantidade de thinner utilizada e disponível no momento da abordagem, o que os deixa muito mais dispersos.

¹ A intoxicação por thinner usualmente dura apenas alguns minutos. Entretanto, alguns usuários apresentam o seu efeito por muitas horas pela inalação repetida. Inicialmente, os usuários podem sentir um efeito estimulador e inalações sucessivas podem os tornar menos inibidos e com menos controle. Se usado continuamente, pode provocar a perda de consciência. (<http://boasaude.uol.com.br/lib/ShowDoc.cfm?LibDocID=4724&ReturnCatID=1796> acesso em março de 2011).

Por fim, cabe dizer que nossa apreensão de todas as informações e sentidos contidos em cada uma das situações parecia acontecer “em camadas”, já que, pela multiplicidade e simultaneidade de falas, ocorrências, interferências, parte da montagem final de cada abordagem dependia sempre de um olhar coletivo, proporcionado pelos permanentes diálogos, trocas e reflexões com a equipe de educadores do Se Essa Rua. Essas trocas foram sempre essenciais para podermos nos aproximar mais e melhor do que estava sendo colocado e registrado.

A compreensão de que a pesquisa trabalha e debate com e sobre sujeitos inviabiliza a possibilidade, mesmo que remota, de uma “reconstrução científica” das experiências vividas. Tampouco poderíamos descartá-las em nome de uma “cientificidade”, inclusive por serem constitutivas do meu foco de análise. Ou, como diz Zaccur (2003),

como pensar, por exemplo, um detalhamento metodológico, que possibilite a reprodução do experimento como critério de validação, quando a vida em movimento não permite a exata repetição dos movimentos sociais? (...) Como pensar princípios universais quando se trata do humano, datado e localizado? (p. 71).

Muito dos aspectos aqui analisados são frutos dessa trajetória e vem somar com a pesquisa de campo desenvolvida para a realização deste trabalho. A busca por entender a violência estatal, sua relação com as práticas educativas e a lógica de políticas públicas, foi o que me levou a questionar sobre o que pensam os meninos e meninas em situação de rua sobre sua forma de vida e as políticas que a eles recaem. A opção pelo trabalho com aqueles que se encontram em situação de rua veio por compreender representarem um caso particular da situação da pobreza no Rio de Janeiro. Reafirmá-los no contexto da cidade foi um passo necessário para que pudéssemos repensar o sentido tanto de sua presença quanto das políticas, e das falas. É desse movimento que nasceu a pesquisa e é também por todo compromisso que não pude abandonar o caminho até aqui trilhado.

O movimento propiciado pelo trabalho de campo, por outro lado, foi fundamentado, complementado e aprofundado por um trabalho de imersão na questão e encontro com formulações teóricas capazes de ampliar a compreensão da situação investigada. Realizamos, assim, pesquisa bibliográfica relativa à questão das crianças e jovens em situação de rua, com foco nos temas: formulações de direitos da criança e do adolescente no Brasil, políticas para os jovens e para as populações em situação de rua, nas escalas nacional e municipal; questão das crianças e jovens em situação de rua no Rio de Janeiro. Fizemos ainda um trabalho de pesquisa documental, com o levantamento e análise de documentos normativos e instrutivos das noções de direitos da infância e da juventude em curso no Brasil, bem como de documentos programáticos orientadores de políticas e ações em tese dirigidas à garantia

desses direitos, no âmbito municipal, em particular, no caso deste trabalho, Município do Rio de Janeiro. Por outro lado, efetivamos uma revisão bibliográfica e um acompanhamento de matérias jornalísticas sobre o tema da criminalidade e das políticas de segurança, bem como uma pesquisa documental sobre políticas de segurança no Rio de Janeiro.

A observação e registro do trabalho direto com crianças, adolescentes e jovens em situação de rua no centro e em regiões do zona Sul do Rio de Janeiro (especificamente na região do centro próximo ao MAM, Cinelândia e na região do Largo do Machado/ Flamengo na zona Sul), junto com a equipe do núcleo de educação popular a partir da rua do Se Essa Rua Fosse Minha, no período de junho a dezembro de 2009 foi a base destas reflexões. A organização e análise das informações pertinentes a esse período de trabalho, por meio de apreciação dos registros individuais, relatórios e outros documentos institucionais, e a observação, acompanhamento e registro de situações similares, segundo planejamento propiciado pelas sínteses realizadas a partir do material anteriormente colhido, também se constituíram como importantes materiais de pesquisa. Em coerência com toda a confiança depositada por eles, pelo direito à privacidade, todos os nomes aqui utilizados são fictícios.

O trabalho se divide em três partes: inicialmente traço um quadro sobre a situação de rua, buscando contextualizar a infância e juventude pobre na sociedade atual. Em seguida, faço uma breve reflexão sobre o porque do estudo do espaço urbano para se pensar crianças e adolescentes em situação de rua: vivem uma situação específica, a qual não os define, e só é possível diante do quadro de pobreza em que estão inseridos. Ao final desse primeiro capítulo, realizo um pequeno levantamento teórico para repensarmos as categorias de análise propondo uma reflexão com base no pensamento descolonial, onde se reconhece o eurocentrismo intrínseco à ciência moderna e se aposta na construção de outras formas de se pensar, amplificadoras dos referenciais para além do olhar do homem branco proprietário cristão.

Na segunda parte, volto à cidade tentando entender como a racionalidade moderna-colonial contribui para a organização do espaço urbano. Tento compreender qual a relação desse espaço com e para as crianças e adolescentes que estão nas ruas. Assim, recorro a alguns indícios sobre como se percebem, como percebem o outro, olhando para a história da colonização para compreender como ocorre a construção dessa identidade. Para tal, encontro o Fórum de Meninos e Meninas em Situação de Rua, espaço lúdico-político-pedagógico de organização e formação, onde é possível a realização do encontro e articulação deles com diferentes atores envolvidos direta ou indiretamente com a temática.

Por fim, chego às políticas para a infância, adolescência e juventudes pobres. Fazendo

um recorte sobre as políticas destinadas à situação de rua, reflito sobre aquela que mais os atingia diretamente no momento da pesquisa, o Choque de Ordem e sua relação com as políticas de segurança e o atual processo de criminalização da pobreza.

Toda a dissertação é permeada com falas e situações vivenciadas ao longo da pesquisa, em uma busca de trazer um pouco das vozes desses meninos e meninas. Inicio cada capítulo com um texto produzido a partir dos cadernos de campo e registros audiovisuais. Tal processo é sempre marcado por um “olhar do pesquisador”, e está sujeito a interpretações. As suas falas aparecem como mais uma fonte de pesquisa e diálogo para repensarmos as questões propostas. Trago ainda outras situações vivenciadas por mim ao longo de trabalhos anteriormente realizados, ou por relatos dos educadores do Se Essa Rua, sem os quais nada disso teria sido possível.

1. POBREZA E SITUAÇÃO DE RUA

Vamos quebrar um pouquinho, enquanto a polícia não vem, quando a polícia chegar, quebra a polícia também²

"Olha essa é a minha casa. Pode entrar." E assim Iara nos apresenta o local onde vive com seu companheiro, Bruno. Uma barraca montada apoiada na grade de um estacionamento no centro da cidade do Rio de Janeiro. É a partir dali que os dois organizam suas vidas e tecem os caminhos a serem seguidos. Iaiá, como é conhecida, tem uma história longa de vida nas ruas. Hoje com 24 anos, há muito seu principal referencial são as ruas. Bruno, com 22 anos ainda mantém um diálogo com sua família, a qual os abriga e os acolhe em seus movimentos de saída das ruas. Os dois estão juntos há 4 anos e vivem de pedir dinheiro nas ruas e do trabalho dele de guardador de carros. A presença do tinner marca suas vidas. Ela analfabeta, ele alfabetizado, cursou até o atual 6º ano do Ensino Fundamental, e se orgulha de saber ler e dos conhecimentos que adquiriu na vida e sempre que possível explica coisas e diz que aprendeu na escola. Os dois têm um discurso de volta para casa constante, mas que por alguma razão que não temos como definir, permanecem nas ruas. A família dele já se prontificou a acolhe-los e garantir trabalho a Bruno. Iaiá alega que se sentirá humilhada de ter que depender da família dele para comer, que aprendeu a se virar sozinha. Por outro lado, o comprometimento com o tinner contribui para que fiquem nas ruas.

Em geral, passam grande parte do dia deitados, parados, usando tinner e olhando a vida na cidade. Nos Fóruns de Meninos e Meninas em Situação de Rua, participaram com muita atenção e identificaram esse espaço como muito

²

Música tradicional da Capoeira Angola.

bom e, segundo ela, a prova disso era que passara o dia todo sem nem se lembrar de usar o tinner e que saíra de lá com vontade de fazer outras coisas.

Quem nos apresentava também seus sonhos era Gabriela, irmã de Iaiá. Assumindo o papel de futura governadora, Gabriela declarava que se fosse governadora "nenhuma criança ficaria na rua...todas teriam uma casa para morar... todas teriam direito à saúde e à escola... todas poderiam passar o natal com sua família...", "a escola ia ser bacana e todo mundo ia estudar feliz", "e a polícia não ia esculachar, ia chegar na moral. A polícia não ia bater do nada e ia respeitar, tratar como gente", Maurício completa dizendo que "toda criança iria passar o aniversário com a mãe".

A casa de Iaiá e Bruno teve que ser reconstruída. Após diversas incursões do Choque de Ordem, não puderam mais continuar morando no mesmo lugar. Os pertences que levavam cabiam em duas mochilas pequenas. E foram parar, como dizem, em uma praça da Zona Sul. Desta vez não foi possível montar a casa. As incursões policiais eram cada vez mais frequentes e nos explicavam que não podiam estar com nada onde fossem dormir, assim, seus pertences ficam em locais escondidos. No dia que dormiram com eles, a polícia recolheu a mochila de Iaiá com suas roupas e algumas lembranças, dentre elas sua única foto.

1.1 Da situação de rua

No caminhar da vida, entre praias e trovões, vai se construindo internamente aquilo que a gente aprende que é a sociedade, o que é o mundo. Minha filhota aqui dorme ao meu

lado e é incrível como ela descobre, aprende e apreende o mundo a cada momento. Descobre suas mãos, descobre os sons, descobre o mar... Um dia ela descobrirá que existem pessoas que moram nas ruas, que fazem das ruas seu canto, seu referencial, seu ponto de apoio. Como será que ela irá perceber isso? Como ela olhará para cada um daqueles seres humanos? Ou será que apenas os temerá e irá atravessar a rua ao se deparar com aquelas que, como ela, são crianças? Um dia ela aprenderá que a sociedade se organiza de determinada maneira, que tem suas instituições, seus ritos, seus ritmos. E se ela pudesse pensar a sociedade de outro modo, como o faria?

Na televisão, me avisam que a polícia militar do Rio de Janeiro compreende que existem zonas em guerra na cidade³. No jornal nos anunciam que crianças e adolescentes são vândalos. Aliás, trabalhadores ambulantes também recebem essa categorização e se debate se jovens pobres reunidos próximo ao trilho do trem são ou não caso de polícia. Em uma mesa de bar se debate sobre a necessidade de grupos subalternizados terem seus conhecimentos reconhecidos dentro da lógica deste Estado. Por diversas esferas da vida social, observamos um processo de criminalização da pobreza (WACQUANT, 2003), em que as classes subalternizadas são apresentadas – e tratadas – como bandidos que devem ser controlados. Suas ações, culturas, saberes são criminalizados e apresentados aos demais segmentos da sociedade como riscos à ordem social. Mas que ordem social é esta? O que versam em comum estas notícias e conversas?

Desde a década de 1990, no Brasil, como um dos braços do neoliberalismo, vivemos um novo ciclo de crescente criminalização da pobreza, que fica cada vez mais explícita nas formulações de políticas públicas⁴. Se esta criminalização fica exacerbada nos dias atuais, com características específicas, a lógica na qual se baseia, ou seja, de compreender que algumas pessoas são inferiores, selvagens, e que cabe aos *bons* educá-las, faz pensar que a mesma existe como parte intrínseca da Modernidade. No que tange às crianças e jovens em situação de rua no Rio de Janeiro, temos um histórico de ações que se baseiam na retirada destes meninos e meninas das ruas da cidade, dentro de uma perspectiva que ora os

³ Reportagem do RJTV 1 do dia 21 de maio de 2010, sobre o (não) uso de métodos para prevenir a letalidade por policiais, como ocorre em outros estados brasileiros. Noticiava um assassinato de um trabalhador por um policial do BOPE que confundiu uma furadeira com uma metralhadora. O discurso da “cidade em guerra” não é novo, nem raro e serve à política de segurança estabelecida no Estado do Rio de Janeiro, que conta com um alto índice de letalidade, alto índice de autos de resistência. O discurso da guerra autoriza diversos atos de extrema violência, execuções sumárias e legitima uma política de extermínio de jovens negros e pobres.

⁴ As políticas de segurança deixam isso bem claro, como, por exemplo, o investimento de menos de 1% do orçamento da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro em inteligência, somado ao grande investimento na compra sistemática de carros blindados e armamentos bélicos. Outros exemplos são o número de autos de resistência, a taxa de homicídios nas diferentes regiões da cidade e a própria criminalização dos trabalhos de ambulantes (praticados notadamente por pessoas das classes subalternizadas).

criminaliza, ora os vitimiza, em um movimento aparentemente dicotômico, mas que a rigor tem a preocupação em retirá-los constantemente de determinados espaços públicos.

Ao longo dos séculos XIX e XX, a ciência moderna desenvolveu diversas disciplinas que se ocupam da criança e do adolescente. Intensificaram-se os estudos e a preocupação com essa faixa etária, tanto em termos do cuidado, como do controle e punição, no sentido de educar as crianças e os jovens. Dentro desta lógica, na Europa e nos EUA começam a surgirem legislações que, em nome da proteção da criança, e, conseqüentemente, da sociedade, atribuem aos juízes o poder de intervir nas famílias. Essa intervenção ocorria particularmente nas famílias pobres e nos chamados “lares desfeitos”, por haver o julgamento de que aquelas crianças naquele ambiente poderiam ser encaminhadas ao crime (DONZELOT, 1986; LONDOÑO, 1991), devendo ser atendidas por especialistas para evitar que se tornassem um perigo à sociedade.

O processo de urbanização do Rio de Janeiro trouxe consigo diversas questões como o atendimento à infância pobre e “desvalida”. A presença de crianças pobres nas ruas remonta à época do Brasil colônia e é marcadamente visto como um problema para a sociedade de bem. Ao longo dos séculos XVI e XVII o atendimento desta infância foi realizado pelas ações jesuítas com suas “Casas de Muchachos”⁵, quando se inaugura a infância tutelada brasileira. Já no século XVIII a principal política para o atendimento da infância “desvalida” será a “Roda dos Expostos”, ainda sob o controle de instituições religiosas. Com a República, juristas e médicos irão propor novas formas de assistência e a internação se consolidará como a principal forma de atendimento à infância pobre.

A racionalidade moderna-colonial atravessa os conceitos de infância e de família ao entenderem que a há apenas um único modo “saudável e correto” de educar as crianças. A compreensão da rua como local de ameaça, de risco, parte deste prisma que confere à família nuclear patriarcal é a única apta a cuidar e educar a criança, condenamos a todos as demais a serem inaptas para tal função. Assim, seus filhos cada vez mais são colocadas em instituições fechadas e assumem o papel de “desviantes, fontes de perigo e insurgência, marcadas por formas de vida e padrões de conduta apreendidos como opostos a uma moral burguesa tornada hegemônica” (GOMES e GOUVEIA, 2008, p. 50). Para que atingissem a moral burguesa e se tornassem bons cidadãos, a institucionalização aparece como a solução. Desta forma, as políticas de atendimento a infância minorizada assumem como prioritário os processos de internação, seja em instituições de proteção e amparo, seja em instituições de

⁵ A “Casa de Muchachos” era um trabalho desenvolvido pela Companhia de Jesus com crianças pobres com base na proposta de catequização (*Ratio Studiorum*) para ensinar a ler, escrever e aprender os bons costumes.

correção, que desenvolveriam as funções educativas supostamente ausentes nos meios familiares de origem.

Os discursos científicos apontavam, nessa época, que tal medida era necessária para a melhoria da “raça brasileira” (BAZÍLIO, 1998), entendendo-se que os espaços de internação eram locais onde se ofereceria educação e formação moral, em substituição à família, entendida como incapaz de garantir uma “boa educação”. Ao fim, consolidou-se como a opção mais utilizada pelo Estado para o atendimento às famílias pobres e crianças abandonadas, órfãs, “desvalidas”, ou que haviam cometido ato infracional recebiam esse mesmo destino. A responsabilização da família veio como mais um argumento para o aumento crescente da internação, que passou a ser vista como a solução para o “problema”, devido ao afastamento da criança ou adolescente de seu meio sócio familiar.

No início do século XX, o espaço urbano começa a receber um contingente populacional inédito, o que favorece, no interior das esferas de governo, o debate sobre o que fazer com aquela população pobre e “vadia” com padrões de civilidade distintos dos pregados e exigidos pelas classes dominantes. A associação da pobreza com a sujeira, e a consequente identificação como o “atraso”, com a incivilidade, favorecem a ampla propagação de teorias higienistas⁶, as quais corroboram os discursos favoráveis à lógica da internação e do controle.

O discurso do medo, do risco, da ameaça que representava a população não-branca, somado ao imaginário de construção de uma nação civilizada nos padrões eurocêtricos, favorece o debate sobre o destino desta população. A pobreza é associada à criminalidade. Ao mesmo tempo, o problema das famílias pobres é visto como um problema individualizado, o que coloca como foco do debate a questão da família ou da criança, retirando a responsabilidade do Estado e da sociedade perante a situação. Em meio a tais debates serão elaborados o Código de Menores Mello Mattos (1927) e o Código de Menores (1979), em conformidade com uma lógica que só seria confrontada juridicamente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8069/90), em 1990.

A elaboração do ECA é fruto de forte mobilização social e ao menos em termos legais representa uma mudança significativa no que tange ao atendimento da infância pobre. Com o ECA, acaba a dicotomia entre criança e menor, característica dos Códigos anteriores. O

⁶ O higienismo foi um movimento que teve forte influência do eugenismo e “se consolidou entre outros expedientes, por meio da participação ativa destes em instituições do campo médico e da criação de organizações (...) a partir das quais se defenderia a atuação coercitiva do Estado com vistas ao controle higiênico das classes pobres, especialmente nos aspectos relacionados à reprodução e à educação, e se buscaria intervir na política migratória, de modo a favorecer a 'formação de um tipo nacional' conforme o padrão racial entendido como superior. Tais temas lograram espaço, inclusive, na Constituição de 1934”. (Algebaile, 2009, p. 187)

mesmo movimento ocorre com a doutrina da situação irregular, que dá lugar à doutrina de proteção integral⁷, a qual passa a ser o princípio central do atendimento a esse grupo etário. Crianças e adolescentes passam a ser vistos como sujeitos de direitos, entendendo-se que estão em uma fase peculiar de desenvolvimento e devem receber um tratamento especial. O foco do Estatuto desloca-se para uma perspectiva de garantia de direitos, prevendo-se medidas sócio-educativas em que o desenvolvimento integral da criança e do adolescente é a preocupação primeira. Neste fluxo, a internação e o abrigo são definidos como as últimas alternativas, devendo ambos ser breves e excepcionais.

Curiosamente, a disputa pelo uso do espaço urbano, isto é, pela própria concepção da cidade, permeia a disputa pela concepção dos direitos, isto é, pela noção de cidadania, como fica claro no destaque dado no art. 15 do ECA: A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis –, e no art. 17: o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação a imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias, e crenças, dos espaços e objetos pessoais, direitos plasmados, antes, na Constituição Federal de 1988 (CRFB/88), não à toa apelada de constituição cidadã. Apesar dos inegáveis avanços legais, nas práticas de atendimento e tratamento da infância pobre aparecem as marcas do preconceito e discriminação.

O novo Estatuto consolida o princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado pela CRFB/88, devendo ser levado em conta em todas as ações direcionadas às crianças e adolescentes, juntamente com os princípios da convivência familiar e comunitária e em todos os demais âmbitos da vida das crianças e dos adolescentes orientando, inclusive, a aplicação das medidas sócio-educativas. Nesse sentido, é criado o sistema de garantia de direitos, que envolve a criação de instituições para a defesa e asseguramento, como o Conselho Tutelar e os Conselhos paritários de Direitos da Criança e do Adolescente (municipal, estadual e federal), as instituições de abrigo, as instituições de cumprimento de medidas sócio-educativas vinculadas ao Departamento Geral de Ações Sócio-educativas (DEGASE)⁸, composto por

⁷ A doutrina da proteção integral vem substituir a doutrina da situação irregular, presente nos Códigos de 1927 e 1979, que entendia que a criança e o adolescente minorizados se encontravam em erro, em situação de desvio, devendo ser ajustados à ordem, usando para tanto diversas instituições e valorizando a punição. O tema será mais aprofundado no capítulo 3.

⁸ O Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE) atribui ao poder executivo estadual a execução de medidas socioeducativas privativas de liberdade, quais sejam, semiliberdade e internação. As demais medidas, chamadas em meio aberto, que são liberdade assistida e prestação de serviços, são atribuição do município. O órgão do executivo estadual responsável pelas medidas é o Departamento Geral de ações sócioeducativas (DEGASE), ao qual estão vinculadas as unidades de internação e semiliberdade (chamados criaad). Além destas unidades, o degase tem também o Cituad, que é uma

instituições de internação, de semi-liberdade e de liberdade assistida, além do Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público, das organizações da sociedade civil, todos responsabilizados legalmente pela promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Tais mudanças legislativas, contudo, não foram suficientes para romper com práticas baseadas na doutrina da situação irregular, que corroboram a lógica de criminalização da pobreza. A construção do medo sentido em relação à infância, adolescência e juventudes pobres tem sido uma permanente histórica, dando suporte para a manutenção de um sistema de controle social e controle dos grupos subalternizados⁹, que parece todo o tempo atualizar-se mesmo no interior de instituições e processos em princípios concebidos segundo uma lógica diversa. Exemplo disso é o como como, nos últimos anos, as políticas para as juventudes subalternizadas têm se centrado na questão da violência e nas problemáticas referentes à segurança pública, mesmo quando surgem de esferas como a educação, a assistência social, e o trabalho, uma vez que vêm sendo hegemônicas por uma racionalidade que entende sistematicamente os jovens pobres como bárbaros e potencialmente criminosos. Desta forma, por um lado são pensadas medidas que visam "prevenir" e "salvar" os jovens da criminalidade através de ações educativas; e por outro, aquelas que pretendem "remediar" os malefícios causados à sociedade, com medidas punitivas. Malaguti (2007) explica que,

O controle social da juventude, essa energia viva para as utopias futuras, se articula com um discurso sócio/médico/jurídico, entre a *falta* e a *demonização*. O menino pobre, mas principalmente o afrodescendente, aparece como representação 'daquele que naturalmente cairá no crime' se não for contido pela polícia ou pela caridade, ou até pelos dois: prevenção/repressão são dois conceitos simbióticos. A neutralização de sua potência transformadora é fundamental para a atualização histórica dos processos de criminalização e aniquilamento exigidos pela atual fase do capitalismo de barbárie (p. 39).

Nesse sentido, vale observarmos alguns dados referentes à realidade brasileira. Segundo o Unicef (2003), no Brasil, 35,9% da população é composta por crianças e adolescentes, sendo 48,1% destes, negros, representando 29 milhões de negros e negras. Do total de crianças e adolescentes, ainda segundo o Unicef, 45% são pobres, vivendo com renda per capita de, no máximo, ½ salário mínimo. Mesmo considerando as medidas de combate à pobreza realizadas ao longo do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006 e 2007 - 2010), não podemos desconsiderar esses dados, visto que estruturalmente a situação se

unidade de saúde (especialmente saúde mental) para os adolescentes que cumprem internação. Aqueles que cumprem semiliberdade são atendidos na rede regular de saúde.

⁹ Referindo-se ao estudo de Holloway, Malaguti mostra que "Com relação aos padrões de detenção, os dados de 1810 a 1821 demonstram o critério da cor. São pouquíssimos os brancos presos. No Rio de Janeiro da época (quase metade a população era negra), 80% dos homens julgados eram escravos, 95% deles eram nascidos na África, 19% eram ex-escravos e somente 1% era de homens livres. No sistema penal dirigido à escravidão, os principais motivos para a prisão de alguém eram a fuga de escravos ou a prática da capoeira (Holloway narra prisões por 'assoviar como capoeira'). As ofensas à ordem e as fugas constituíam 60% das detenções, sendo 30% por furto de roupas e alimentos, o que o autor atribui à pobreza da escravidão. Como no comércio varejista de drogas de hoje, os capoeiras aterrorizavam os brancos pela demarcação de territórios e palas características de atividade grupal" (Malaguti, 2007, p 39).

mantém. Ao analisarmos esses dados, temos que o percentual de pobres no grupo de crianças e adolescentes negros responde a 58%: Isso significa que, no Brasil, uma criança ou um adolescente negro tem quase duas vezes mais chance de ser pobre que uma criança ou um adolescente branco (razão de equidade de 1,8) (UNICEF, 2003, p. 57).

Quando olhamos para os jovens, a situação não se altera substancialmente. Cerca de 40% dos jovens vivem em famílias com renda de até meio salário mínimo. A cada dois desempregados do país, um é jovem. Mesmo entre os ocupados, a maioria está na informalidade - somente 35% têm seus direitos trabalhistas constitucionais garantidos por meio da carteira assinada. Somente três em cada dez jovens têm acesso ao ensino médio. Os pesquisadores do UNICEF concluem, nesse sentido, que:

A iniquidade, o preconceito e a discriminação surgem na sociedade brasileira como resultado de um sistema injusto, erguido sobre um conjunto de fatores históricos, econômicos, sociais. Um sistema baseado na perversa reunião de três fatores: uma das maiores concentrações de riqueza do mundo; a falta de investimento do Estado em serviços sociais fundamentais; e a falta de participação dos cidadãos no desenho e implementação de políticas públicas sociais. (2003, p. 59)

Os dados relativos à violência também chamam a atenção. Dois em cada três presos são jovens. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a taxa de homicídios de adultos jovens (de 18 a 24 anos) é quase duas vezes superior a dos adultos (61,7 e 33,0 por mil habitantes, respectivamente). O índice de casos de homicídios de negros é 73% mais alto que o de brancos, de forma que o grupo populacional mais vitimado é composto por homens jovens (18 a 24 anos), negros e com até sete anos de estudo. Quando focamos os jovens de até 18 anos, a situação se assemelha e em cada grupo de dez jovens até 18 anos assassinados no Brasil, sete são negros. As mortes por causas externas nesse grupo seguem aumentando. Na região sudeste, em 2007, a cada 100 mil homicídios, 48,5 foram de adolescentes de 15 a 17 anos pretos e pardos¹⁰ - para a mesma faixa etária, porém de brancos, a taxa ficou em 16,0. Vera Malaguti (2007) aponta ainda, com base no estudo da Secretaria Nacional de Segurança Pública, que são os jovens do sexo masculino tanto as principais vítimas quanto os maiores agressores no que tange aos crimes de homicídio doloso, lesões corporais dolosas e de tentativas de homicídio. Na região sudeste, em 2007, a taxa de mortalidade por homicídios de adolescentes de 15 a 17 anos do sexo masculino foi de 57,4 por 100 mil. No Rio de Janeiro existem, segundo dados do censo demográfico de 2000 (IBGE) cerca de 1 milhão de jovens, de 15 a 24 anos. Ainda segundo este instituto, a taxa de mortalidade por homicídios cresceu 130% e corresponde no Rio de Janeiro a 51 por cada 100 mil habitantes.

¹⁰

Fonte: DATASUS – SIM/IBGE – PNAD 2007 – tabulação CIESPI

Não apenas os números relativos à letalidade de jovens são impressionantes, como também aqueles referentes à expansão do encarceramento: se em junho de 2002 eram 239.435 encarcerados, em dezembro de 2005 tínhamos 361.402. O encarceramento de adolescentes não foge à essa regra: de 2002 a 2004 houve um aumento de mais de 300% de adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas. Todos esses dados apontam ainda para uma questão mais ampla, quando cruzados com o critério raça/ etnia e relacionados com os índices de emprego, renda, educação, saúde e moradia.

No que tange às crianças, adolescentes e jovens em situação de rua, ainda temos poucos estudos para saber ao certo o quantitativo e seu perfil.

Na década de 1980 – com quase cem anos de atraso – começou-se a estudar o perfil das crianças e adolescentes nas ruas. Entretanto, o próprio fato da sua identificação advir de uma série de relações sociais ancoradas no preconceito e na discriminação naturalizadas no imaginário social dificultou, e dificulta até hoje, a obtenção sequer de dados quantitativos específicos, quanto mais de um perfil qualitativo ou de um entendimento dos processos sociais que envolvem a vida desses meninos e meninas. Os dados existentes, via de regra, não são consenso entre os diferentes atores coletivos da área da infância, notadamente entre sociedade civil e organizações governamentais (BARRÍA MANCILLA, 2008, p. 10).

Segundo dados da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS – RJ), existem no Rio de Janeiro 1.682 pessoas em situação de rua, sendo, destes, 420 crianças e adolescentes, o que equivale a 24,9%. No entanto, levantamentos da sociedade civil questionam tal quantitativo, inclusive pela própria metodologia aplicada, que trabalhou somente no período noturno, assumindo com isso a compreensão de que “situação de rua” corresponde a “sem teto”, aspecto já superado na literatura especializada. No mesmo período da pesquisa da SMAS, o relatório da Associação Beneficente São Martinho (primeiro semestre de 2007) indicava a presença de 272 crianças e adolescentes em situação de rua, apenas nas regiões Centro, Grande Tijuca e Zona Sul.

Em pesquisa recente solicitada pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, o Censo da População de rua, realizado pelo Governo Federal em 2010, indica que o Estado do Rio de Janeiro apresenta 5.091 crianças e adolescentes em situação de rua. Mesmo sem termos os dados referentes precisamente ao município do Rio de Janeiro, sabemos que é nesta cidade que a maioria dessas crianças e adolescentes do Estado vive. No entanto, o que vale ressaltar é a discrepância entre os dados do Governo Federal, de 2010, e os da Secretaria Municipal de Assistência Social, de 2008. Em outra pesquisa realizada¹¹, o número de crianças e adolescentes em situação de rua, no centro da cidade do Rio de Janeiro corresponde a 173

¹¹ Pesquisa desenvolvida pelo Prof. Dario de Sousa e Silva Filho (UERJ), dentro do Projeto de Pesquisa *Percepções da desigualdade no rio de janeiro: fronteiras e conexões simbólicas*. Relatório da pesquisa sobre crianças e adolescentes em situação de Rua no centro do Rio de Janeiro. Julho de 2009

crianças e adolescentes. A diversidade de dados nos aponta para a dificuldade de pensar em políticas públicas: como desenvolver, planejar e implementar uma política se não sabemos o número de beneficiários? Por outro lado, nos indica como pode ser tênue o limite do que se identifica como criança e adolescente em situação de rua. Voltaremos a essa questão adiante.

Quanto ao perfil dos meninos e meninas, Barría Mancilla (2008) observa que a referência domiciliar apontada como origem é tipicamente um bairro da capital, representando um percentual de mais de 90% com família no Rio de Janeiro. Esses dados correspondem ao perfil dos grupos com quem trabalhamos neste trabalho, onde apenas 6 dos 72 meninos e meninas não eram do Rio de Janeiro. O autor ressalta ainda que, no referido relatório da Associação Beneficente São Martinho, apenas 4% não possuíam vínculo familiar. A pesquisa realizada pelo prof. Silva Filho, na mesma linha, indica que dos 173 meninos e meninas em situação de rua no centro do Rio de Janeiro, 105 (60%) tem contato com a família. Destes, 71,4% tem contato diário ou semanal¹². Estes dados reforçam o que o trabalho direto com crianças, adolescentes e jovens em situação de rua nos apresenta e corroboram a compreensão de “situação de rua” como uma complexa relação que envolve casa, rua, abrigo, projetos sociais e espaços de outras comunidades, em que a rua, em diferentes graus, ocupa um lugar de referência predominante.

Ainda a respeito do perfil desses meninos e meninas, vale observar que a referida pesquisa identifica que, dos 149 que responderam à pergunta sobre o tempo de permanência nas ruas, 33% está nas ruas há até 1 ano e que apenas 19% estão há mais de 5 anos, sendo que apenas 4,7% estão há mais de 10 anos. Isso reforça o conceito de situação de rua como uma questão transitória. Não apenas esses meninos e meninas seguem mantendo contato com a família, como não permanecem por muito tempo nas ruas. Logo, se a questão da situação de rua é uma constante, quando olhamos especificamente para cada menino e menina que ali está, percebemos que em suas vidas a rua representa, em diversos casos, uma fase, aspecto que deveria ser considerado no planejamento das políticas de atendimento a essa população.

No entanto, as ações que chegam às crianças e jovens em situação de rua não demonstram considerarem essas especificidades e tem, em sua grande maioria, o recolhimento como ação principal. Reforçando o estereótipo do menino de rua como o “menino monstro”, sem uma preocupação maior com as questões educativas, com suas especificidades, ou mesmo com a garantia de seus direitos, o Estado investe na sua retirada do espaço público habitualmente ocupado pelas classes dominantes. Assim, dentre outros embates que se

¹² Fonte: Dario de Sousa e Silva Filho (UERJ), *Relatório da pesquisa sobre crianças e adolescentes em situação de Rua no centro do Rio de Janeiro*. Julho de 2009

colocam na disputa pelo espaço público, parece que sua própria organização obedece às formas de dominação e controle social, e o recolhimento forçado acaba por representar um braço da criminalização da pobreza.

Em uma entrevista à equipe do Se Essa Rua13 (SER), uma adolescente moradora do Cerro Corá14, diz que “não gosta de descer”, pois “não tem nada para fazer lá embaixo”. A comunidade do Cerro Corá se localiza próxima a cinemas, museus, teatro, praças, dentre outros equipamentos culturais públicos e privados. Por que ela não gosta de descer? Por que ela entende que, para ela, “não tem nada para fazer lá embaixo”? Será que ela compreende que aquele espaço não lhe pertence?

Ninguém precisou proibi-la de frequentar esses espaços. De algum modo, ela *sabe* que não é bem vinda. É fato que ao descer sofre inúmeros preconceitos, restrições que são reais, sentidas na pele. A cidade lhe diz para não descer, ao mesmo tempo que a provoca com desejos e a construção da ideia de que é “lá em baixo” que está o que é bom (incluindo as pessoas) e, em oposição, onde ela está é ruim. No entanto, a naturalização da divisão da cidade é totalmente imbrincada com a construção de um outro circuito de vida, em relação ao qual ela adquire familiaridade, proximidade e gosto, em uma relação tensa. O lugar dela é, ao mesmo tempo, ruim e bom – segundo uma avaliação pessoal baseada na proximidade, acessibilidade, pertencimento e vínculo.

Os educadores do Núcleo de Educação Popular a partir da Rua (NEPaR), e outros estudos (RIZZINII et alli, 2010; PRINCESLAW E CALDEIRA, 2010) identificam que a maioria das crianças e jovens vão para as ruas em decorrência de violência familiar, abuso sexual, situação de extrema pobreza, preconceito por conta de opção sexual, ou por serem expulsas da comunidade onde residem pelo tráfico de drogas ou pela milícia. A *pesquisa sobre crianças e adolescentes em situação de Rua no centro do Rio de Janeiro* (SILVA FILHO, 2009), identifica que, entre os principais fatores, estão a necessidade de ganhar dinheiro nas ruas para si ou para a família e os maus tratos sofridos em casa. O pesquisador alerta que isso pode ser uma especificidade do centro da cidade, visto ser um local onde há uma grande circulação de pessoas e de dinheiro.

Assim foi com Felipe, que fala de sua preferência pelas ruas diante da violência do padrasto, nos mostrando as marcas pelo seu corpo, e diz que apesar da saudade da mãe, prefere as ruas. Outros casos, como de D. Tereza, hoje nas ruas com seus filhos, também são

¹³ Registros internos do Se Essa Rua

¹⁴ O Cerro Corá é um complexo de favelas localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro, próximo ao Cosme Velho. Ali residem cerca de 10 mil moradores, segundo dados da Associação de Moradores, sendo em sua grande maioria negros.

marcados pela violência doméstica.

A vida nas ruas, ou a ida para as ruas não se limitam a uma fuga da opressão e violência sofridas em casa, bem como pela situação de extrema pobreza. Os educadores do NEPaR também identificam que não é apenas isso: muitos também saem em busca de lazer, de conhecer a cidade, de conhecer a praia, ou algum lugar mais bonito que a comunidade onde vivem, ou mesmo pelo cansaço de ver a pobreza cotidiana de sua família.

O caminhar pela cidade parece ser também um modo de apropriação do espaço, do território e do tempo da cidade. A vida nas ruas se dá pela construção de uma espaço-temporalidade própria. A noção de horas, dias, meses, ano foge às necessidades cotidianas desse modo de viver. A opção pela vida nas ruas é também, como os próprios meninos trazem, a opção por uma certa liberdade, de forma que o contexto em que vivem se soma ao desejo do novo. Assim, falas que trazem a violência doméstica, a pobreza, e o preconceito como justificativas para a ida para as ruas, convivem com outras que explicitam que apenas se queria viver algo diferente, que se queria liberdade, como Tiago¹⁵: “ninguém me faz mal não. Sei lá, queria sair”. E talvez eles mesmos não saibam ao certo o que os levou a escolher a rua, mas vivem cotidianamente o sonho da liberdade dos corpos, que se expressa inclusive pela constante demonstração de carinho e afeto entre eles (estão sempre deitados juntos, se abraçam, se beijam, se tocam, meninos e meninas, sem necessariamente haver conotação sexual). É o corpo que corre, que brinca, que vive. O corpo que ocupa a praça e a reinventa no mesmo processo.

A fala de Adriano sobre o que o motivou a ir para as ruas rompe com quaisquer pré-definições. Seguindo a conversa, pergunto se onde ele vivia xingavam ele e me diz que não, que morava com a vó, o tio e a tia e que a mãe morava perto com o padrasto e os irmãos filhos do padrasto, que só o xingavam quando ele desobedecia, que o padrasto era muito bom para ele, que dava dinheiro para ele fazer o que quisesse e que ele gastava esse dinheiro no fliperama. Disse ainda que quando voltava para a casa a mãe mandava ele tomar banho e depois preparava uma comida, ele comia via tv, dormia e ia brincar com os amigos. Que sentia falta e estava cansado da vida na rua e que queria voltar para casa no sábado para encontrar com o tio dele (que só estava em casa aos sábados) e que a mãe fazia carinho nele e que o padrasto era bom.

Em um registro do SER, um jovem diz que foi para as ruas porque estava cansado da vida dentro da comunidade, oprimido pela violência do tráfico e da família. Via na vida nas

¹⁵ Tiago, 13 anos, ainda chegando às ruas. Menos de 3 meses. Todos os nomes utilizados são fictícios.

ruas a possibilidade de viver novas experiências, ser reconhecido e constituir uma família com base no respeito. O espaço da comunidade não lhe cabia. Desejava novas experiências, viver algo que o mundo lhe anunciava, mas não lhe permitia. Ele não aceita o que está posto e vai em busca de novos desafios. De algum modo, seu questionamento ao mundo o fazia dar outro sentido à sua vida. Ir para as ruas re-significava sua vida, re-existia na rua e a rua.

Não foi violência doméstica, não foi pobreza extrema, não foi o tráfico de drogas, ou preconceito por sua opção sexual, fatores mais recorrentes de ida para as ruas. Algo, que não podemos definir o que é, motivou a alguns desses meninos e meninas a saírem de sua casa e a explorar outros ambientes. Tiago segue na mesma linha e não alega nenhum tipo de violência específica que o tenha motivado estar nesse movimento de ida para as ruas. Sua mãe deixa claro que ele poderia retornar para a casa, que ela o acolheria, mas ele apresenta cada vez mais vínculos com a vida nas ruas.

Em um dia de abordagem, nos encontramos com sua mãe. Não era a primeira vez que ela estava ali para buscar o menino e leva-lo para casa, onde morava com o atual marido, padrasto da criança. Ele não queria ir. Como nos relatava, muitas vezes ia, mas depois voltava para as ruas. Ela nos explicava, com muita preocupação que não sabia o que fazer. Que vinha na rua, pegava ele, conversava, levava para casa, dava banho, deixava ele dormir, comer e depois levava para a Igreja. Comprava roupa nova e deixava ele fazer o que queria, só obrigava mesmo a ir à Igreja, para Deus salva-lo. Depois de dois ou três dias, ele voltava para as ruas. Havia, nesse processo que era recente, deixado a escola. Conversava com os educadores sem saber o que fazer. E Fabio a questiona: será que ele não tem nada a te dizer? Será que não tem algo nessa rotina que ele não consiga aceitar, mas que não consegue te dizer? Será que se você sentar com ele e conversar ele não pode te colocar algo? E ela responde: Ele está sob más influências, quando vem para a rua é para virar bandido e não quero meu filho bandido. A mãe de Tiago morava em Jardim América e trabalhava em uma ONG que atua com jovens. Ele não gostava da Igreja e gostava da liberdade da rua. Frequentava uma instituição na Lapa onde muitas vezes passava o dia.

A complexidade do que chamamos de situação de rua impossibilita encaixá-los em quaisquer categorias pré-definidas. Não podemos precisar porque vão para as ruas. Identificamos, aqui, um limite dos recursos que temos para compreender essa relação. Desenvolve-se uma tensão e uma ambiguidade tais sobre o que é dito entre as partes que apontam para uma erosão das possibilidades de, falando uma mesma linguagem, avançarmos na identificação ou construção de pontos comuns capazes de reorientarem os rumos. São

peças que operam em códigos diferentes, se expondo com recursos que para os demais soam como incomunicáveis.

A ida para as ruas envolve diversos aspectos e é muitas vezes mediada por outros espaços. Raramente o fazem de um dia para o outro, mas vão aos poucos frequentando o ambiente da rua – muitas vezes pelo trabalho de vender doces, ou outros modos de arrecadar dinheiro para a família – e acabam optando por dormir uma noite, outra, até que seu principal referencial se consolida como a rua e os vínculos que fazem nela. Estar nas ruas se apresenta melhor do que na situação anterior. Em um primeiro momento, identificam nas ruas um espaço de autonomia e liberdade, e isso vai sendo re-significado com o tempo. Ali constroem grupos, não sendo raro que tais grupos constituam-se segundo relações equivalentes às familiares, observando-se, inclusive, a assunção de papéis e de funções maternas por parte de algum membro. São esses grupos, com suas relações, regras, valores, códigos e hierarquias, que viabilizam a vida nas ruas. Há um processo de relacionamento entre eles e a rua, e a família, e a polícia que acaba por consolidar a rua como principal referencial. Rizzini et alli entende que

O processo de apropriação da rua é incorporado, de forma gradual e progressiva, ao sistema identitário da criança e do adolescente. Ou seja, qualquer fator, mesmo que extremamente importante, como a situação familiar ou a condição de pobreza, não pode explicar sozinho a complexidade do fenômeno. O conhecimento da trajetória de vida da criança ou do adolescente é, portanto, o elemento central que permite compreender a sua relação com a rua como seu espaço prioritário de vida (RIZZINI et alli, 2010, p. 19)

Importante enfatizar que nenhum aspecto explica, por si só, a situação de rua, afim de evitar qualquer simplificação do processo ou leituras deterministas. É diante desta compreensão que se vem defendendo o termo “situação de rua”, o qual valoriza o caráter processual da vida nas ruas a partir da compreensão de *situação de rua* como a ocupação de diversos espaços por esses meninos e meninas em uma complexa dinâmica social, compondo essa situação o trânsito entre “casa-rua-abrigo-rua-projetos sociais/ instituições-rua-comunidades-rua; em que a rua, em diferentes graus, ocupa um lugar de referência predominante e um papel central na vida destas crianças e adolescentes” (CMDCA, 2009, p.8). A ideia da *situação de rua* é também importante por retirar do menino o adjetivo: ele não é, ele está vivendo uma determinada situação. É neste sentido que entendemos que Iaiá¹⁶ e Bruno estão em situação de rua há muito tempo. Hoje com 24 anos, há muito o principal referencial de Iara são as ruas. Bruno, com 22 anos ainda mantém um diálogo com sua família, a qual os abriga e os acolhe em seus movimentos de saírem das ruas. Os dois estão juntos há 4 anos e vivem de pedir dinheiro nas ruas e do trabalho dele de guardador de carros.

¹⁶ Iaiá, 24 anos, desde criança nas ruas.

O conceito de *situação de rua* reforça, assim, a oposição ao termo *menino de rua*, muito utilizado até o final da década de 1990, época em que se entendia haver duas grandes categorias: *meninos de rua* e *meninos na rua*, sendo classificados conforme a relação que estabeleciam com a rua. Os *meninos na rua* eram aqueles que trabalhavam na rua, estavam nas ruas em busca de complementação da renda familiar e voltavam às suas casas regularmente. Por sua vez, os *meninos de rua* eram aqueles que comumente dormiam nas ruas, não sendo raro nesse grupo o uso de drogas e a prática de pedir dinheiro ou cometer pequenos atos infracionais. Estes tinham a rua como principal referencial. Essa visão, no entanto, reafirmava a lógica dicotômica que colocava os meninos e meninas ora como vítimas, ora como causa dos “problemas sociais”, mas ignorando-se a complexidade das relações estabelecidas com as ruas, onde na prática muitas vezes esses papéis de *na* ou *da* rua se misturavam conforme as necessidades específicas. A reificação desses meninos e meninas como *de* ou *na* rua contribuía muito pouco para seu reconhecimento como sujeitos e acabava por favorecer o aumento da violência em relação a eles (RIZZINI et alli, 2010).

Ainda hoje, a concepção hegemônica entende esses meninos e meninas como “de rua” e as práticas e políticas voltadas para eles, em sua grande maioria, reforçam os estereótipos contidos na ideia do “menor de rua” ou do “menino de rua”. Assim, a vida nas ruas é marcada por uma violência cotidiana, seja entre eles, seja por parte da sociedade civil, seja por parte do Estado. A liberdade que gozam se confronta com a dificuldade para garantir o mínimo para a sobrevivência, como comida, higiene e lugar para dormir. Estão expostos às mudanças climáticas e às vontades daqueles que moram nos prédios sob cujas marquises dormem.

Situações como a de Iaiá e Bruno¹⁷, onde os dois têm um discurso de volta para casa constante, mas que por alguma razão que não temos como definir, permanecem nas ruas. A família dele já se prontificou a acolhe-los e garantir trabalho a Bruno. Iaiá alega que se sentirá humilhada de ter que depender da família dele para comer, que aprendeu a se virar sozinha. Por outro lado, o comprometimento com o tinner contribui para que fiquem nas ruas. A fala de Marcelo¹⁸ também parece remeter-nos ao centro das tensões e ambiguidades constitutivas dessa “situação”. Ao ser perguntado “se essa rua fosse sua, o que você faria?” responde que daria casa para todas as crianças que estão nas ruas, perguntado se tem vontade de sair da rua ele diz: “Tenho!”, “- então, por que você não sai?” “- porque eu não quero...”¹⁹ Que tipo de política deve ser pensada para esse menino? O que ele quer? O que ele vê nas ruas? Quais são

¹⁷ Bruno, 22 anos, há 5 nas ruas, companheiro de Iaiá

¹⁸ Marcelo, 9 anos, desde criança nas ruas. Filho de D. Tereza.

¹⁹ Fala registrada no filme *Protegendo Vidas*. Produção Se Essa Rua Fosse Minha, Ex-cola e Unicef, 2010.

os benefícios ali presentes?

A rua, ou o estar nas ruas, representa algo que lhe traz um benefício, quando comparado com a situação anterior. Desde o seu ponto de vista é melhor estar nas ruas do que em sua casa. A liberdade, entendida em seu mais amplo aspecto “de circulação (liberdade de ir e vir), autonomia (de fazer o que quiser), um certo anonimato, acesso a bens de consumo (seja pela mendicância, seja pela infração), usufruto de lugares bonitos da cidade” (GREGORI, 2000, p. 100), representam a possibilidade de viver na aventura da conquista da cidade e exerce um fascínio, o que não impede, que sejam “bastante convencionais em seus sonhos de futuro: querem uma família organizada na forma nuclear, pais provedores e mães protetoras, não questionam a ética do trabalho, etc.” (idem, p. 70).

É o que vimos acontecer com diversos adolescentes, como é o caso de Gabriela²⁰, a governadora, que após engravidar de Rômulo, sai com ele para morar na comunidade. Hoje, ela fica em casa cuidando do bebê com o apoio de sua família – também jovens que já estiveram em situação de rua e que hoje estão casados e morando na comunidade com os filhos – e ele, segundo o relato, “está se virando para arrumar o que comer”. Esse não é o único caso, Fernanda também tem sua vida profundamente modificada ao engravidar, vai para a comunidade casar e ter o filho, dentre várias outras histórias semelhantes.

O que pode parecer contraditório, pode também nos falar desse conhecimento produzido na fronteira (ANZALDÚA, 1999). Nos parece que é nesse lugar subalternizado onde constroem saberes que fogem à lógica hegemônica e baseado em uma espaço-temporalidade própria.

1.1.1 Da especificidade da situação de rua

A situação de rua e todo o processo que a antecede e a consolida implicam a gradual construção de formas particulares de compreensão e enfrentamento de condições, relações e situações adversas, de tal modo que noções como vulnerabilidade, risco, violência, adquirem significados e sentidos quase inatingíveis por aqueles que não conhecem a fundo essa experiência. No entanto, a situação de rua nos parece estar diretamente relacionada ao lugar da cidade que ocupam, às fronteiras e possibilidades de acesso à cidade.

A nova complexidade nas formas de controle e exploração do trabalho garante a

²⁰

Gabriela, 14 anos, desde criança nas ruas. Irmã de Iara e Marina

consolidação de novos mecanismos de acumulação de capital e a imposição de novos padrões de classificação e hierarquização entre nações e, no interior destas, entre classes, grupos, sujeitos, espaços. Vera Malaguti (2003) argumenta que o lugar do negro na sociedade brasileira é um exemplo dessa rígida hierarquização social que é naturalizada a ponto de se tornar imperceptível (p. 78). A garotada em situação de rua, no entanto, se fazem, de algum modo, visíveis.

Como, então, tratar das políticas públicas para jovens em situação de rua e discutir seus direitos sem compreender a relação estabelecida com o espaço urbano? Como debater a questão sem considerarmos os aspectos próprios da cidade moderna, seus territórios, bem como as funções designadas a cada um deles?

O debate sobre as políticas para infância e juventude em situação de rua requer um debate sobre a própria definição desses meninos. O que efetivamente os transforma em “situação de rua”? Qual a diferença entre esses meninos e meninas e os que se encontram soltos, abandonados, ou desinstitucionalizados dentro das comunidades? É, novamente, o espaço que os define e, assim, define as políticas a que têm direito e os próprios direitos que possuem.

Talvez uma das especificidades da criança e do adolescente em situação de rua seja a própria questão da visibilidade. Segundo Gregori (2000) “os meninos de rua, por definição, estão fora de lugar e de controle. São tomados, nesse sentido, como agente e, simultaneamente, como vítimas da violência” (p. 63). Por estarem fora do lugar se fazem visíveis e tal visibilidade talvez se dê no mesmo sentido identificado por Fanon (2008) nas sociedades coloniais: “Desde que era impossível livrar-me de um complexo inato, decidi afirmar-me como Negro. Uma vez que o outro hesitava em me reconhecer, só havia uma solução: fazer-me conhecer” (p. 108).

Barría traz uma reflexão interessante: quantos meninos e meninas pobres, órfãos ou abandonados pelos pais, ou que saíram de casa pela violência, ou que por qualquer outro motivo vivem perambulando pelas vielas das favelas, aos cuidados de uma rede comunitária que os acolhe e garante algum tipo de suporte? No entanto, segue, eles não são considerados “em situação de rua” até que ousem ir para determinados espaços da cidade. Assim, é o local onde se encontram que os define, de fora para dentro, que estão *em situação de rua*.

A partir de sua ida para as ruas é que começam os discursos da necessidade de “salvá-lo” e com isso as políticas que lhes atendem se alteram. Não são mais *jovens*, são *jovens em situação de rua*. Vivendo em uma dinâmica entre a casa, a rua e instituições, sem endereço

fixo ou matrícula na rede de ensino, são jovens desinstitucionalizados, os quais não são atingidos pelos programas e ações voltados diretamente para a juventude. Sobre eles recai principalmente o braço penal do Estado, ao lado de ações assistenciais. Em diversas cidades, é possível observar que, as ações educativas, ou com caráter educativo, que os atingem estão basicamente fora do âmbito governamental, sendo realizadas por programas de organizações da sociedade civil. Trabalhando os nexos entre a lógica dominante de produção e a lógica de produção de políticas públicas referidas à vida no espaço urbano, Algebaile (2007) nos lembra que:

As políticas públicas, expressão das práticas, movimentações e tensões constitutivas desse quadro, são, portanto, também atingidas por tendências à fragmentação e à incomunicabilidade entre instituições, ações, projetos, profissionais, usuários, bem como pela tendência a sua organização conforme padrões desiguais de direitos e parâmetros de realização que reproduzem ou instauram diferentes formas de segregação espacial e social. Isso se dá de tal maneira que as ações que chegam aos espaços de fronteira de inserção social – espaços cuja precariedade das condições materiais de vida corresponde a formas graves de destituição política e cultural – tendem a ser fortemente corrompidas, nos seus conteúdos de direitos, por usos instrumentais à lógica de apropriação privada do poder e dos recursos do Estado. (s.p)

O mito da invisibilidade, muito comum em discursos que vitimizam as crianças em situação de rua, vem contribuir para a fragmentação dos programas de atendimento, e uma ambiguidade nos direitos da população em situação de rua, bem como, em grande medida, para a efetivação de políticas de extrema violência, em um movimento que oculta o preconceito, a discriminação e a violação de direitos, bem como a ausência de um cuidado cotidiano, de uma atenção às suas necessidades. É nesse sentido que entendemos ser essa invisibilidade relativa: se no âmbito das políticas sociais muitas vezes são invisibilizados, no que se refere às políticas de segurança estão claramente identificados. Mesmo quando falamos dos demais cidadãos, essa invisibilidade não real: é um olhar de quem passa e os teme, uma mão que vai à bolsa segurando com mais firmeza, um vidro fechado... Estabelece-se, com isso, uma ambiguidade no que tange à visibilidade dessas crianças, adolescentes e jovens pobres e, ao mesmo tempo, uma tensão nas políticas que os atingem. Parece-nos, no entanto, que tanto a visibilidade (ou invisibilidade) e o tipo de política direcionado está diretamente relacionado com a organização do espaço urbano.

Observamos, assim, a necessidade de uma releitura do que é o espaço urbano, da forma como foi construído e das intervenções que nele ocorrem cotidianamente, atribuindo-lhe novos sentidos e significados. O espaço urbano não é único. Cada espaço é composto por uma multiplicidade de espaços e relações. Mesmo se reduzirmos o olhar para uma única praça, encontramos ali infinitos usos e significados. Aquele lugar que compõe o espaço pode ser entendido por uns como local de passagem (a rua, por exemplo), mas pode ser vivido por

outros como lugar de liberdade, de identidade, de existência, como o local de sua casa. A fala de Iaiá nos parece muito significativa nesse sentido. Ela nos diz: “Olha essa é a minha casa. Pode entrar.” E assim nos apresenta o local onde vive com seu companheiro, Bruno. Uma barraca montada apoiada na grade de um estacionamento no centro da cidade do Rio de Janeiro. É a partir dali que os dois organizam suas vidas e tecem os caminhos a serem seguidos.

Neste sentido, a presença de crianças e jovens nas ruas altera sua paisagem, aqui entendida no sentido atribuído por Milton Santos: “tudo aquilo que nós vemos, que a nossa visão alcança, é paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca” (SANTOS, 2004, p. 103). Somente o fato de estarem presentes oferece um novo sentido aquele lugar. No entanto, a ideia de estarem fora do lugar, portanto, visíveis, associa-se a estarem fora de controle, necessitando de ações focalizadas pra ordena-los. O embate se dá de modo que cotidianamente são lembrados de sua “monstruosidade”.

Podemos questionar se a mesma pessoa que lança um olhar de medo e aperta o passo ao encontrar com um casal negro e pobre nas ruas, ao ir à comunidade onde eles vivem ela sentirá o mesmo medo. A ideia da existência de um “devido lugar”, anda muito próxima da sensação de insegurança e da demanda por ordem. De algum modo, parece que quando se vai ao encontro há uma preparação para isso com uma diminuição nos medos, visto estarem ocupando o lugar que a ordem social lhes destina. Ocorre, porém, uma reiteração de um olhar de medo, nojo, raiva para aqueles que estão “fora do lugar” e que, como sujeitos, o sintam e construam suas leituras e compreensões do mundo em diálogo com este ponto.

Acreditamos que, em grande medida, essas sutilezas do cotidiano contribuam para a formação de um modo próprio de se relacionar com os diferentes sujeitos sociais e instituições. Seria nesse sentido, que o menino diz gostar de assustar as pessoas na rua, de saber que sentem medo dele e fala com orgulho que faz pequenos roubos para “garantir o seu”, ou aquele menino, que brinca com os modos como pratica os roubos. Mesmo que, dentro da complexidade, de uma elaboração realizada nos espaços de fronteira, no sentido atribuído por Anzaldúa (1999), aquele menino, explique ao educador que na época de seu aniversário não pratica atos infracionais para poder estar com sua avó, ou este, defenda o direito de passar o aniversário com a mãe. De todo modo, a elaboração a partir destes espaços vem carregada de embates cotidianos, que, contudo, não nascem nas ruas, mesmo que ali enfatizados, mas que nos parece virem carregadas por um histórico de opressão. Parecem, sim, ser um dos elementos contribuintes para o movimento de ida para as ruas.

Assim, o questionamento e a indignação com a situação anteriormente vivida na comunidade, geraria um movimento de mudança, somando aos fatores múltiplos envolvidos nesse processo. Porém, esse questionamento e mesmo o movimento de mudança não é, necessariamente, capaz de romper com a colonialidade do saber. De fato, com a ida para as ruas, “o que muda é o circuito de convivência e de circulação” (GREGORI, 2000, p. 99). Não são novas pessoas, são os mesmos meninos e meninas que vão tentar conquistar a cidade da qual fazem parte sem fazer.

Como vimos, o lugar instável (ou o *não-lugar*) desses meninos e meninas no contexto das grandes cidades parece corresponder a instabilidades equivalentes no plano da definição de políticas, programas e ações para a infância e juventude. Essas instabilidades se manifestam em diferentes aspectos das medidas aí implicadas: na definição de público-alvo, do perfil das ações, da sua regularidade, dos seus objetivos, das concepções e categorizações que as orientam. A relativa duplicidade das categorias *adolescente* e *jovem*, presente em várias medidas do âmbito da infância e juventude, parece revestir-se de maior complexidade quando se trata de crianças e jovens em situação de rua.

Outro aspecto importante de se considerar ao falarmos da especificidade da situação de rua é referente às habituais categorias de análise, ou seja, os conceitos de adolescência e juventude. Se a adolescência é uma categoria referenciada em questões biológicas do desenvolvimento, entendendo-se que o adolescente está em fase de formação e hoje representa uma categoria penal; por sua vez, a juventude é uma categoria referenciada na prática social, estando associada à transição para a vida adulta. A complexidade das relações sociais, as novas formas de composição da família, as dificuldades para a inserção no mercado de trabalho, bem como a compreensão do que é a “vida adulta”, tem favorecido a ampliação desta categoria e o seu afastamento da *adolescência*. No entanto, se para determinados grupos sociais a adolescência (ou a juventude) começa aos 12 anos, para outros – normalmente os mais pobres – a vivência do que caracteriza essa fase da vida pode começar aos 9 ou 10 anos. Do mesmo modo, o término da faixa etária varia conforme o grupo social e sua universalização nos parece uma categorização arbitrária feita desde um ponto de vista das classes dominantes. Entendemos que cada grupo social vivencia os processos de inserção no mercado de trabalho, assunção da vida doméstica, paternidade/maternidade em tempos específicos. A realidade de jovens de classes mais abastadas não corresponde àquela vivenciada por jovens pobres. Quando falamos em situação de rua, as referências temporais são ainda mais distante do tempo hegemônico, bem como a compreensão do que é essa “vida

adulta” (que é outra definição social e cultural e, conseqüentemente, arbitrária).

Há, contudo, uma questão a ser considerada: as normativas legais impõe atendimento diferenciado aos adolescentes (atendidos pelo ECA) e favorecem, conseqüentemente, a elaboração de políticas públicas, programas e ações que interrompem, ou iniciam, o atendimento com base na idade dos 18 anos. A categoria juventude, por sua vez, retira a problemática dos 18 anos, balisando suas práticas para além da esfera penal. Atingem, com isso, dos 15 aos 24 anos, contudo, ainda assim não dão conta da especificidade da situação de rua.

A vida nas ruas rompe com as categorias definidas nos âmbitos médico, acadêmico e jurídico. Não há separação, nas ruas, do menino de 16 daquele com 20 anos. Estão todos juntos, se relacionando, formando seus grupos. Ter 12, 13 anos, ou 20, 21 não interfere necessariamente nas suas ações cotidianas, ou nos seus modos de estar no mundo. Por outro lado, a violação de seus direitos e a necessidade de políticas públicas para atender a essa população é escancarada. Talvez a própria dificuldade de “enquadrá-los” nas categorias postas já aponte para as especificidades desse grupo, bem como para a necessidade de políticas públicas atentas a essas especificidades e para a progressiva mediação entre sua situação particular desses grupos no presente e as políticas gerais às quais deveriam ter direito.

Poderíamos ter optado, todavia, pela categoria juventude, ampliando-a àqueles com 12 anos, por entendermos que já respondem às exigências de tal conceito – como uma suposta “transição” para a vida adulta, inserção no mercado de trabalho, e assunção de responsabilidades, porém, considerando que as principais ações políticas que os atingem possuem um forte peso na questão penal, visto que se dão na esfera da segurança e da ordem pública, somado ao fato do grupo com que trabalhamos ser composto em sua maioria adolescentes de 12 a 15, bem como pelo fato das políticas deliberadas para a situação de rua ser pautada na temática da criança e do adolescente, optamos, nessa pesquisa, por trabalhar com o conceito de crianças e adolescentes, mesmo que em muitos casos estejamos falando também de pessoas entre 18 e 24 anos, sem, contudo, excluir a própria ideia de juventude.

1.2 Espaço urbano e situação de rua

A temática da infância e adolescência, no que tange à esfera da educação, normalmente é trabalhada a partir e em torno da educação escolarizada. No entanto, este

enfoque não dá conta das especificidades dos meninos e meninas que se encontram em situação de rua. Pensar educação, direitos e políticas dessa garotada é pensar a educação e os direitos a partir da própria relação que eles estabelecem com a produção da sua espaço-temporalidade, o que nos leva a refletir sobre suas relações com a cidade. Consideramos, com Milton Santos (2004), o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações²¹ e, assim, reconhecemos suas categorias analíticas internas como a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. Se falamos de objetos e ações, falamos de instituições, circuitos, práticas e sujeitos, falamos de sujeitos que atuam, constituem e são constituídos pelo meio, falamos de sujeitos que participam da construção da sociedade, nos diálogos das relações de poder, de processos históricos de inclusão e de segregação.

Desde essa perspectiva, olhamos para crianças, adolescentes e jovens pobres, com foco especial para os que estão em situação de rua, meninos e meninas que, apesar de inseridos no contexto da cidade, fazem parte dela sem fazer; a constituem, sem, no entanto, terem direito àquilo que Marques (2010) identifica como a *cidade autorizada*. São constituintes desse espaço que, carregado de formas de dominação, de inclusão e exclusão, os categoriza e os subalterniza, destinando lugares específicos para ocuparem. No entanto, esse espaço nos é apresentado de modo a esconder os processos que o constituem, como se esta fosse a única forma de organização possível.

O fato de o espaço ser tratado como um fato da natureza, 'naturalizado', através da atribuição de sentidos cotidianos comuns dificulta a conceituação e mesmo a compreensão de que o sentido atribuído a este está assentado e referendado em processos sociais, bem como influenciado por matrizes culturais e dinâmicas históricas. As formas como concebemos e nos relacionamos com o espaço, além do sentido que a ele atribuímos não são, portanto, elementos de uma dada natureza, inerente ao ser humano por *essência*. São, antes de qualquer coisa, construções e como tal devem ser sempre consideradas e tratadas (MARQUES, 2007, p. 45).

A desconstrução dessa ideia naturalizada de ocupação e de gestão do espaço urbano implica a reflexão sobre as formas de organização da sociedade, uma vez que o modo como essa sociedade se estrutura, o modo como ocorrem as relações sociais e as relações de trabalho está intrinsecamente vinculado aos modos de produção. As relações se efetivam em um espaço que, em constante processo de transformação e cuja historicidade não pode ser ignorada, dá corpo e define um lugar para cada elemento. Dentro deste modelo, a expansão do capital vem atrelada à expansão do espaço urbano que carrega as desigualdades econômicas e culturais próprias desta ordem. No contexto capitalista, especialmente no capitalismo

²¹ Milton Santos (2004) compreende ação como um processo dotado de propósito e no qual um agente, mudando alguma coisa, muda a si mesmo, em dois movimentos concomitantes.

dependente (FERNANDES, 1974), a própria modernização do urbano, em especial nos espaços metropolitanos, não só não reduz as desigualdades sócio-espaciais, como as atualiza como elemento instrumental à própria acumulação.

Primeiro, porque se trata de uma forma de modernização ancorada na renovação instrumental de formas arcaicas de trabalho que alimentam a maximização da produção de excedentes, envolvendo a manutenção de redes hierarquizadas de trabalho que interligam as mais inovadoras às mais provincianas formas e relações, os mais altos aos mais baixos padrões de remuneração, no próprio contexto metropolitano. Segundo, porque a modernização dos núcleos mais avançados de vida metropolitana requer também uma apropriação desigual do excedente que financia a própria produção urbana, implicando, portanto, a produção, manutenção e incorporação, às relações metropolitanas, de espaços sem o mesmo padrão de urbanização e de urbanidade, espaços que sustentam duplamente – pela baixa remuneração do trabalho e pelo baixo custo de urbanização – um padrão de produção de excedente e a lógica de apropriação que lhe é inerente (ALGÉBAILE, 2007, s.p.).

A expansão das cidades, em especial das metrópoles, incorpora, a seu modo, as classes subalternizadas, sendo estas essenciais para sua manutenção. A produção desigual do espaço urbano não é fruto do acaso, ou da “natureza”, mas sim resposta necessária à própria forma de organização social moderna. No processo de expansão do capitalismo, a gestão do espaço urbano se ocupa em garantir espaços de uso seletivo, delimitando territórios e fronteiras. A complexidade das relações estabelecidas pelo capital impõe que os pobres ocupem territórios subalternizados, porém, dentro de uma subalternidade seletiva, estes devem estar a uma distância tal do centro que viabilize a própria produção do capital. Se não podem compartilhar os espaços das classes dominantes, todavia não podem estar demasiadamente afastados dos centros, nem mesmo de bens, serviços e equipamentos culturais e de lazer.

A construção de espaços diferenciados dentro da cidade, com a existência de enclaves de riqueza e enclaves de pobreza, com a distribuição desigual de equipamentos culturais, de educação, saúde, de serviços públicos e de trabalho, acaba por constituir territórios subalternizados destinados aos grupos subalternizados. Importante frisar que esta forma de organização é intrínseca ao capitalismo, sendo constitutiva desse modelo. Centro e periferia são os dois lados de um mesmo processo. Entendemos, junto com Marx (1996), que os indivíduos não se fazem a si mesmos, são produzidos na mediação com o meio e é nessa mediação com o real onde ocorrem as leituras de mundo e as intervenções do indivíduo em relação ao meio. A alocação das classes subalternizadas em territórios subalternizados e sua inscrição em circuitos limitados expõe um profundo processo de dominação. A organização do espaço urbano em si se dá de modo a “externalizar o custo da produção” e barateá-lo, aumentando o lucro do capital, favorecendo um processo de produção cotidiana da desigualdade.

É a partir destas reflexões que podemos pensar que, no que se refere à gestão da

pobreza, há uma multiplicidade de formas de ação por meio das quais vem sendo alterada a intensidade dos “afastamentos” e “acessos” a que essa população terá direito, conforme sua inserção nos processos de produção. A diferenciação de acessos implica também a diferenciação na garantia e efetivação de direitos, bem como nas políticas que lhes são destinadas, incluindo aqui as políticas que garantam os próprios deslocamentos e afastamentos dos grupos subalternizados, em seus variados graus, dos centros de riqueza e de produção.

Constitui-se, com isso, uma complexidade na organização do espaço urbano, que se ancora na constante realocação dos pobres em territórios subalternizados, conforme vão se dando a expansão da cidade e a emergência de novas necessidades de gestão da pobreza. Como mostra Milton Santos, a distribuição da sociedade no espaço “é o resultado de uma seletividade histórica e geográfica, que é sinônimo de necessidade. Essa necessidade decorre de determinações sociais fruto das necessidades e das possibilidades da sociedade em um dado momento” (SANTOS, 2004a, p. 61). A necessidade de acumulação de capital favorece processos de profunda exploração do trabalho e de constituição de diversas formas de subalternização concretizadas em diversas práticas segregacionistas, que acabam sendo naturalizadas. A organização do espaço aparece como uma das formas de consolidação dos diversos modos de controle, dominação e subalternização dos povos e grupos sociais.

Ao longo da história da expansão urbana no contexto capitalista, há ações do Estado cuja efetividade resulta do fato de que não são ações de mera recusa de acesso à cidade, mas ações de acesso seletivo, regulado, prescrito, segundo uma lógica instrumental ao capitalismo em expansão. A presença de pobres no contexto urbano é fundamental para o funcionamento da ordem capitalista. Assim, não é possível a retirada e o afastamento total desses grupos, tanto pelas ações de resistência que oferecem, quanto pelo fato de serem eles a base da produção da riqueza.

As políticas de afastamento irão, assim, responder às demandas do capital. A construção das demandas das políticas de remoção vem, em geral, associada aos interesses do capital especulativo, imobiliário. De tal modo que aquilo que é definido como “problema social” acaba por ser parte intrínseca da modernidade. A elaboração de conhecimentos e discursos a respeito do “problema” acaba por girar dentro da mesma base epistemológica eurocentrada e tende a reproduzir o pensamento etiológico positivista da busca pelas suas causas, enfocando, na maioria das vezes, o indivíduo, sem considerar a complexidade da estrutura social, nem as relações de poder que lhe são constitutivas. Em consequência, a

conclusão versa sobre o modo de inseri-los na sociedade, sem, no entanto, enfrentar-se o fato de que é justamente por serem pobres – como pobres – que estão inseridos e que não podem deixar de sê-lo, para o bom funcionamento do capital.

Sem que haja nenhuma preocupação efetiva de se acabar com a pobreza constroem-se, por exemplo, ideias sobre o risco da moradia em encostas²², quando se tem o interesse de aproveitar a terra ou valorizar regiões nobres – especulação imobiliária – ao mesmo tempo em que são propostos projetos de urbanização das favelas, quando sua localização se faz útil ao capital em expansão. A própria remoção, muitas vezes, tem sentido de dupla valorização de espaços: libera espaço nobre para novas construções e usos e possibilita o investimento estatal na expansão da uma infraestrutura urbana que, por sua vez, é apropriada pela especulação imobiliária em áreas antes de baixo valor.

Outros exemplos de medidas e ações orientadas por propósitos similares podem ser identificados ao longo da história do capitalismo, como a criação de vilas operárias e a determinação de instalação de instituições pré-escolares junto a fábricas em fins de século XIX e início do XX (ALGEBAILLE, 2009), as quais não tinham por objetivo atender a nenhum direito da mulher e da criança, mas manter no trabalho determinados grupos de mulheres que eram necessárias a determinadas atividades produtivas, como a têxtil; a criação de transportes públicos, que não se dava em atendimento à população que está distante, mas para viabilizar o deslocamento cotidiano da força de trabalho necessária às atividades produtivas. Os exemplos são muitos e indicam que o que caracteriza a produção do espaço urbano no contexto capitalista (e não só no contexto das práticas coloniais mais concretas, mas de uma subjetividade *capitalista* que se estrutura a partir de uma relação de colonização permanente de coisas, pessoas, tempos, usos) é a subordinação da alocação de pessoas e objetos às instrumentalidades que os mesmos têm para o capital. Temos, com isso, uma variabilidade de formas de alocação que, por sua vez, dissimula relativamente o fato de que a cidade é desigualmente apropriada (isso ficaria mais visível se todos os pobres fossem simplesmente guetificados do mesmo modo).

É nesse sentido que entendemos que o modo como se percebe a presença de meninos e meninas pelas ruas, a reação que se tem a eles e as ações que o Estado propõe parecem estar diretamente relacionadas com o lugar – geográfico-social – em que se encontram. A divisão no espaço, respondendo às desigualdades sociais, influi diretamente no imaginário que se

²² Não estamos aqui entendendo não haver qualquer tipo de risco ou problemas nas habitações construídas nas encostas, em especial aquelas feitas sem as devidas condições, mas observando como, em muitos casos, há um uso desses riscos conforme o interesse do capital especulativo e imobiliário. Os discursos técnicos são, assim, reapropriados servindo a interesses do capital.

constrói de cada espaço e, do mesmo modo, gera expectativas diferenciadas das ações do Estado. Se a organização do espaço é consequência e expressão de uma determinada forma de se estruturar a sociedade, construída histórica e socialmente, as ações do Estado tendem, respondendo às expectativas da classe dominante, a reforçar as fronteiras e reafirmar o *status quo*.

A delimitação de circuitos para a pobreza acaba por reforçar as fronteiras que separam a *cidade autorizada* da *cidade negada* e conseqüentemente seus habitantes, tendo aí a polícia um papel fundamental, bem como o Direito, que vem legitimá-las. Sociedade é espaço, constituído por homens e mulheres que têm suas vidas profundamente dependentes da natureza em sua complexidade. É dentro desta compreensão que Porto-Gonçalves (2008) nos lembra: “o conceito de território pensado para além dos dualismos nos obriga a abandonar um dos pilares do pensamento eurocêntrico que é a separação de sociedade e natureza” (p. 152). Pensar território em sua complexidade, nos impõe considerar ainda que o modo como cada espaço é ocupado está repleto de significados:

o modo como cada objeto/cada lugar é situado, distribuído, percebido, sentido; o modo como cada gênero/grupo/camada/estamento/classe/etnia é disposto/dispõe espacialmente por meio das relações sociais e de poder; o modo como se distribui e como qualificamos/desqualificamos os lugares/regiões e os diferentes subespaços, constitui as diferentes *ordens sociais*, seus territórios. (idem, p. 152)

No Rio de Janeiro, desde a chegada da Corte, convivem duas lógicas distintas – a escravista e a capitalista – o que se reflete no modo de organização do espaço urbano. É desta época que a organização espacial hierarquizada marca a divisão territorial da cidade, delimitando fronteiras e um modo de ordenamento próprio em que, já nesse período, exigia a proximidade dos centros urbanos para a busca cotidiana do trabalho tendo, contudo, circuitos próprios e, conseqüentemente, subalternizados (MALAGUTI, 2003).

O fato desses meninos e meninas romperem com fronteiras e criarem novos campos de disputa do espaço urbano, re-existindo em zonas até então destinadas às classes dominantes, re-significando o trabalho e a relação com o tempo e com o capital, juntamente com o imaginário social que os coloca como os exemplares mais baixos da hierarquia social na organização urbana, expõe a crise da hegemonia dominante, sua perda de legitimidade (PORTO-GONÇALVES, 2008), e impõe políticas mais severas de afastamento e recolhimento, que, somadas ao processo de objetificação a que estamos submetidos, favorecem o uso da violência oficial. A pouca serventia que têm ao capital, diretamente, e a exposição a que coloca o sistema, escancarando as desigualdades, contribuem para que, sem serem vistos como cidadãos, sejam removidos para o *não-lugar*, e estejam sob risco de fortes

violências, incluindo o risco de ações de extermínio.

A complexidade das formas de produção dos saberes, ou a existência de relações mais complexas, com base em outras formas de construção, inclusive de outros saberes, irá viabilizar a existência de ações que, para além de resistências, podem ser reconhecidas como de re-existências. A ocupação de espaços destinados a outros fins, parcial, transitória ou de modo mais ou menos estável, consiste sempre em uma disputa e é geradora de conflitos (QUIJANO, 2000): a disputa por territórios e mesmo pelos sentidos e significados desses territórios que cria alternativas de libertação dos grupos subalternizados para além da opressão do capital e das formas de violência em que ele se expressa.

1.3 Sobre o encontro com o pensamento descolonial

O encontro com o pensamento descolonial deu-se ao vislumbrar ali perspectivas analíticas que dialogam com as demandas advindas do trabalho com crianças e adolescentes pobres, em especial os aqueles que se encontram em situação de rua.

Desde há muito vem se desenvolvendo na América Latina um pensamento próprio, gestado a partir das experiências aqui desenvolvidas. Não são poucas as sínteses produzidas a partir de reflexões que têm surgido ancoradas intimamente na luta pela superação das condições de desigualdade e dominação impostas às classes populares no continente, realidade cuja peculiaridade esteve marcada pela diferença colonial, e que tem passado de um modo por vezes despercebido. Entre ditas produções encontramos a teoria da dependência, a pedagogia do oprimido, a economia popular solidária, a teoria da dependência, a teologia da libertação e a filosofia da libertação, dentre outras.

Em outra linha de análise convergente, ao observar a realidade da vida cotidiana e das lutas dos que Florestan Fernandes chamaria de Condenados do sistema, ao observar as classes subalternas e os povos originários e afrodescendentes na nossa América, diversos pensadores foram percebendo que as categorias clássicas do pensamento social não davam conta de responder às especificidades do contexto aqui existente. Foram desenvolvidas, assim, teorias que considerassem a condição da Nossa América (MARTÍ) no contexto mundial, repensando os processos de dominação e de libertação. No entanto, de certa maneira, tais teorias tendiam a reproduzir determinadas lógicas do pensamento social tradicional e eurocentrado, situação que aparecia na naturalização de categorias analíticas como a existência de uma única verdade

e uma tendência à universalização em uma aposta na ciência moderna como única forma válida de se produzir conhecimento.

Nas décadas de 1970 e 1980, e a partir de contribuições significativas como as de Franz Fanon, Albert Memmi e Theotonio dos Santos, entre outros, e em debate com Emmanuel Walerstain, o sociólogo peruano Anibal Quijano coloca as bases conceituais do que chamaria de colonialidade do Poder, que entende a racialização da formas de dominação como uma característica intrínseca a sociedade moderna. Diversos pensadores da nossa América, como Walter Mignolo, Anibal Quijano, Enrique Dussel, Santiago Castro-Gómez, dentre outros, têm contribuído no desenvolvimento de estudos que apontam o viés de colonialidade no modo de pensar, agir e organizar a sociedade, em um processo de manutenção da relação colonial, ao que tem se chamado de colonialidade do saber

Nesse sentido, entendem que o processo de colonização marca a nossa história, delineando as bases do nosso pensamento e as formas de compreensão do mundo. As heranças do colonialismo se fazem presentes no modo como nos relacionamos, como identificamos o que é cultura, religiosidade, beleza, arte, enfim, nos mais diversos recantos da vida cotidiana, sempre com base na compreensão de haver uma única cultura com seu padrão de civilidade (logicamente a europeia) a que todos os demais devem alcançar e são, deste modo, categorizadas conforme uma suposta distância estabelecida com o modelo da metrópole. As consequências da colonialidade têm um peso significativo no modo de produzir conhecimento, ao legitimar a racionalidade europeia como neutra e universal e definir o pensamento científico como o único meio válido para se chegar “à verdade”. Podemos entender a colonialidade como “um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno e organiza a forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas articulam-se entre si” (COLAÇO e DAMÁZIO, 2010, p.88).

Para avançarmos na compreensão da constituição de tal processo, nos parece necessário olhar para a história da colonização da América e sua relação com as mudanças geopolíticas que ocorrem no mundo nessa época. Somente nesse momento que a Europa assume a centralidade das relações mundiais, firmando-se como principal referência no comércio mundial. A conquista da América garantiu aos europeus o acesso ao ouro, à prata e a outras especiarias, conseguidas a partir da exploração do trabalho não remunerado de índios e negros, proporcionando um lugar privilegiado aos europeus no controle do comércio mundial e, conseqüentemente, no controle do capital, do trabalho e dos recursos de produção. Constitui-se, a partir de então, um mercado cada vez mais integrado e monetarizado

impulsionado pelos metais preciosos advindos da América e a Europa passa a ser a sede central do controle do mercado mundial (QUIJANO, 2005).

Como centro do capitalismo mundial, foi possível à Europa impor seu domínio colonial sobre os diferentes povos, nas diferentes regiões do planeta, integrando-os ao seu padrão de poder. O novo padrão mundial de poder se firma com o estabelecimento de um novo universo de relações intersubjetivas de dominação que, seguindo o pensamento binário, cria uma oposição entre a Europa (e o europeu) e as demais regiões do mundo (e seus povos). Assim, no mesmo movimento de identificar cada um dos povos, categorizam e hierarquizam. Negando suas histórias, suas particularidades culturais, e reprimindo seu universo simbólico, seus padrões de expressão e suas subjetividades, recontando a história com base em elementos necessários à expansão do capital em benefício do centro europeu. Como contra ponto, de forma a viabilizar o próprio processo de dominação, há, em certa medida, uma apropriação da cultura dos colonizados. A violência passa a ser elemento constitutivo das práticas sociais. No bojo deste processo, as noções de “civilização” e de “civildade” serão essenciais para a propagação da dominação exercida pela Europa colonizadora.

A análise desenvolvida será fundamental para ampliarmos o conceito de modernidade ou melhor, vermo-lo de outra perspectiva. A visão clássica da modernidade aproxima o surgimento da civilização ocidental com o desenvolvimento das ideias na Grécia Antiga (desconsiderando mesmo as influências dos povos árabes e africanos na própria base de muitos desses conhecimentos), assim, a modernidade seria um fenômeno fruto da “evolução natural” da Grécia à Europa. A modernidade é, dentro da visão tradicional, um fenômeno exclusivo da Europa estando os demais povos “atrasados”, distantes da modernidade.

Reconhece-se, porém, dentro da perspectiva descolonial, uma impossibilidade da existência da modernidade sem a colonialidade, de modo que todos os povos estão vivendo a própria modernidade. É desde esse prisma que Wallerstein defende a noção da existência de um sistema-mundo moderno, que, segundo Wallerstein e Quijano (2002), teve sua origem no século XVI, justamente pela interdependência entre a colonização e o estabelecimento da Europa como centro de poder capitalista. A ideia de sistema-mundo moderno-colonial vai deslocar a origem da modernidade, autodefinida no século XIX, para o XVI como o início dos mercados exportadores da indústria do açúcar e do café na chamada colonização. Em tempo a origem da civilização ocidental sai da Grécia Antiga, para uma articulação espacial do poder, considerando as histórias dos diversos povos e grupos e sua influência no modo próprio de cada um deles estar no mundo. Podemos falar, assim, da modernidade, como um sistema-

mundo moderno-colonial que se firma a partir de uma articulação entre os povos e tem como base o capital.

No período da colonização, pela primeira vez foram testadas as mais variadas formas de exploração do trabalho deliberadamente para produzir para o mercado mundial; e de forma que todas elas estavam articuladas entre si pela sua vinculação com o capital, configurando um “novo padrão global de controle do trabalho, por sua vez um novo elemento fundamental de um novo padrão de poder, do qual eram conjunta e individualmente dependentes histórico-estruturalmente” (QUIJANO, 2005, p. 230).

Imbricada no processo de colonização e sua própria negação, cujo movimento de expansão/globalização continua até hoje, a modernidade se funde com o capitalismo e seu processo de expansão que abrange diversas vertentes: cultural, política, ideológica, epistemológica e simbólica (MARQUES, 2010). Com base nas reflexões de Quijano sobre a modernidade, aprendemos ser o atual padrão de poder mundial o primeiro em vários sentidos específicos:

Um, é o primeiro que cada um dos âmbitos da existência social estão articuladas todas as formas historicamente conhecidas de controle das relações sociais correspondentes, configurando em cada área uma única estrutura com relações sistemáticas entre seus componentes e do mesmo modo em seu conjunto. Dois, é o primeiro em que cada uma dessas estruturas de cada âmbito de existência social, está sob a hegemonia de uma instituição produzida dentro do processo de formação e desenvolvimento deste mesmo padrão de poder. Assim, no controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, está a empresa capitalista; no controle do sexo, de seus recursos e produtos, a família burguesa; no controle da autoridade, seus recursos e produtos, o Estado-nação; no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo. Três, cada uma dessas instituições existe em relação de interdependência com cada uma das outras. Por isso o padrão de poder está configurado como um sistema. Quatro, finalmente, este padrão de poder mundial é o primeiro que cobre a totalidade da população do planeta. (QUIJANO, 2005, p. 242)

Como consequência desse novo padrão mundial que se estabelece com a colonial/modernidade temos a instauração de uma colonialidade do poder, sem a qual não é possível compreender a manutenção das estruturas de dominação existentes. A possibilidade de definir uma perspectiva de conhecimento e um modo de produção do conhecimento, com base em uma racionalidade específica que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, a que se reconhece como eurocentrismo, determina o poder europeu.

A reestruturação da ordem mundial decorrente da conquista do Atlântico imprime uma característica indissociável de colonialidade ao desenvolvimento do capitalismo a partir do século XVI. Este momento da construção do imaginário colonial, a cargo dos intelectuais orgânicos da burguesia dos séculos XVII a XIX não aparece na história do capitalismo, contada sempre com referência à Europa ou a partir dela, tornando assim a colonialidade do poder um fenômeno invisível. Desta maneira, a colonialidade do poder se torna uma característica constitutiva do sistema mundo moderno. (BARRÍA MANCILLA, 2010, p. 5)

A colonialidade do poder constitui nosso modo de pensar, se tornando intrínseca à

nossa forma de ver o mundo. Deste modo, o eurocentrismo se perpetua reafirmando a suposta superioridade e naturalizando os processos de dominação. Ideias como “atrasado”, “pouco civilizado” são absorvidas e se refletem no imaginário social²³ Há, como identifica Boaventura Santos (2010), um verdadeiro epistemicídio ao negar todas as demais formas de se produzir conhecimento. O modelo europeu reconhecido como o único válido, estando em um nível superior aos demais, conseqüentemente, sua música passa a ser vista como *a* música, sua religião como *a* religião, sua arte como *a* arte, sua organização, como *a* organização familiar. É Porto-Gonçalves (2008) quem nos ensina que pensar com as categorias do dominador favorece em muito que reproduza-se a própria dominação

O discurso eurocêntrico da modernidade fez com que a diferença específica da América, sua colonialidade, se diluísse tal como formulada pelo discurso eurocêntrico. Esse discurso não consegue ver a colonialidade que lhe é constitutiva e, assim, não vê as clivagens, a opressão e a tragédia que lhe são coetâneas. Deste modo, continua-se oferecendo modernidade para superar as mazelas da modernização num ciclo vicioso que, mais do que como farsa, se reproduz ampliamente como capital por meio de injustiças, devastações e tragédias nesse sistema mundo moderno-colonial que nos governa. (p. 143)

Dentro deste debate, Castro-Gómez (2005) retoma a temática da Modernidade e a conceitua como “uma série de práticas orientadas ao controle racional da vida humana, entre as quais figuram a institucionalização das ciências sociais, a organização capitalista da economia, a expansão colonial da Europa e, acima de tudo, a configuração jurídico-territorial dos estados nacionais” (p. 180). A modernidade é assim entendida como um novo paradigma de vida cotidiana, de compreensão da história, da ciência, da religião, baseada em um pensamento binário que define os dominantes e os dominados, o colono e o colonizado, o cristão e o sem alma, dentre outras, incorporadas no modo como lemos e vivemos a dinâmica social. Segundo Dussel (2005) o mito da modernidade seria assim descrito:

1. a civilização moderna auto-descreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica). 2. a superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral. 3. o caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”). 4. como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial). 5. esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etc.). 6. para o moderno, o bárbaro tem “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à “modernidade” apresentar-se não apenas como inocente mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas. 7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os

²³ Como consequência desse processo é fácil observar tanto em reportagens jornalísticas, quanto em produções acadêmicas uma constância em se comparar os fatos sociais ocorridos aqui com modelos euro-norte-americanos, bem como em utilizar referenciais teóricos também desta matriz, em detrimento da consideração de produções e experiências latino-americanas, africanas, asiáticas, ou seja, do Sul. Não falamos em ignorar ou negar aqueles referenciais, mas sim em contextualizá-los histórica e socialmente, e abrir o diálogo para outros que sejam produzidos desde diferentes pontos de vista, com base em diferentes epistemologias.

sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etc. (DUSSEL, 2005, p. 64-65)

Vale lembrar que o imaginário²⁴ moderno de sociedade envolve somente os dominadores, ou seja, homens/brancos/proprietários (PORTO-GONÇALVES, 2006). Todos os demais, como é o caso de mulheres, crianças, negros e negras, homossexuais, são subalternizados com suas culturas e saberes, de forma que cotidianamente são subjugados e “ensinados” a ocuparem um lugar subalternizado na sociedade. Segundo Mignolo (2005), em diálogo com o conceito de geocultura, pensado por Wallerstein (1991a):

A imagem hegemônica não é portanto equivalente à estruturação social, e sim a maneira pela qual um grupo, o que impõe a imagem, concebe a estruturação social. Dever-se-ia entender por “imaginário do mundo moderno/colonial” as variadas e conflitivas perspectivas econômicas, políticas, sociais, religiosas, etc., nas que se atualiza e transforma a estruturação social. (...) não há dúvidas de que o que Wallerstein chama de geocultura é o componente do imaginário do mundo moderno/colonial que se universaliza, e o faz não apenas em nome da missão civilizadora ao mundo não europeu, mas relega ao século XVI ao passado, e com ele o sul da Europa (MIGNOLO, 2005, p. 91).

Não se propõe, aqui, contudo, a desqualificação de todo o pensamento produzido desde a visão tradicional das ciências sociais, mas um movimento de situá-los histórica e socialmente reconhecendo seus limites. Há, assim, a necessidade da realização de um giro epistemológico no sentido atribuído por Mignolo (2005), ou seja, de uma mudança de perspectiva de produção de conhecimento, que considere os saberes e conhecimentos produzidos desde o Sul, em diálogo com as diversas epistemologias existentes aqui, rompendo com categorias clássicas e se abrindo para novas formas de pensar. Mais do que reconhecer a diferença do outro e aceitá-la, propõe-se a validação de diversos modos de pensar, produzir, estar no mundo, rompendo com a crença da existência de um único modelo possível e universal.

Deste modo, o que se deseja neste trabalho é propor uma reflexão que considere a existência e a validade de diversas racionalidades e formas de estar no mundo, bem como a validade de formas de produção de conhecimento para além do pensamento tradicional científico. Não estamos propondo simplesmente “dar a voz” às crianças e adolescentes em situação de rua, mas buscar nesse diálogo formas alternativas de sociabilidade, de compreensão do mundo e da cidade. A reflexão não pretende tampouco identificar categorias de análise válidas para todos, mas sim sutilezas que em um processo constante de transformação possam apontar caminhos para a construção de outros modelos de sociedade.

²⁴ Utilizamos o conceito “Imaginário” no sentido proposto por Édouard Glissant (1997) e trabalhado por Mignolo (2005): “Para Glissant ‘o imaginário’ é a construção simbólica mediante a qual uma comunidade (racial, nacional, imperial, sexual, etc.) se define a si mesma. Em Glissant, o termo não tem nem a acepção comum de uma imagem mental, nem o sentido mais técnico que se adquire no discurso analítico contemporâneo, no qual o imaginário forma uma estrutura de diferenciação com o Simbólico e o Real” (p. 72).

Entendemos, dentro desta perspectiva, que há nas relações dessa garotada com a cidade mais do que apenas resistência, mas formas de re-existência de suas vidas e da cidade, bem como não há apenas a reprodução de formas de dominação. Acreditamos sim, com Anzaldúa (1999), que há um pensamento próprio desenvolvido nas zonas de fronteira, ou seja, um pensamento produzido pelo encontro das particularidades de cada sujeito com seu meio, desde o lugar onde se encontram, com o peso das histórias que carregam, no encontro entre a opressão e a re-invenção. Apostamos assim nos espaços de encontro, nas sutilezas escondidas, nas possibilidades apontadas.

2. AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES POBRES E A CIDADE

*Pra onde vou, não sei se volto. E nem sei se chego lá.
Posso cruzar uma rua, um moço a me provocar. Posso
dobrar numa esquina, ouço um berimbau tocar. Gosto
muito do trabalho, mas patrão, tenho que parar²⁵*

A conversa fluía enquanto fabricávamos bonecos de mamulengo. Sentados nos bancos da praça, Maurício pergunta se é verdade que o mundo vai acabar em 2012. Digo que algumas pessoas acreditam que sim e lhe pergunto o que ele faria caso isso fosse verdade. Adriano nos diz que se o mundo acabar as pessoas vão para o céu ou para o inferno. E o que tem que fazer para entrar no céu? "tem que ser bom, tem que parar de fumar, de usar thinner, crack, maconha, de brigar, de xingar as pessoas, de bater..." e continua insistindo que tem que parar de xingar as pessoas. Dizia que não xingava antes, que começou quando foi para as ruas. Explicava que quando foi para as ruas, andando em Copacabana encontrou uma vez uma cigana que lhe tirou uma carta e lhe disse que passaria a ter ódio de mulheres brancas. Dizia que não acreditava na cigana, mas que ela acertou e que hoje ele tem "raiva, ódio mesmo das mulheres brancas" e que gosta quando elas sentem medo e que também não sabe porque sente tanto ódio. Afirmou ainda que "assaltar negra não dá. Eu tenho medo delas, são brabas", e que elas poderiam ser suas mães, tias, avós; que poderiam ser alguém da comunidade e que certamente eram trabalhadoras e ainda entendia que as negras estariam certas se fossem lhe chamar a atenção.

Maurício concorda com ele: mesmo sem ter seu futuro previsto por uma cigana, havia aprendido a sentir raiva

²⁵

Música tradicional da Capoeira Angola.

das mulheres brancas e nos explicava que "tem muita mulher branca pior do que a gente", dizia que elas xingavam e achavam sempre que iam rouba-las, e que eles não iam, iam apenas pedir dinheiro. Adriano insiste que elas são as piores. Com certo orgulho, Joaquim nos contava que "as mulheres brancas têm medo da gente", "playboy e madame têm medo da gente, é fácil" e brincavam de apresentar as formas que as abordavam para que se sentissem amedrontadas.

Iniciou-se um questionamento sobre quem ali era negro. Inúmeras categorizações apareciam: negro, preto, moreno, mulato, escuro, de cor... o negro era o outro. Poucos dos presentes se identificaram logo de início como negros, apesar de reconhecerem nos outros. Adriano se identificava como "moreno" e identificava Maurício como "negro": dizia "eu não sou negro, ele que é", indicando Maurício (que tem a pele mais escura), o qual respondia "não sou!" de cabeça baixa e saindo da roda. Maurício é o menor e mais novo do grupo. E perguntávamos "e é ruim ser negro?" "porque é sujo, fede", "não é ruim, mas eu não sou. Só ele que é". Marina, que se identificava como negra, entende que é racista, vez que não gosta de homens brancos. Já Joaquim, que se percebe com moreno, entende que isso não o faz racista, pois apesar de não gostar das brancas, gosta de morenas e negras (em sua categorização, Fabio, da equipe, é "branco queimado", Jô, negro e eu, "morena").

Voltando ao tema do fim do mundo, Adriano nos conta que o paraíso é um lugar onde poderia brincar o dia todo, ideia que é compartilhada pelos demais da roda. E insiste que para ir ao paraíso tem que parar de xingar e que sente raiva de mulher branca. Pergunto se ele imagina porque teria raiva e diz que não sabe. Pergunto

se onde ele morava tinha mais mulher branca ou negra e diz "morena". Do grupo presente, ele identifica Gabriela como negra, Marina como morena. Pergunto qual a diferença, visto que a cor da pele é muito semelhante, e ele explica "ela é mais clara. Os negros eram nossos escravos".

Bruno, que se identifica como índio, filho e neto de índios que vieram para o Rio, explicava que não era negro e complementava colocando que os negros haviam sido escravos, que os índios não: "eu sou índio. E índio é melhor que negro, porque negro foi escravo, índio não." Diz que os morenos não tinham escravos, que estes eram dos brancos e que os morenos são a mistura de preto com branco e com índio e que trabalhavam para os brancos tomando conta dos escravos como capatazes. Adriano pergunta sobre os escravos e indígenas e falamos que os portugueses traziam de diversos países da África negros para serem escravizados aqui no Brasil e que esse processo era repleto de muita violência, que mataram muitos índios e negros e que havia muita violência na forma de tratarem negros e indígenas. Poucos sabiam que os escravos apanhavam, ou qual era o "regime de trabalho" existente, basicamente associavam escravidão à falta de vontade de trabalhar, que eram vagabundos e tinham que apanhar. Adriano se impressiona e pergunta se é verdade que os índios comem gente, e se comem comida crua, o que vamos desmistificando. Questiono se não está fazendo com os índios o mesmo que as "mulheres brancas" fazem com eles e ele volta a dizer que tem que para de xingar e de bater.

Pergunto se onde ele vivia xingavam ele e me diz que não, que morava com a vó, o tio e a tia e que a mãe morava perto com o padrasto e os irmãos filhos do padrasto, que só o xingavam quando ele desobedecia, que

o padrasto era muito bom para ele, que dava dinheiro para ele fazer o que quisesse e que ele gastava esse dinheiro no fliperama. Disse ainda que quando voltava para a casa a mãe mandava ele tomar banho e depois preparava uma comida, ele comia via tv, dormia e ia brincar com os amigos. Que sentia falta e estava cansado da vida na rua e que queria voltar para casa no sábado para encontrar com o tio dele (que só estava em casa aos sábados) e que a mãe fazia carinho nele e que o padrasto era bom.

No dia 1º de dezembro de 2009, a equipe chega ao local de encontro com o grupo de jovens e não há ninguém ali. Aos poucos eles chegam. Muito agitados, nos relatam o que ocorreu na noite anterior: um grupo de jovens foi se arrumar para dormir e com seus poucos pertences se deitavam, se acomodando como podiam. Vivendo suas vidas, construindo seus caminhos e sonhos, se cobrindo, rindo e brincando. São interrompidos com tiros dados por policiais fardados de dentro de uma viatura da polícia militar, que aos gritos os informam que não podem ficar ali. Todos começam a correr, carregando seus sonhos, reconstruindo seus caminhos.

2. 1 No meio da cidade, encontros

Respeitável público vai começar mais um Fórum de Meninos e Meninas em Situação de Rua no Rio de Janeiro. Tomem seus lugares, ajeitem seu assento que terá início um momento inesquecível, inenarrável para todos nós!!

O lugar era um circo. O público, crianças, adolescentes e jovens em situação de rua, jovens de comunidades envolvidos com a questão dos direitos à saúde, profissionais de ONGs que trabalham na luta pelo direito da criança e do adolescente, profissionais da área da saúde

do município, do estado e do governo federal. Ao todo estiveram presentes cerca de 80 meninos e meninas, sendo a maioria do sexo masculino, ente 10 e 20 anos. Acontecia mais um Fórum de Meninos e Meninas em Situação de Rua.

O Fórum de Meninos, como é conhecido, ocorre desde 2003 como uma ação da Rede Rio Criança²⁶ e constitui-se como um espaço lúdico-pedagógico onde meninos e meninas atendidos pelas 17 instituições que compõem a Rede tem a possibilidade de se encontrarem para trocas e debates. A edição de agosto de 2009 foi realizada em parceria com o GT crianças, jovens- rua/AIDS²⁷, fortalecendo uma iniciativa da Rede Rio Criança. O espaço do Fórum é marcado pela oferta de diferentes oficinas com diversas metodologias favorecendo a constituição de um espaço de formação e organização da garotada, tendo como pressuposto

dar voz às crianças e adolescentes em situação de rua, visando contribuir com a implementação e efetivação de políticas públicas que atendam às suas reais necessidades, estabelecendo um processo de participação ativa desses sujeitos, promovendo a sua auto-organização e busca de autonomia (REDE RIO CRIANÇA, 2010, p.62)

Em meio à grande estigmatização, o Fórum de Meninos vem se consolidando como um espaço de encontro e construção de possibilidades, espaço de debate e de pensar políticas, constituindo-se como um importante lugar de trocas e reflexões sobre a situação de rua em si, bem como sobre temas específicos. O Fórum de agosto de 2009, chamado “Prazer em viver, vivendo com prazer”, abordou-se questões relativas à promoção de saúde nas perspectivas dos direitos sexuais e reprodutivos, do enfrentamento às DST/HIV/AIDS e co-infecções, e do consumo abusivo de drogas. O trabalho articulado com o GT levou a sugestão da temática diante da observação de um aumento expressivo dos casos de HIV/AIDS em adolescentes e jovens²⁸, somado a um aumento dos casos de tuberculose, em grande parte decorrente da vulnerabilidade em que se encontram. Ao pensarmos a temática da promoção da saúde nos deparamos com questões específicas para a população em situação de rua. A dificuldade de higiene diária, alimentação saudável e regular, bem como de condições de estabilidade para a

²⁶ A Rede Rio Criança é composta por 16 instituições que trabalham na defesa, promoção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro. São elas: ABTH, AMAR, Bento Rubião, Banco da Providência, Child Hope Brasil, Crescer e Viver, Criança Rio, Casa São Miguel Arcaño, CTO- Rio, EXCOLA, Projeto Legal, REMER, Se Essa Rua Fosse Minha, São Martinho, TDH.

²⁷ O GT é composto pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SMS), Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil (SESDC), Associação Ex-cola, Se Essa Rua Fosse Minha e Rede Rio Criança, com o apoio do governo federal através do Ministério da Saúde, Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. O GT é parte de uma articulação do Se Essa Rua Fosse Minha através do Programa Protegendo Vidas e existe desde 2005. Surge diante da identificação da necessidade de um trabalho articulado entre as três esferas de governo e a sociedade civil, com o apoio da Unicef, para se responder às demandas pelo acesso à saúde, em uma aposta numa nova forma de pensar política.

²⁸ O aumento crescente do número de jovens contaminados chama a atenção. Segundo o relatório da UNAIDS pessoas entre 15 e 24 anos responderam por 40% dos 4,3 milhões de novas infecções em 2006, o que representou 7 milhões de novos casos no ano. O Brasil não foge a essa regra. De 1980 a junho de 2007 foram notificados 474.273 casos de aids no país, sendo 289.074 no Sudeste. (...) Segundo critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil tem uma epidemia concentrada, com taxa de prevalência da infecção pelo HIV de 0,6% na população de 15 a 49 anos. (fonte: www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS13F4BF21PTBRIE.htm, acesso em março de 2011.)

prevenção, diagnóstico e tratamento colocam essas crianças e jovens diante de uma maior exposição e risco de contaminação pelas DST/HIV/AIDS e co-infecções. Os impedimentos de acesso aos serviços públicos de saúde, bem como a ausência de políticas pensadas especificamente para essa população e suas singularidades representam outros importantes fatores para o aumento da vulnerabilidade daqueles que se encontram em situação de rua, cabendo, desta forma, repensar as políticas públicas, programas e ações dos governos em parceria com a sociedade civil para reavaliar e se pensar desde um outro ponto de vista a saúde dessa garotada. O Fórum vem somar a essa iniciativa como um local coletivo de produção de conhecimento.

As possibilidades são múltiplas. Quando os sujeitos envolvidos por diversos modos no *estar nas ruas* se encontram – alguns estão chegando, outros, saindo; alguns com um envolvimento forte com a droga, outros com experiências que fortalecem a busca de outros caminhos; alguns recolhidos num mundo que parece existir à parte, outros, mexidos pela possibilidade do debate... –, encontram-se trajetórias repletas de desejos, angústias, sonhos que se entrecruzam e nos expõem os nossos limites. Não é apenas o encontro do conhecido, mas do desconhecido, daquilo produzido fora do planejamento e a partir do inesperado, justamente por constituir um espaço de interação e de liberdade, no qual são exploradas diversas possibilidades de cada um dos sujeitos envolvidos. Entendemos que essa multiplicidade possibilita reflexões que fogem às demandas colocadas pelo cotidiano. Encontrar com um outro que, todavia, não é sua negação, mas um semelhante, favorece diálogos que atingem aspectos que o diferente não consegue, não é capaz de compreender, nem de alcançar. São situações em que os recursos de compreensão e de ação que possuímos se mostram insuficientes e inadequados. O encontro em um espaço lúdico-político-pedagógico potencializa as expressões e favorece processos de formação, no mesmo processo em que promove a re-ocupação do espaço urbano.

Os efeitos que geram, fogem ao alcance da racionalidade de que dispomos para significá-los. É o espaço para um sono tranquilo para alguns, o espaço para o encontro com antigos companheiros, para outros, o espaço de conhecimento de seus direitos, de exploração dos limites do corpo. Um espaço onde meninos e meninas podem ser, para além dos estereótipos e estigmas. Ali se encontram meninos e meninas que por diferentes razões estão nessa dinâmica entre rua, casa e instituições. Ali podem trocar, experimentar novos papéis. A dinâmica do Fórum viabiliza diversas formas de estar junto, desde o café da manhã coletivo, ao compartilhamento final das produções de cada uma das oficinas, e contribui para processos

diversos de remontagem das possibilidades de vida, incluindo casos como o de Lorena²⁹, que, hoje cursando Direito, reconhece o espaço do Fórum como especial para sua saída das ruas, por identificá-lo como um local onde se trata dos direitos. Como ela diz, “se soubesse mais de meus direitos, minha vida teria sido muito diferente”. O caso de Lorena não é a regra, mas pensamos que também não devemos vê-lo como mera exceção, mas como expressivo da multiplicidade de possibilidades mobilizadas por ações, como as do Fórum, que afirmam formas de relações com a questão da situação de rua fundamentalmente diversas das formas áridas instituídas e tantas vezes reiteradas pelo próprio Estado.

Diante de uma cidade onde os espaços de encontro são cada vez mais raros, sendo não poucas vezes marcados pela violência, o estabelecimento de um espaço onde o respeito predomina nos parece muito, muito importante. Podem compartilhar um espaço onde não se tem a necessidade de estar em prontidão para responder às intempéries da vida nas ruas: em um novo contexto, mudam as demandas e muda seu estado de atenção, as condições a partir das quais olha e pensa sobre o que os desafia. As possibilidades de uso do espaço se alteram, assim, de acordo com o momento de vida de cada um, e se, em um Fórum, para determinado menino ou menina, a demanda é por dormir, em outro eles podem ser atraídos por uma das oficinas, ou podem estabelecer um diálogo com alguém, ou mesmo um pouco de tudo isso ao mesmo tempo. O reconhecimento deste espaço como algo *para eles* vem de uma sistematicidade da realização do mesmo. Iaiá e Bruno trazem um depoimento muito interessante sobre o sentido do Fórum. Eles, que em geral passam grande parte do dia deitados, parados, usando thinner e olhando a vida na cidade, nos Fóruns de Meninos e Meninas em Situação de Rua, participaram com muita atenção e identificaram esse espaço como muito bom. Segundo Iaiá, a prova disso era que passara o dia todo sem nem se lembrar de usar o thinner e que saíra de lá com vontade de fazer outras coisas. Este depoimento se assemelha muito aos realizados na avaliação de 2008

Gabriela: Brigamos com eles, para trazer lanche melhor, como os outros tios e gringos. Mas nós gosta de fazer atividades porque nós deixa o Thinner, as drogas e aprende os direitos, nos... como é mesmo o nome do bagulho?

Fernando: Fornus (todos nós rimos) e Marcelo lembra do nome certo e fala todo cheio: É Fórum da Rede Rio, maluco burro! (Relatório de avaliação de 2008)³⁰

O que significa para essas pessoas, que tem na droga uma marca profunda de seu cotidiano, esquecerem dela por um dia? O que foi para eles encontrar um espaço na cidade que lhes acolhesse como grupo? O que significa, em termos de elaboração de políticas

²⁹ Lorena, 17 anos, há 7 nas ruas.

³⁰ Idem.

públicas, que um casal que está nas ruas vá a um espaço e passe a demandar por outros momentos semelhantes?

O estabelecimento de espaços onde possamos buscar alternativas de rompimento com os estereótipos e pensar sobre políticas públicas, a cidade, a violência, dentre diversos outros temas, como saúde, sexualidade e gênero, pode ser o caminho para a garantia de direitos e a construção de alternativas para a vida nas cidades. A fala de uma jovem mãe, na oficina da estética do oprimido³¹, desenvolvida no Fórum de agosto a partir dos símbolos da bandeira do Brasil, nos parece importante de ser trazida. Diz ela:

o verde que representava as matas, eu coloquei as queimadas que hoje em dia tem, o desmatamento também para fazer condomínio de luxo, e as favelas. Porque também não é só a favela que toma o lugar das matas, não. Tem muito condomínio de luxo que toma a praia, a mata... estão destruindo tudo da gente. O amarelo do ouro, os capitalistas tiraram da gente, hoje em dia a gente tem que pagar muito caro. Então, o ouro, a bem dizer não é nosso, é dos outros, não é nosso. Os nossos rios estão poluídos, nossos mares, praias, lagoas, estão todos poluídos, viraram desova, lixeira. E, no caso da ordem e progresso, eu acho que no Brasil a gente já não tem nem ordem, e o progresso também eu acho que está muito longe. Eu espero que progrida mesmo, porque eu espero um futuro melhor para os meus filhos, mas no momento agora eu acho que não tem, para mim é só violência³².

A jovem mãe nos dá mais elementos para pensarmos juntos a cidade: a cidade que tem suas matas destruídas para a construção de condomínios de luxo e de favelas; a cidade que tem seus rios transformados em locais de “desova” e em lixo. É a cidade que tem, para ela, só violência. Esse debate em muito se aproxima da fala de Gabriela nos diz que se fosse governadora “nenhuma criança ficaria na rua... todas teriam uma casa para morar... todas teriam direito à saúde e à escola... todas poderiam passar o natal com sua família...”, “a escola ia ser bacana e todo mundo ia estudar feliz”, “e a polícia não ia esculachar, ia chegar na moral. A polícia não ia bater do nada e ia respeitar, tratar como gente”.

Tanto Gabriela, quanto a jovem mãe identificam a violência como um dos principais problemas enfrentados no cotidiano. A cidade lhes apresenta uma faceta marcada pela violência, em diferentes níveis. A compreensão de terem seus direitos violados aparece de modo muito forte, bem como a expectativa, ou ao menos o desejo de uma transformação da situação posta. Re-avaliam a leitura hegemônica, dialogando com sua realidade, com suas experiências. Do seu ponto de vista, não há ordem nem progresso, mas tampouco admite ser ela, enquanto subalternizada, a responsável pelo “atraso”: “porque também não é só a favela que toma lugar das matas” e, aos poucos, recoloca o debate. Gabriela segue na mesma linha, e para além da reprodução do esvaziado discurso de promessas no campo da saúde, da

³¹ Oficina realizada pela Childhope Brasil, onde se tinha o objetivo de favorecer a reflexão e expressão sobre a realidade do país, a partir dos problemas discutidos no evento, com base na bandeira do Brasil agosto de 2009, Rio de Janeiro.

³² Fala transcrita do vídeo *Prototegendo Vidas*. No filme não se identifica a adolescente. Produção: Se Essa Rua Fosse Minha, Excola e Unicef. 2010.

educação, e da habitação, ela coloca com muita clareza a questão da segurança pública: “a polícia não bateria”.

Novamente, em um espaço de reflexão trazem suas experiências para pensar as políticas. Em meio ao discurso estereotipado, aparece a demanda pelo respeito, por menos violência, por serem tratados como sujeitos. A demanda por espaços pautados no respeito, por locais onde encontros negados pela cidade possam ocorrer. São demandas que dão visibilidade a uma situação existencial da tensão vivida pelos impedimentos produzidos pela e na cidade. E assim, nos esclarece Raul³³:

aqui nós é tratado com respeito, comida boa e ficamos feliz, será que vai acabar logo? Quero que os tios consigam ganhar dinheiro pra trazer nós, mais vez. E quem não respeitar, todos nós manda ralar. (Relatório de avaliação, 2008)

Raul tem plena consciência de que os espaços onde é tratado com respeito são raros e efêmeros. Porém, mesmo diante de um quadro marcado por uma violência histórica, para aqueles que a sentem, não é naturalizada: valoriza os espaços do respeito e do cuidado, ao mesmo tempo reconhece o quanto o estabelecimento dos mesmos fica dependente do financiamento de algum grupo, ou, em outros termos, como esses espaços, sob certa ótica, *não fazem parte da cidade*. A valorização dos lugares de respeito, por Luiz, é tal que sua defesa está acima de qualquer questão, mesmo que em última instância tenha que usar da violência para mantê-lo como tal.

Mas os encontros acontecem, não apenas nos espaços dos Fóruns. Quando nos sentamos num banco da praça para conversar e criar um novo espaço de diálogo com aquele grupo de meninos e meninas, estamos de algum modo buscando juntos alternativas para as nossas vidas, cada um a seu modo. Estarmos na praça, ou, do ponto de vista deles, no local onde moram, implica uma série de questões, como o reconhecimento dos espaços que ali são de “uso público”, e os que são de “uso privado” por parte deles, como a casa de Iaiá e Bruno. Implica ainda o convívio simultâneo de duas lógicas: para nós, é a rua, a praça; para eles, é onde se estabelecem, é o seu principal referencial. Essa duplicidade de significados, que se encontra num banco de praça, também aparece nas falas, não apenas pelo ritmo e lógica próprios como são construídas, mas também pela particular dinâmica da conversa.

No dia da situação narrada no início deste capítulo, estavam presentes meninos que vínhamos acompanhando há alguns meses, sendo alguns já antigos conhecidos da equipe por estarem a mais tempo nas ruas. O trabalho com o teatro de mamulengo (que inclui a produção dos bonecos) é uma metodologia do SER que aposta na arte como meio de aproximação e

33

Raul, 12 anos, há 5 nas ruas.

como um facilitador na mediação do diálogo. De fato, observamos que os bonecos cumprem esse papel de um modo muito eficiente. Muitas vezes, o boneco encarna uma personagem que ganha fala e debate questões, tornando-se um importante mediador.

Observamos muito essa situação especialmente quando tratávamos de temáticas relacionadas à saúde e à sexualidade. Em brincadeiras que começavam com situações do cotidiano deles (como dois bonecos que se apaixonavam), eram inseridos elementos de debate, como o uso da camisinha, gravidez, AIDS, dentre outros que acabavam sendo levados para a reflexão por estarem sendo colocados a partir da fala de bonecos/ personagens. O momento da produção dos mamulengos (feitos a partir de caixas de leite e pano, basicamente) se constituía como um espaço onde os temas podiam ser aprofundados, agora sim já colocados “diretamente” com eles. Um aspecto importante é o fato deles ficarem com os seus mamulengos e cuidarem deles. Para a participação nessas atividades, era pedido que não utilizassem o tinner. O que muitos meninos e meninas faziam era deixar a atividade, usar a droga e retornarem, o que não era impedido, mas quanto maior o envolvimento menor a demanda pelo thinner.

A temática foi levantada por eles, mas já vinha sendo recorrente nos encontros. Identidade racial e violência são temas sempre presentes em suas falas, tanto por instigação da equipe, quanto de modo espontâneo. Um aspecto importante de ser considerado é o fato da proposta da equipe não querer, em momento algum, retirar a garotada da rua à força. Entendendo-os como sujeitos, o movimento de sair das ruas deve partir deles, em uma aposta na construção de outro momento de suas vidas. O trabalho visa, deste modo, fazer com que eles possam rever suas próprias vidas e identificar novas perspectivas fora das ruas, considerando sempre o tempo de cada um. Esse posicionamento é reconhecido e facilita um diálogo mais aberto e a realização de um trabalho de incidência política.

A proximidade com base em uma relação pessoal, busca, em um exercício cotidiano, romper a dicotomia entre a criança a ser salva e o bandido a ser punido, garantindo conversas sobre temas mais íntimos, problemas e sonhos para além do habitual discurso elaborado para os educadores. Nessas situações, são tratados como crianças, adolescentes, jovens, pessoas com problemas e conquistas como quaisquer outras, fato que nos parece fundamental para o desenvolvimento do trabalho.

A conversa no banco da praça, entre caixas e papeis, nos aproximava um pouco do que pensam esses meninos e meninas, que para os que passam são geralmente identificados como elementos de medo. Entendemos haver nesse encontro entre a opressão e as possibilidades de

construção de espaços de referência o desenvolvimento de uma forma particular de pensar e estar no mundo que se mostram de formas sutis pelo constante processo de subalternização, mas que se fazem fundamentais para pensarmos políticas, programas e ações de atendimento em uma perspectiva de construção de outro modelo, mais justo e igualitário.

Os encontros se dão pelas brechas, pela vida que transborda pela cidade, fugindo ao controle hegemônico, construindo um mosaico que re-desenha a cidade. São novas cores, novos tons permeando o cotidiano no processo de re-significar o espaço urbano. Mesmo que na forma de um ensaio persistente que, ignorando as cotidianas tentativas de seu desmonte, apresenta-se também cotidianamente como uma tentativa válida, legítima, necessária.

2.2 Da constituição das cidades e dos espaços

Olhar a cidade junto com crianças, adolescentes e jovens em situação de rua nos expõe limites, impasses e possibilidades contidas no espaço urbano. Os encontros ocorridos nos apontam que existem espaços para tal, ao mesmo tempo, diante de toda opressão e subalternização, os mesmos são fruto das brechas encontradas dentro da lógica constituinte das cidades.

Entendemos que as cidades da América Latina são construídas dentro da lógica da modernidade. Herdeiras de uma história de dominação colonial cujos efeitos estruturais se fazem sentir de modo transversal a quase todo o convívio social, as nações latino-americanas, em particular seus grandes centros urbanos, parecem carregar um viés de colonialidade, que implica diretamente na racialização das formas de dominação que constituem, tencionando e ao mesmo tempo esgarçando, o tecido social.

A racialização moderna dos modos de dominação (QUIJANO, 2005) faz com que todos os *não-brancos* sejam definidos como *outros*, bárbaros, selvagens, sem história e cultura, segundo o caso, mas em todos eles à margem da sociedade, constituindo-se em grupos na subalternidade. As consequências dessa racionalidade que vem se consolidando nos últimos 500 anos marca a própria forma como se organiza a vida cotidiana, incluindo a divisão do espaço, das possibilidades de acesso e de restrição de uso do espaço público. Tal racialização atravessa a delimitação dos circuitos para cada segmento social, construídos nas disputas entre as demandas do capital e o imaginário de cidade. O direito à cidade, ao uso da cidade (LEFEBVRE, 2001) fica vinculado à situação de classe e, conseqüentemente, a quais

espaços públicos têm acesso.

O convívio no mesmo espaço não significa o encontro. São espaço-temporalidades distintas que estabelecem relações com o meio particulares, em uma constante disputa. A separação dos circuitos é tal que nem mesmo no centro da cidade, área de grande circulação, ocorre o encontro. Ao invés disso, sobretudo ali fica escamoteada, as divisões do espaço urbano. Há, contudo, espaços de fronteiras, que re-apropriados pela lógica do capital operam como mecanismo de tradução/expropriação das práticas de sociabilidade da cultura popular para o consumo por parte dos segmentos mais abastados, adequando-os aos moldes de civilidade, em um processo que estereotipa a cultura popular no mesmo movimento que os exclui. E o encontro termina.

No caso do Brasil, a escravidão marca muito fortemente a organização do espaço urbano, fazendo com que a preocupação com o controle social e a disciplina sejam características de cidades como o Rio de Janeiro. O *medo branco* (NEDER, 1997) se faz presente e demanda por controle dos pobres, marcadamente ex-escravos e libertos, orientam diversas políticas de ordenamento do espaço urbano. Ainda hoje observamos que esse *medo* atravessa o pensamento social hegemônico, e levanta uma demanda por um controle social absoluto que perpassa todo o imaginário social brasileiro, atravessado por um viés de colonialidade que identifica no *outro* o mal, orientando os debates sobre violência, cidadania, lei, ordem e segurança pública.

Desde seu nascimento, a cidade com suas instituições e os usos que dão a elas obedecem ao que Milton Santos chama de *organização capitalista do espaço* (SANTOS, 2004). Por diversos mecanismos, o proletariado é afastado do centro urbano, do centro de poder: ali se estabelece o poder do Estado expresso pela possibilidade da violência, e o poder do capital, expresso pelas suas prerrogativas internas das decisões e apropriação seletiva do fundo público relativo à urbanização.

Lefebvre compreende que a cidade - como a conhecemos - tem seu início no período de industrialização. Nesse processo, o centro urbano passa a responder aos interesses da nova classe dominante e, sendo os operários considerados como uma ameaça à ordem, elabora-se uma “*estratégia de classe* que visa ao remanejamento [dos operários] da cidade, sem relação com sua realidade, com sua vida própria” (LEFEBVRE, 2001, p. 22). Assim, o proletariado é expulso do centro urbano e da própria cidade, destruindo-se parte de suas condições de urbanidade, entendida como a forma de vida e sociabilidade definida exatamente pelos novos padrões de acesso a bens e serviços, práticas e trocas instaurados e atualizados no contexto

urbano.

No seu livro “Os condenados da terra” Frantz Fanon (2005) realiza uma profunda análise do espaço urbano de uma cidade colonizada, como um mundo compartimentado pela história da dominação colonial. Uma leitura dos seus estudos sobre o papel do corpo, da língua e da alteridade em um contexto de dominação, para a construção do futuro e do político, nos propicia uma importante perspectiva para o entendimento da nossa sociedade na perspectiva da diferença colonial, isto é, considerando a herança da colonialidade do poder e do saber que constituem o modo que, historicamente, assumem a racionalidade, o conhecimento e a própria divisão do espaço urbano hoje. Esta perspectiva nos permite, por exemplo, perceber de que modo as cidades na América Latina ainda hoje reproduzem a lógica colonial, de maneira que cada um, colono e colonizado, habitam zonas distintas, que se excluem reciprocamente. É nesse sentido que podemos dizer que permanece hoje a existência de uma cidade do colono e uma cidade colonizada no Rio de Janeiro. Milton Santos acrescenta que,

As condições atuais do crescimento capitalista criaram uma forma particular de organização do espaço, indispensável à reprodução das relações econômicas, sociais e políticas. A forma como atualmente se distribuem as infra-estruturas, os instrumentos de produção, os homens – enfim, as forças produtivas – possui até certo ponto um caráter de permanência, isto é, de reprodução ampliada, isso amparado, exatamente, na longevidade de um grande número de investimentos fixos. Tudo, pois, conspira para que a organização do espaço se perpetue com as mesmas características, favorecendo o crescimento capitalista e as suas distorções (SANTOS, 2004, p. 73).

Incorporada ao imaginário de sociedade, a organização do espaço urbano reafirma e naturaliza as formas de dominação. As ideias de *civilização*, *civilidade*, e mesmo de *modernidade* acabam por definir e dividir o espaço urbano. As zonas entendidas como mais “civilizadas”, mais “modernizadas”, correspondem aos centros de poder. É na cidade do colono onde as principais infra-estruturas são instaladas. Ali se estabelece o que se proclama como cultura, educação, modelo habitacional. O centro da cidade passa a corresponder ao local onde se concentra o poder político e o poder econômico, bem como os principais circuitos de produção. É no centro da cidade que se encontram os prédios mais imponentes, as ruas mais amplas, ordenadas, limpas e iluminadas. Ali se localizam os principais serviços, empresas, comércio, que se somam a diversos aspectos materiais e simbólicos, consolidando aquela como uma zona civilizada – o que dentro do imaginário moderno-colonial induz à compreensão de serem também mais evoluídas e mais importantes, em conjunto com seus membros.

De modo concomitante, nasce a necessidade de serviços instrumentais ao seu funcionamento, consolidando uma rede subalternizada de funções e atividades. A delimitação

e a especialização de zonas na cidade marcam hierarquias e definem critérios de pertencimento e de afastamento. As políticas de ordenamento do espaço urbano, atravessadas pelo imaginário da “cidade luz” como o símbolo máximo da cidade evoluída, vem carregadas pela disputa entre o desejo de afastamento e as demandas do capital.

A dinâmica do capital irá cada vez mais “empurrar” os subalternizados para mais longe, obedecendo à sua necessidade de expansão. No entanto, justamente por sua expansão, há a necessidade de uma proximidade para o funcionamento dos centros de poder e das zonas dominantes. Em uma constante tensão, discursos técnicos, movimentos populares, o imaginário de cidade, as necessidades do capital, e diversos outros fios que transpassam as disputas no espaço urbano, irão determinar remoções, desapropriações, ou mesmo liberações e urbanizações para a ocupação de regiões da cidade. As ideias de ordem, higiene e risco assumem aqui conotações particulares e, em um diálogo profícuo entre o capital em expansão e os discursos sobre a necessidade de uma cidade limpa e ordenada, cada vez mais os pobres são proibidos de permanecer nos centros de poder: são realocados, escondidos. O mesmo processo vai apagando as memórias coletivas, e impondo novas referências identitárias. O próprio processo de afastamento é marcado, muitas vezes, por uma violência profunda, tanto no que diz respeito à violação de direitos, quanto por ignorar as relações construídas entre os habitantes de uma comunidade.

As reformas urbanas do Rio de Janeiro (Pereira Passos, 1902 – 1906; Paulo de Frontin, 1919; Carlos Sampaio, 1920 – 1922) seguem essa mesma racionalidade. A reforma executada por Pereira Passos toma Paris como inspiração de uma metrópole industrial e se efetiva através de mudanças urbanas, com ênfase na questão sanitária e na circulação urbana, sempre sob o discurso técnico de arquitetos, engenheiros, médicos-sanitaristas, escondendo o caráter político social de tal reforma. “É uma luta que se dá entre dois campos: de um lado 'o progresso, a civilização, a regeneração', do outro a 'cidade atrasada, suja e doente” (MALAGUTI, 1998, p. 31). Com base nessa perspectiva, será defendida uma “*intervenção cirúrgica* do espaço urbano, que ao *rasgar* avenidas e remover os trabalhadores pobres para as periferias das cidades coloca o saber técnico (...) acima de qualquer crítica humanitária” (NEDER, 1997, p. 109), sempre em nome do progresso e da modernidade.

O embasamento em discursos científicos por sua suposta neutralidade retira do debate a questão política e social. A organização do espaço urbano embasada em discursos técnicos escamoteia o controle social implícito. A reiterada associação dos locais de vida dos grupos populares com o “mal” contribui para elaborações como o higienismo e a ideia de desordem.

Os deslocamentos, porém, muitas vezes apontam os impedimentos de uso. À medida que a cidade cresce, há a necessidade de novas realocações e o estabelecimento de novas zonas de fronteira. Ao mesmo tempo, os deslocamentos representam uma forma de apagar as histórias, de dirimir a identidade daquele grupo. Desmancham-se formas de organização social, vínculos identitários, culturas tradicionais, dentre infinitos outros aspectos da vida comunitária.

O *medo branco* da desordem social se propaga pela mídia através de campanhas de lei e ordem que visavam impedir, à época do início da República, que os negros pudessem reivindicar direitos e espaços. Divulgava-se, então, na imprensa, os problemas do aumento do índice de criminalidade, reivindicando-se o “reaparelhamento da polícia, mais repressão e mais controle sobre os espaços da cidade” (NEDER, 1997, p. 112). Processo semelhante ocorre nos dias de hoje, com proximidades muito fortes entre os discursos. Desta forma, os planos e reformas urbanísticas do início do século XX no Rio de Janeiro

foram acompanhados de projetos de controle social que redefiniram a ação policial e moldaram os padrões de conduta e sociabilidade no espaço urbano carioca. Definiram, também, o lugar de cada grupamento étnico-cultural e/ou social. Reside nesse ponto o deslanchar de um processo acentuado de segregação no espaço urbano carioca, quando a *cidade européia*, aquela resultando do processo de urbanização e reforma promovido por Pereira Passos, diferenciou-se das áreas para onde os trabalhadores pobres (geralmente negros) foram empurrados: os morros e a periferia (que poderíamos chamar de *cidade quilombada*) (op. cit, p. 113)

O espaço urbano fica dividido. E assim como Fanon identifica nas sociedades colonizadas, na cidade do Rio de Janeiro, não apenas no início do século XX, mas ainda nos dias de hoje, a polícia indica a fronteira e é estabelecida como o “interlocutor legítimo e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão” (FANON, 2005, p. 54). As ações repressivas assumem, desde essa perspectiva, o caráter de manutenção da divisão da cidade, através de uma lei e uma ordem representantes do interesse dos colonos - ou dos seus herdeiros, os *criollos*, no caso da América Latina. As instituições de controle social formal (polícia e justiça) historicamente realizam barreiras invisíveis entre a *cidade europeia* e a *cidade quilombada*. Criam uma fronteira distinguindo o constituído como “ordem” daquilo percebido como “desordem”.

A impossibilidade de delimitar com precisão cada uma das zonas contribui para gerar (dentro dos grupos dominantes, com maior força) determinada tensão provocadora de uma sensação de insegurança, violência e conflito social generalizado. Diante deste contexto, desenvolvem-se estratégias para controle dos trânsitos. No início da República, tais mecanismos ficam explicitamente colocados, donde podemos entender que

as estratégias formais de controle social no Estado republicano forjaram, desde 1890-91, e

mais elaboradamente a partir da década de 1900, um *modus vivendi* na cidade do Rio de Janeiro garantidor da exclusão dos trabalhadores pobres e negros que são apartados da cidade, nos morros e na periferia. Criou-se, assim, uma forma específica de relacionamento entre a *cidade quilombada* e a *cidade europeia*, inscrito sobretudo num padrão racista, repressivo-inibidor do livre trânsito de todos os “cidadãos brasileiros (conforme os ditames constitucionais de 1891) pela cidade. Assim, a *cidade europeia* pouco conhece a *cidade quilombada* (NEDER, 1994, p. 36).

A separação dos espaços fica, contudo, condicionada aos trânsitos necessários à produtividade. O funcionamento da *cidade europeia* é, de fato, dependente do trabalho e dos serviços prestados pelos grupos subalternizados. Com clareza, Neder identifica que a *cidade europeia* pouco conhece a *cidade quilombada*. Efetivamente, parece-nos que dentro da lógica posta não há necessidade do deslocamento dos que vivem naquela *cidade* para esta, o inverso, contudo, ocorre, mesmo que a seu modo e tendo limitada sua circulação.

As tensões colocadas em parte são respondidas e contidas por sutilezas do processo de dominação, que, por sua vez, respaldado na colonialidade do poder, desenvolve recursos que justificam as limitações e o controle. Nesse sentido, regulamentos, normas, leis assumem um papel central no controle dos trânsitos. Os conceitos de lei e ordem servirão como base do discurso da necessidade do controle social contra “as classes perigosas” e justificativo da repressão. A naturalização de que “a lei” e “a ordem” expressam o melhor para “toda a sociedade” e que, assim, devem ser respeitados, reforça o poder que lhes é atribuído. Elaboradas para responder em cada sociedade às demandas por ordem (MALAGUTI, 2007, BARATTA, 2002), definem quem pode ser punido, como e porquê. A sutileza é decorrente de ser exclusivo o poder de definir crime e criminoso dos grupos dominantes, bem como investigar, julgar e punir. O que será compreendido como “comprometedor da vida urbana”, em grande medida, estará associado às formas de existência, expressão e sobrevivência dos grupos subalternizados.

Ao longo da história, diversos são os exemplos desse movimento. No Brasil do início século XIX tivemos a criminalização da capoeira e do samba, a proibição de andar sem sapatos, ou de ficar nas ruas, todas práticas eminentemente de negros. Tais proibições delimitavam os territórios que estes poderiam frequentar e nos quais poderiam ou não se expressar culturalmente. Atualmente é fácil observar a criminalização do funk, do trabalho dos grupos subalternizados em especial nas ruas, marcado pela informalidade. Vale observar que tais delimitações ocorriam, no início do período republicano, inclusive em termos oficiais, com o *zoneamento do espaço de tolerância policial* na grande cidade. A ideia de ordem definia esses territórios, na medida em que expressava o poder do Estado, apoiada não apenas na polícia e na Justiça, mas também na produção de discursos de “especialistas” sobre

o tema, que acabam naturalizados como o correto modo de ser de determinada sociedade.

A delimitação de *áreas de tolerância* vem normalmente marcada também pela presença de delegacias de polícia³⁴, que criam uma fronteira invisível, um *paredão da ordem*, e servem para disciplinar os trânsitos e a ocupação do espaço urbano, definindo inclusive o espaço para as manifestações políticas. “Estabelecem de forma sutil e alegórica o território de cada grupo étnico-cultural e apontam, enfim, o padrão hegemônico de atitudes e comportamentos” (NEDER, 1994, p. 38). As fronteiras entre “ordem” e “desordem” se incorporam no imaginário social e político disciplinando o deslocamento e a sociabilidade urbanos. A polícia assume um papel vigilância permanente dos trânsitos no espaço público, autorizando o acesso à *cidade europeia* somente aos trabalhadores durante seu horário de serviço ao capital.

Desta forma, diversos são os mecanismos que cotidianamente reforçam a ideia de que aos subalternizados cabem determinados territórios, cabem a submissão e a opressão. Como explicita Fanon (2005), “as sociedades de tipo capitalista (...) criam em torno do explorado uma atmosfera de submissão e de inibição que alivia consideravelmente a tarefa das forças de ordem” (p. 54). A polícia, como intermediário do poder utiliza uma linguagem baseada na violência. “o intermediário não alivia a opressão, não disfarça a dominação. Ele as expõe, ele as manifesta com a consciência tranquila das forças da ordem. O intermediário leva a violência para as casas e para os cérebros do colonizado” (op. cit., p. 55). Constitui-se, assim, zonas distintas que obedecem o princípio da exclusão recíproca.

Como se fossem cidades distintas que possuem políticas distintas, a cidade colonizada será identificada como um “lugar sujo, mal afamado, povoada por homens mal afamados” (idem), em oposição à cidade do colono, que será limpa e iluminada. Entendemos que processo semelhante ocorre aqui, com o que Neder identifica como a *cidade quilombada* e a *cidade europeizada*, reproduzindo a lógica colonial ainda nos dias de hoje. O editorial do Jornal do Brasil de dezembro de 2000 escancara essa concepção e concretiza essa proximidade da *cidade colonizada* de Fanon: “Nesses barracos, só miséria e doença, analfabetismo e violência, a revelar uma única coisa: a solução para o caso das favelas é não haver mais favelas. As cidades não podem se desenvolver com cidadãos pela metade (...)”³⁵.

³⁴ Interessante observar que no Rio de Janeiro a Lapa e o Estácio foram zonas onde a malandragem era permitida. Localizados entre o centro da cidade e as regiões de morros e periferia, ali foi construído o Complexo Penitenciário Frei Caneca e é onde se localiza o Batalhão de Choque da Polícia Militar.

³⁵ Fonte: Editorial Jornal do Brasil, 12 de dezembro de 2000. (<http://quest1.jb.com.br/especiais/opiniaio/index.php?page=10>)
acesso em março de 2011.

A distinção de zonas de habitação se estende aos trânsitos na cidade e a seletividade penal faz com que em diferentes áreas da cidade, o mesmo crime tenha interpretações distintas, que haja uma seletividade em relação à prioridade dos crimes a serem combatidos³⁶, de forma que o braço penal do Estado acaba por agir de modo distinto para os diferentes grupos sociais. A questão criminal, o problema da violência e a identificação de quem são os criminosos serão localizados em determinados territórios – subalternizados –, os quais receberão ações policiais marcadas por um uso maior da violência do que aquelas praticadas nos territórios dos grupos dominantes. A fala do secretário de segurança pública do Rio de Janeiro deixa isso bem claro: “Um tiro em Copacabana é uma coisa. Um tiro na Coréia [periferia] é outra”³⁷. A fala do governador Sérgio Cabral também segue a mesma orientação: “No Complexo do Alemão está um foco de terroristas e de pessoas do mal”³⁸

A ação policial reforça seu papel de inibidor-repressivo no controle da espacialidade urbana. Nesse sentido, Neder (1997) argumenta que nos primeiros anos da República as prisões por distúrbio/algazarra, com alto índice de detenção (mas que não passava de dois ou três dias e muitas vezes nem se abria inquérito), indica um policiamento com alto poder inibidor-repressivo, representando uma “ação policial no sentido de definir comportamentos e sociabilidade urbana e estabelecer o poder dos vários grupamentos étnicos-culturais e sociasi sobre o espaço urbano. Distúrbio e algazarra implicavam um dado subjetivo que limitava as possibilidades de reuniões e de festejos espontâneos” (NEDER, 1997, p. 127). Há, por um lado, a exacerbação do poder do Estado e, por outro, simultaneamente, a desqualificação de regiões da cidade e de seus habitantes. Os territórios subalternizados são marcados por serem lugares escuros, sujos e mal afamados. As pessoas que ali vivem são desqualificadas, associadas à criminalidade e devem limitar seu trânsito a estas regiões, restringindo-se a cidade a que têm direito.

A fala do governador Sérgio Cabral novamente concretiza essa compreensão hegemônica: “Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso

³⁶ Malaguti (1998) identifica que a mesma quantidade de drogas quando encontrada com um jovem na zona Sul da cidade e quando encontrada com um jovem em uma favela identifica crimes distintos: se no primeiro caso o jovem é categorizado como usuário, no segundo é penalizado como traficante. No mesmo sentido, a autora alerta para o fato de que somente alguns crimes são alardeados como uma grande ameaça à sociedade, ou seja, os chamados “crimes de colarinho branco”, mais comuns entre as classes dominantes, são tratados de modo completamente distinto do que aqueles cometidos prioritariamente pelas classes subalternizadas, em muitos casos os primeiros são inclusive tratados como se não fossem crimes.

³⁷ Fonte: Jornal “Extra” de 23/10/2007. (<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/10/23/325129065.asp>) acesso em março de 2011.

³⁸ Fonte: jornal O Globo, 17 de maio de 2007. (<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/05/17/295798976.asp>) acesso em março de 2011.

é uma fábrica de produzir marginal”³⁹. Sua fala, como defende, vem de uma difundida tese de pesquisadores norte americanos que defendem o aborto como forma de combate à criminalidade: “O aumento dos abortos no EUA, a partir de 1973, é apontado por dois especialistas como uma das causas da queda da criminalidade na década de 90 (...) A razão disso é que, nos EUA, a maioria dos abortos é feita por mulheres negras e hispânicas, justamente os grupos que, estatisticamente, geram o maior número de criminosos americanos”⁴⁰. Tais posicionamentos nos dão a dimensão de como está introjetado no modo de pensar e produzir em nossa sociedade da ideia do *outro naturalmente inferior*, aos quais se nega o reconhecimento como sujeitos. Desta compreensão vem a necessidade de controle, de fiscalização de seus circuitos e ações.

As delimitações legais, os aparatos normativos, as reformas com deslocamentos forçados, contudo, não explicam por si a organização do espaço urbano, as possibilidades de trânsito e os circuitos estabelecidos. Se a modernidade inventa *os outros*, determina dominadores e dominados, na cidade essa dicotomia se concretiza espacialmente. *Uns* e *outros* têm lugares diferentes, ocupam territórios próprios e circulam segundo lógicas específicas no território urbano como um todo. As fronteiras estabelecidas, mesmo invisíveis, parecem ser muito concretas. Como será que ocorre essa formação da cidade de modo a se tornar perceptível a separação dos territórios? O que há na organização da cidade que reafirma a dominação? O que no espaço urbano determina que a algumas pessoas e culturas não servem determinados espaços, sem que isso tenha que ser dito explicitamente? E o que fazem quando essas fronteiras não são respeitadas?

Ultrapassar a fronteira significa estar vulnerável às intempéries das disputas pelo espaço, às violências dos mais diversos tipos. No caso das meninas e meninos nas ruas, se a presença de seus corpos já marca uma disputa, já os define a priori, a resposta da sociedade é direta, mesmo que ocorra de modos sutis, como quando Bruno, parado para atravessar a rua e voltar para onde estava o grupo, é empurrado e recebe um forte pisão no pé de um segurança particular de um dos prédios da rua. E, de um modo mais extremado, o fato do dia 1^a de dezembro nos parece exemplificativo: a equipe chega ao local de encontro com o grupo de jovens e não há ninguém ali. Aos poucos eles chegam. Muito agitados, nos relatam o que ocorreu na noite anterior: um grupo de jovens foi se arrumar para dormir e com seus poucos pertences se deitavam, acomodando-se como podiam. Vivendo suas vidas, construindo seus

³⁹ Fonte: Jornal O Globo, 24/10/2007. (<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-.html>) acesso em março de 2011.

⁴⁰ Fonte: Revista Época, dezembro de 2010. (<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI168036-15227,00-TESE+EXPLOSIVA.html>) acesso em janeiro de 2011.

caminhos e sonhos, cobrindo-se, rindo e brincando, são interrompidos com tiros dados por policiais fardados de dentro de uma viatura da polícia militar, que aos gritos os informam que não podem ficar ali. Todos começam a correr, carregando seus sonhos, reconstruindo seus caminhos.

As fronteiras delimitam os circuitos que podem percorrer. A recusa em aceitar, passivamente, que são a representatividade do mal, como costumam lhes contar, faz com que ousem sair. Porém, a recusa não é suficiente para alterar o estigma que recebem, e a associação com o mal nos diversos espaços por onde transitam permanece. Romper a fronteira e disputar o espaço urbano é interpretado por aqueles que “tem seu território invadido”, como uma “invasão do mal” no espaço “dos bons”.

Os relatos de violência e ameaça, tanto por parte de policiais, quanto de agentes de segurança privados e mesmo de outros cidadãos, são comuns nas conversas com o grupo: é o segurança que pisa no pé e lança um olhar ameaçador, são jovens que passam de carro à noite, xingando, jogando lixo, ameaçando e mesmo atirando contra o grupo, é a polícia que entre tiros declara que ali não podem parar. A disputa do espaço urbano é compreendida por uma das partes como “a defesa do espaço dos bons”, e o uso da violência por parte deles é legitimada, vez que o aparato do Estado é pensado para a defesa do *em comum*, da ordem social (que em tese é neutra e universal). Colocados em patamares distintos, a disputa não é entre sujeitos, mas sim entre toda a representatividade que envolve cada um dos grupos envolvidos no imaginário social. A incorporação da ideia de espaços separados compondo imaginários distintos fica muito tangível quando lemos o editorial do jornal O Globo de 13 de abril de 2001: “Em qualquer parte do mundo, o combate à criminalidade se dá numa região fronteira, onde excessos acontecem. Reconhecer isso não é justificar os erros da polícia, ou lhe dar carta branca. É, pelo contrário, respeitar a natureza da atividade policial e os riscos que ela envolve, de modo a não satanizar a polícia e, ao mesmo tempo, estar consciente de que é preciso fiscalizar de perto as suas ações”⁴¹.

A delimitação dos circuitos viabiliza, ao menos em tese, um maior controle social. A separação evita o embate e favorece a perpetuação dos modos de dominação. Sem o encontro, a naturalização da ordem estabelecida e das diferenças sociais necessárias à sua manutenção ocorre com mais fluidez, bem como a construção dos estereótipos. Entendemos isso por apostar que é do encontro que nascem possibilidades de construções outras, de formas distintas de pensar e produzir.

⁴¹ Fonte: Jornal O Globo, Editorial de 13 de abril de 2001. (<http://www.redecontraviolenca.org/Documentos/427.html>) acesso em março de 2011.

2.3 Da percepção de si e do outro no contexto da cidade: da questão racial, dos usos e do medo

Quando identificamos alterações no modo de agir da polícia, conforme o local da cidade, tendo nos resultados apresentados (como o número de prisões ou de mortes) uma inequívoca predominância do uso da violência contra jovens negros em territórios mais subalternizados, não podemos ignorar o papel que tem esta instituição na manutenção da ordem e no controle da circulação na cidade, nem o fator racial que perpassa tal controle. Somado a isso, entendemos que a perpetuação dos modos como se estabelece o poder e, assim, o controle da circulação, é possível somente diante da incorporação de determinadas categorias de análise homogeneizadas pela sociedade.

O acompanhamento de meninas e meninos em situação de rua nos possibilita uma importante aproximação dessa incorporação. No banco da praça, em um encontro possível, a garotada fala sobre si, sobre o outro, sobre suas relações com a cidade. Se, no caminhar pela cidade, o encontro se dá de modo efêmero e condicionado a interesses, o fim do encontro marca a divisão, as restrições e possibilidades de uso e acesso. Se os espaços de fronteiras garantem alguma fluidez, simultaneamente fazem muito nítidas as separações, expondo, inclusive, a divisão espacial. Raça, música, culinária, religiosidade... passam a ter espaços próprios onde podem ser vividas. Ao trazermos para o debate a temática das diversas formas de opressão, percebemos o quanto a organização do espaço expõe um processo de subalternização cotidiano. Ao mesmo tempo, a multiplicidade de histórias garante a existência de encontros, de forma que as disputas vão além do controle do capital e dos aparatos de manutenção da ordem social.

2.3.1 Entre o paraíso e as praças

Na praça, agora palco de reflexões e encontros de educadores com crianças e adolescentes, aparece o questionamento sobre o fim do mundo e surge o debate sobre o paraíso. Sem dúvidas sobre o tema, Adriano⁴² se coloca reconhecendo a existência do paraíso

⁴²

Adriano, 13 anos, há 2 anos nas ruas.

e do inferno, entendendo que “se o mundo acabar as pessoas vão para o céu ou para o inferno”. Céu e inferno aqui parecem ser compreendidos do modo posto e aceito pelo senso comum, com forte presença do cristianismo e assim ele entende que para entrar no céu “tem que ser bom, tem que parar de fumar, de usar thinner, crack, maconha, de brigar, de xingar as pessoas, de bater...”.

A introjeção dos valores cristãos exerce, dentre outros, um importante papel no controle social e na disputa das leituras de mundo. O pensamento binário marcante da ideologia cristã (bem x mal, céu x inferno, cristão x sem alma) se estabelece em profunda consonância com a racionalidade moderno-colonial, podendo ser compreendido como intrínseco a ela. Deste modo, consolida-se como a única forma possível de se pensar. A ideia do bem e do mal vem balizar não apenas as ações ligadas ao campo do religioso, mas adentra os mais distintos ambientes da vida e a busca pela salvação. A esperada entrada no paraíso marca, mesmo que inconscientemente, nossas mais diferentes posturas, fazendo parte do nosso modo de ser, de pensar e agir. “O bem” e “o mal” se entrecruzam categorizando os diferentes sujeitos, os diferentes segmentos sociais, como “bons” ou “maus”.

Quando aplicamos essas categorias no olhar para a cidade, compreendemos que a definição de lugares para cada grupo e a associação entre os espaços dos grupos populares e a ideia do “mal” e do “mau” exercem um caráter fortemente opressor. A aproximação, ainda que no campo simbólico, do modo de estar no mundo dos grupos subalternizados, ao pecado, à perdição (tendo na questão da expressão do corpo, na dança, na sensualidade da mulher talvez uma de suas maiores expressões), coloca-os, enquanto conjunto, em um lugar inferior: inferiores pelo modo de estar no mundo, inferiores pelos lugares que ocupam, inferiores por sua raça, sua religiosidade, sua cultura.

O pensamento binário que reduz, no caso, o destino a “ir para o paraíso ou para o inferno”, com todas as suas associações, faz com que Adriano perceba em si, no seu modo de viver, uma aproximação maior com o “mal”. A reiteração dos elementos necessários para chegar ao paraíso – tem que parar de xingar, tem que parar de bater... – pode indicar como ele, inserido na modernidade, percebe-se como o que é ruim, o que é pecaminoso. A introjeção das categorias cristãs de análise favorece que mesmo fora de um circuito religioso direto ele se sinta, de algum modo, errado: ele tem que mudar para chegar ao paraíso.

Ocorre, porém, que esse sentimento não o faz submisso. A reflexão que elabora é feita em um banco na praça, com o thinner nas mãos, sob o risco de uma ação do Choque de Ordem para recolhe-los dali. É nesse sentido que entendemos que a organização dos espaços

da cidade é permeada pela mesma racionalidade.

Elementos como o Pai, a ideia do *olho de Deus que tudo vê*, a confissão individual, tem um efeito de retirar do coletivo a análise e solução do problema e transferi-la para um sujeito específico, marcando um processo de definição e enraizamento da matriz individual no pensamento social hegemônico. Todo o processo ocorre ancorado na insistência de uma suposta neutralidade e uma natural superioridade – dentre vários outros, favorecem que a tradição cristã assuma um papel basilar na manutenção da ordem da sociedade moderna-colonial.

2.3.2 Do medo e suas facetas

As facetas do medo são múltiplas e ganha sentidos diversos. O medo sentido como ameaça, é também utilizado como forma de enfrentamento e resistência. Adriano ao falar da ida para as ruas, fala de um encontro com uma cigana em Copacabana, o qual altera sua vida. Ele nos relata que quando foi para as ruas, andando em Copacabana encontrou uma vez uma cigana que lhe tirou uma carta e lhe disse que passaria a ter ódio de mulheres brancas. Dizia que não acreditava na cigana, mas que ela acertara e que hoje ele tem “raiva, ódio mesmo das mulheres brancas” e que gosta quando elas sentem medo, mas não sabe porque sente tanto ódio.

Quando aquele menino que vai para as ruas, porque deseja algo novo, que nos diz não ter problemas especiais com a mãe, os avós, ou mesmo o padrasto, mas que sente que aquela vida não lhe é suficiente, reconhece o paraíso como um lugar de ser obediente e bom parece que nos indica que os mecanismos de dominação desta sociedade a atravessam em seus mais diferentes âmbitos. Para ir para o céu tem que parar de xingar, de usar drogas, de brigar, mas ele sente raiva das mulheres brancas... e não sabe o porque disso.

Vale observar que há o risco de Adriano ter nos omitido algumas informações e, efetivamente, ter problemas com seu núcleo familiar, ou na comunidade onde vive. No entanto, desqualificar sua fala, com base em suposições nos parecia, em primeiro lugar, partir de uma visão que relaciona a ida para as ruas diretamente com violência, problemas de uma “família desestruturada”, ou pobreza extrema e, ainda, que nós sabemos melhor do que ele sobre a sua realidade, assumindo, enquanto pesquisador, o poder de definir o que é válido ou não das falas dos meninos, ou ainda, o que é verdade e o que é mentira. Tais fatores podem estar presentes, correspondendo inclusive aos principais aspectos de ida para as ruas pela

equipe do Nepar, o que, todavia, não limita nem inviabiliza o fato desse menino ter uma outra leitura de sua situação.

A questão da raiva, do ódio por mulheres brancas é muito forte em sua fala, e, na verdade, aparece de diferentes modos. Não é apenas Adriano quem, durante as conversas, muitas vezes colocava que um dos maiores incômodos que sente é o olhar constante de medo que recebem, como se fossem uma eterna ameaça, e que a esse olhar respondem com “nojo”, “raiva”, “ódio”. Importante observar, ainda, que esses sentimentos sejam dirigidos a uma espécie de “figura-síntese” do que se apresenta como seu “contraponto social”: a mulher branca, personagem que simbolizaria todo o “bem” da sociedade, toda sua “pureza”. Mas, de onde vem tanta raiva? Será que há uma compreensão histórica dos diferentes processos de dominação que atuam na sua produção?

A internalização de ser a representatividade do mal favorece que ele, enquanto indivíduo, se sinta culpado de xingar, mas não inviabiliza que crie subterfúgios e explicações para o que sente. Por sua origem, está associado à barbárie, e por ser assim não há espaço para questionamentos. Surge, então, um elemento externo, que o “autoriza” a sentir raiva, a expressar seu incômodo contra aqueles que o oprimem e simultaneamente são associados ao “bem”. Como ter raiva do bem? Na impossibilidade de uma resposta, a cigana lê seu futuro em uma carta e poderíamos entender que ele passa a assumir de uma forma mais complexa esse lugar do mal e de um certo modo a gostar de ocupá-lo: gosta que sintam medo dele. Assume o lugar e amplia os usos que pode fazer dele.

Não parece, contudo, haver uma ruptura com as bases do pensamento moderno-colonial, mas talvez uma re-apropriação dele. As categorias que são carregadas de motes para a opressão são re-inventadas, de modo a provocarem o medo (ou mesmo justificar a tão sentida repressão). O medo é reapropriado, ainda que não haja uma reflexão sobre suas origens e razões.

Quando olhamos para a história contada por Adriano sobre o encontro com a cigana de Copacabana, que lhe disse que ele viria a ter ódio de mulheres brancas, temos alguns elementos indicativos de uma inquietação com a sua situação. De algum modo, seja verdade ou não esse encontro, ele expõe um incômodo com as formas de dominação fortemente vinculadas a uma questão racial. Tal temática é uma marca muito presente no seu discurso e se repete em diversas conversas. A questão da raiva das mulheres brancas, de como elas passam a ser alvo da violência e do desprezo aparece não apenas nas falas de Adriano, mas

também de outros meninos. É o caso de Maurício⁴³, que mesmo sem ter seu futuro previsto por uma cigana, havia aprendido a sentir raiva das mulheres brancas e nos explicava que “tem muita mulher branca pior do que a gente”, argumentando que elas xingavam e achavam sempre que iam roubá-las, e que eles não iam, iam apenas pedir dinheiro.

Há uma limitação das categorias de análise e leitura postas pelo senso comum e mesmo pelo pensamento social hegemônico. O encontro expõe esse limite aos que o vivem: Adriano, Maurício e diversos outros se deparam com a dificuldade de compreender o que vivem com base nas categorias do pensamento binário. A “mulher branca” não se limita à “bondade”, à “pureza”, nem tampouco é um monstro, assim como eles não se limitam a ser o “mal”. De fato, ambas categorias são construídas por uma mesma lógica que vem, cada vez mais, demonstrando os limites para a compreensão da complexidade das relações sociais. É Milton Santos quem nos ajuda a entender essas falas ao nos lembrar que

Na esfera da racionalidade hegemônica, pequena margem é deixada para a variedade, a criatividade, a espontaneidade. Enquanto isso, nas outras esferas surgem contra-racionalidades e racionalidades paralelas, corriqueiramente chamadas de irracionalidades, mas que na realidade constituem outras formas de racionalidade, produzidas e mantidas pelos que estão "em baixo", sobretudo os pobres, que desse modo conseguem escapar ao totalitarismo da racionalidade dominante. (SANTOS, s.d, s.p.)

A limitação colocada pelo binarismo do pensamento social hegemônico os deixa sem espaço para poder analisar e desenvolver outros modos de se relacionarem com os embates vividos. A homogeneização dos grupos força leituras baseadas nos estereótipos, nas *histórias únicas*. No entanto, a dinâmica da vida oferece respostas mais complexamente constituídas, dando elementos para a construção de outras racionalidades.

É nesse sentido que olhamos para a questão do medo. O medo aparece como os dois lados da mesma moeda. Se os meninos e meninas provocam medo, também são ameaçados e sofrem as consequências disso, em um movimento que parece se retroalimentar, especialmente por somar aos discursos históricos que os colocam como o *outro inferior*, o *bárbaro*. Como uma das facetas do medo, a violência a que estão expostos é re-lida, re-apropriada.

Em um dos dias em que os encontramos com diversas marcas de violência, machucados por tiros de borracha, falando do uso indiscriminado do spray de pimenta por parte da guarda municipal, conversando com Osmar⁴⁴, perguntamos se não estava cansado de tanta violência, se isso não o motivava a sair das ruas. Ele nos responde “ah, isso para nós é massagem!”. Quais os referenciais que esse menino traz para compreender aquela violência

⁴³ Maurício, 10 anos, há 1 ano nas ruas.

⁴⁴ Osmar, 13 anos, há 5 nas ruas.

como “massagem”? O que ele nos diz com isso? Milton Santos observa que as demandas da vida dos “não possuidores” os coloca em um permanente estado de prontidão, e nos ensina:

Quanto aos "não possuidores", sua convivência com a escassez é conflituosa e pode até ser guerreira. Para eles, viver na esfera do consumo é como querer subir uma escada rolante no sentido da descida. Cada dia acaba oferecendo uma nova experiência da escassez. Por isso, não há lugar para o repouso e a própria vida acaba por ser um verdadeiro campo de batalha. Na briga cotidiana pela sobrevivência, o que há, mesmo, é uma luta, pois não há para eles negociação possível, já que, individualmente, não há força de negociação. A sobrevivência só lhes é assegurada porque as experiências imperativamente se renovam. E como a surpresa se dá como rotina, a riqueza dos "não possuidores" é a prontidão dos sentidos. É com essa força que eles se eximem da contrafinalidade e, ao lado da busca de bens materiais finitos, cultivam a procura de bens infinitos, como a solidariedade e a liberdade: estes, quanto mais se distribuem mais aumentam. (SANTOS, s.d., s.p)

Identificar a violência como massagem nos parece reflexo do enfrentamento cotidiano de diferentes formas de escassez: de direitos, de acesso, de respeito... não é uma fala de quem não reconhece em sua vida a constância da violência e da violação de direitos, mas sim de quem é constantemente demandado a responder diante delas. Não é difícil compreender a existência de constantes violações quando falamos de uma garotada que está nas ruas. Diante do risco de uma ação do Choque de Ordem, de incursões da polícia militar, da ação de seguranças particulares, de jovens das classes médias que não os desejam ali, de outros transeuntes que podem passar e atingi-los, do risco representado nos carros, nos barulhos, nas surpresas das ruas, o estado de alerta é uma constante. Juntamente com as violências, digamos, mais imediatamente reconhecidas como físicas, temos as provenientes de outras esferas da vida, como a escassez de alimento, de higiene, de locais de acolhida, de um acesso mínimo aos bens de consumo amplamente difundidos e transformados em objetos de desejo, que fazem com que, de algum modo, a violência física policial se torne “massagem”. Talvez, diante de suas condições reais da vida, diante de tanta desumanidade, criem re-leituras daquilo que de outro lugar social não é possível compreender. Talvez, a violência a que se referiam seja a menor das violências sentidas, porque, ao menos, é mais claramente reconhecida e enfrentada.

Ocorre, porém, como identifica Milton Santos, que da falta vem a força e são desenvolvidos conhecimentos para enfrentar as demandas apresentadas. No mesmo movimento, abrem-se espaços para *outras* compreensões. São lógicas que fogem à racionalidade hegemônica, construindo desejos e modos de estar no mundo que não estão vinculados a uma nova etapa “superior” da produção da consciência, mas a uma “redescoberta pelos homens da razão e não é espantoso que tal descobrimento se dê exatamente nos espaços sociais, econômicos e geográficos também "não conformes" à racionalidade dominante” (SANTOS, sd, sp).

Esse olhar pode nos auxiliar a compreender essa raiva explicitada e de certo modo muito localizada, quando Adriano nos diz que “assaltar negra não dá. Eu tenho medo delas, são brabas”. Quando lembra que elas poderiam ser suas mães, tias, avós; que poderiam ser alguém da comunidade e que certamente eram trabalhadoras. Quando diz entender que as negras estariam certas se fossem lhe chamar a atenção.

Há aí uma distinção muito forte entre “as negras” e “as brancas”, que parece não estar somente relacionada à questão da cor da pele, mas a uma série de elementos identificatórios de raça (não é à toa que ele me identifica como “morena” e a Fabio como “branco queimado”). A sua revolta e a luta que trava é direcionada a um grupo que é identificado como “o pior”.

Parece haver uma disputa de sentidos que é colocada no cotidiano da cidade. Uma ameaça mútua que, de algum modo, pode limitar o poder e, no mesmo movimento, alimenta a opressão. O medo que de fato provocam, a ameaça que produzem, de algum modo lhes garante uma certa ampliação nos circuitos que transitam, mesmo revestidos de contradições e enfrentamentos sistemáticos com aparelhos e instituições de repressão.

2.3.3. Questão racial e formas de dominação

Nas conversas com a garotada nas ruas, enquanto eles falavam da raiva de mulher branca, da cigana, de como provocar medo, resolvemos perguntar: quem é negro? Inúmeras categorizações apareceram: negro, preto, moreno, mulato, escuro, de cor... O negro era o outro. Poucos dos presentes se identificaram logo de início como negros. É importante observamos como a questão racial envolve estigmas pejorativos e há um movimento de se afastar dessa identidade. Concomitantemente às falas como a de Joaquim – ao contar com orgulho do medo que provoca, expondo “as mulheres brancas têm medo da gente”, “playboy e madame têm medo da gente, é fácil” – e simultaneamente às brincadeiras por meio das quais apresentam as formas como abordavam as mulheres brancas para que elas se sentissem amedrontadas, eles não se identificam como negros.

A complexidade dessa situação mostra uma tensão entre o binarismo do pensamento moderno-colonial e as demandas da vida e, em mais essa questão, aparecem, nas sutilezas, respostas às opressões vividas. Não havia ali uma consciência racial e uma postura marcada por essa identidade. O que será que faz com que o mesmo processo histórico favoreça que identifiquem na “mulher branca” e no “playboy” o pior que há na sociedade, que sintam nojo,

raiva deles, e ao mesmo tempo, não se identifiquem como negros? Como se constitui a sutileza desse processo que parece ser profundamente opressivo?

Adriano se identificava como “moreno” e identificava Maurício como “negro”: dizia “eu não sou negro, ele que é”, indicando Maurício, o qual respondia “não sou!” de cabeça baixa e saindo da roda. O mesmo movimento de inconformismo e revolta, que no momento da provocação do medo separa as brancas das negras, reconhecendo nestas a mulher honesta e trabalhadora, é assumido como motivo de vergonha, como no caso de Maurício, que é o menor e mais novo do grupo. Ao menos naquele momento ser identificado como negro era algo ruim⁴⁵. E de fato, as demais falas reafirmariam esse sentimento e quando perguntávamos “e é ruim ser negro?”, nos respondiam: “porque é sujo, fede”, ou “não é ruim, mas eu não sou. Só ele que é”.

As multiplicidades da vida são tais que a identificação do negro como inferior aparece em diversos momentos, atravessando as dinâmicas sociais. Nas falas, aparece uma associação entre o negro e algo ruim, “inferior”. A dificuldade em se reconhecer como negro expõe toda a relação de negação e estímulos ruins agregados à sua raça (“seu carvão”, “coisa ruim”, “macaco”, etc). Acreditamos que muitas vezes a negação vem da dificuldade da própria família em se reconhecer como negra, em uma busca de fugir de todo o estigma que essa identidade carrega. É nesse sentido que entendemos o uso da categoria “moreno” (muito forte e que abarcava pessoas com as mais diferentes tonalidades de pele). De fato, não foram eles que criaram tal categoria e a utilizam de um modo muito nítido de mediação entre o negro e o branco.

Outro momento que expõe a questão da identidade, e nos indica caminhos para compreender como percebem a si e ao outro no contexto da cidade, aparece na postura de Bruno na defesa de sua origem indígena. Bruno, que se identifica como índio, filho e neto de índios que vieram para o Rio, explicava que não era negro e complementava colocando que os negros haviam sido escravos, que os índios não: “eu sou índio. E índio é melhor que negro, porque negro foi escravo, índio não.” Contra argumentando Adriano, diz que os morenos não tinham escravos, que estes eram dos brancos e que os morenos são a mistura de preto com branco e com índio e que trabalhavam para os brancos tomando conta dos escravos como

⁴⁵ É ainda Fanon (2008) quem nos ajuda a compreender essa situação: “Os elementos que utilizei não me foram fornecidos pelos 'resíduos de sensações e percepções de ordem sobretudo tátil, espacial, cinestésica e visual', mas pelo outro, o branco, que os teceu para mim através de mil detalhes, anedotas, relatos. Eu acreditava estar construindo um eu fisiológico, equilibrando o espaço, localizando as sensações, e eis que exigiam de mim um suplemento. “Olhe, um preto!” era um *stimulus* externo, me futucando quando eu passava. Eu esboçava um sorriso. “Olhe, um preto!” É verdade, eu me divertia. “Olhe, um preto!” O círculo fechava-se pouco a pouco. Eu me divertia abertamente. “Mamãe, olhe o preto, estou com medo!” Medo! Medo! E começavam a me temer. Quis gargalhar até sufocar, mas isso tornou-se impossível. (Fanon, 2008, p. 105)

capatazes.

O distanciamento que se coloca do negro é proporcional à proximidade que se acredita do branco, indicando fortes traços de uma racionalidade eurocentrada onde aposta-se na ideia de uma linha evolutiva única que parte do negro selvagem e chega ao branco civilizado: ele não é *tão negro* quanto os outros, ele é *mais branco*. A fala de Bruno, aqui, em muito se aproxima do discurso hegemônico defensor da crença de que algum dia ele poderá chegar à “civilidade”, reforçando a lógica onde ser *mais branco* se constitui um elemento diferencial. Ao lançarmos um olhar para o passado, observamos que, no período colonial ser mais branco era um importante distintivo por autorizar a ocupação de outros postos de trabalho, com direito a salário, podendo ocupar os mesmos postos e atividades que exerciam os europeus que não fossem nobres. A associação do trabalho não pago às raças dominadas, porque inferiores (Quijano, 2005) se consolida como uma marca no processo de dominação da modernidade-colonialidade, e interfere diretamente no modo de distribuição e organização do espaço.

As sutilezas do processo de dominação fazem Bruno se orgulhar e marcar sua descendência indígena como fator diferencial em relação aos negros, ele ignora o fato desta mesma categoria – índio – ser fruto de uma profunda dominação ibérica. Ao reduzirem todos os povos e nações originárias em “índios”, apagam suas histórias, linguagem, descobrimentos, cultura, memória e identidade. Todos se reduzem a uma única categoria, imposta por quem conquistava e conseqüentemente, com uma marca racial, colonial e negativa. O mesmo processo aconteceu com aqueles trazidos da África, que independente de sua região, cultura, língua, identidade, foram reduzidos a “negros”. E em cima dessa única categoria, dessa única identidade foi forjada a imagem do negro como o vagabundo, que não quer trabalhar e que merece apanhar (bem como do índio preguiçoso, dentre tantas outras). Adriano traz bem essa compreensão do senso comum ao associar a própria escravidão com a suposta falta de vontade de trabalhar do negro (QUIJANO, 2005). Podemos identificar semelhanças com os processos de afastamento/ remoção de comunidades subalternizadas, bem como no recolhimento forçado de meninos e meninas em situação de rua

Processo semelhante é percebido por Fanon (2008) em uma relação entre as pessoas de diferentes nacionalidades africanas, que embrenhadas da racionalidade moderna-colonial, buscam categorizar aquele que é “mais selvagem”⁴⁶ e com quem não querem ser

⁴⁶ Fanon em seu livro *Pele negra, máscaras brancas* conta uma situação onde um martinicano ao se sentir ofendido por guadalupenses se fazerem passar por martinicanos, argumenta “eles são mais selvagens do que nós” (FANON, 2008, p. 41).

A construção da noção de *raça* é um elemento estruturante da ordem moderno-colonial, que nasce no processo de conquista da América como modo de distinguir europeus e não-europeus. Como um dos eixos fundantes dessa sociedade, “raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação básica da população” (QUIJANO, 2005, p. 229). E, segue

Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal (...): os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade (p. 230)

Os aspectos biológicos, os traços fenotípicos, contribuem na justificativa de práticas de opressão, como fica explícito nas teorias de Lombroso, com fortes repercussões ainda hoje. Às novas identidades foram associados aos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, mesmo que raça e divisão do trabalho não fossem elementos necessariamente dependentes, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente (QUIJANO, 2005). Naturalizam-se as diferenças e conseqüentemente as hierarquias e discriminações: o *outro*, que tem identidade, raça, é inferior “por natureza”.

No entanto, a complexidade da vida faz com que esses meninos e meninas não se prendam somente naquela imagem que lhes foi forjada, ou mesmo em um movimento de revolta contra o que está posto, reproduzindo de algum modo a mesma lógica e tentando impor o seu modo a todos. No meio dessa conversa, entre a raiva das “mulheres brancas” e dos “playboys”, e o próprio racismo deles com a busca por se diferenciarem, se distanciarem do negro, Marina⁴⁷ e Joaquim⁴⁸ estabelecem um diálogo que aponta para pequenos detalhes nesse processo: ela que se identificava como negra, entende que é racista, por não gostar de homens brancos. Já Joaquim, quem se percebe com moreno, entende que isso não o faz racista, pois apesar de não gostar das brancas, gosta de morenas e negras.

Nem ela, nem ele, desejam ter como parceiros uma pessoa branca – apesar de fazerem leituras distintas sobre o que isso significa. Podemos pensar em, ao menos, dois processos distintos: um que compreende nessa fala, associada aquelas de ódio e negação, um desejo reprimido. Por outro lado, temos um caminho de análise que pode ver ali um movimento de

⁴⁷

Marina, 16 anos, desde criança nas ruas. Irmã de Iara e de Gabriela

⁴⁸

Joaquim, 13 anos, há 4 nas ruas.

ruptura, uma construção própria que nega (ou ao menos questiona) a crença em um único caminho possível de ser trilhado, que fixa a superioridade branca, com tudo o que lhe é própria onde estaria a garantia da felicidade. .

O modo como vivem suas vidas, a disponibilidade para o enfrentamento sem resignação nos parece indicativo da construção de modos de pensar que fogem à lógica hegemônica. Mais do que resistência, re-existem. Certamente a complexidade e os movimentos contraditórios naturais a que estão sujeitos todos os seres humanos, faz com que um ponto não exclua o outro, que podem inclusive se alimentar. Mas nos parece importante fazer o registro e buscar diálogos: Será que não identificam no branco e seu modo de estar no mundo uma “superioridade”? Será que apesar de identificarem uma suposta “superioridade”, simplesmente não desejam partilhar do que ela representa? Será que as relações que estabelecem com o poder são de tal modo opressivas que, em um movimento de libertação, rechaçam o branco?

É interessante observar a retomada da temática do paraíso em meio a conversa sobre identidade racial. Assim, ao mesmo tempo que Adriano marca sua fala com a necessidade de parar de xingar para ir ao paraíso e que tem raiva de mulher branca e quase uma cobrança de ser uma “boa pessoa” para poder ir “ao céu”. Mesmo considerando os efeitos do thinner nesse movimento de repetição, a linha de raciocínio de Adriano parece ser bastante simbólica e vale observar a insistência sobre a necessidade de parar de xingar para ir ao paraíso concomitante à raiva sentida por mulher branca. Pergunto se ele imagina porque teria raiva e diz não saber. Pergunto se onde ele morava tinha mais mulher branca ou negra e diz “morena”. E, ao fim, explica: “os negros eram nossos escravos”.

Com o cotidiano marcado pela discriminação, pelo preconceito, por diversas formas de violência e suas consequências, assumem o discurso do *outro inferior*, diferenciando-se dos que estariam localizados nas mais baixas hierarquias sociais, dentro do imaginário, os escravos. Em um diálogo com Freire (2005), reconhecemos que há nessas falas a reprodução, no oprimido, de elementos do discurso do opressor. O discurso que oprime é reapropriado e transferido gerando um ciclo que acaba por manter a lógica da dominação. A colonialidade do saber garante a universalização das categorias de análise e tem um efeito de, em diversas escalas, reproduzir a lógica do poder e naturalizar também as diversidades dos circuitos, dos acessos, dos meios de inserção no mercado de trabalho, dos espaços por onde vivem. Como efeito, temos meninos e meninas em situação de rua, que em uma leitura baseada nas categorias hegemônicas representariam uma das escalas de maior desumanização,

apropriando-se desta mesma lógica para se distinguirem de um *outro inferior*, em um processo ambíguo de reconhecimento do fato de, na lógica social, serem eles esse *outro*. Assim, nos parece que a manutenção de tal lógica se dá pelas possibilidades, intrínsecas a ela, de constantes apropriações e re-apropriações dos discursos.

A raiva da “mulher branca”, a opção pela categoria “moreno”, a re-leitura da violência como massagem, o desafio de provocar medo, a culpa e o desejo de chegarem ao paraíso, são elementos que se permeiam em uma racionalidade que se estabelece na fronteira do pensamento hegemônico com a realidade enfrentada. Sem estarem “do lado de fora da modernidade”, elaboram suas perspectivas com base nas categorias por ela fornecidas, porém, desde seu lugar subalternizado, pensam, desafiam a ordem, buscam respostas e se colocam no mundo.

A “massagem” que poderia ser compreendida, em uma suposição vaga, como a aceitação de uma punição por seus erros, quase um castigo divino, pode ser, simultaneamente, uma forte expressão de revolta e inconformismo. O mesmo parece ocorrer com o prazer em provocar o medo e a insistência em parar de xingar, ou mesmo o não reconhecimento de uma identidade racial e raiva da mulher branca. São categorias que não se excluem, e se apontam para uma contradição, também nos mostram a impotência da racionalidade moderna-colonial para explicar as relações estabelecidas nas redes da cidade. As ruas os expõem a experiências peculiares geradoras de outras explicações para a vida e a violação de direitos, e desenvolvem lógicas próprias que permeiam a cidade, convivendo com a racionalidade hegemônica.

A organização da cidade, todavia, é tal que esses encontros só ocorrem nas zonas fronteiriças e seus pontos mais distintos sequer se encontram. Pela própria necessidade da permanência de determinados trânsitos na *cidade europeia dos quilombolas* a disputa pelos usos do espaço urbano são constantes. O sentido da cidade se dá pelos usos que se fazem nela. A ordem estrutural e simbólica não tem como impedir pequenas brechas, pequenos encontros. Seriam estas necessárias para a continuidade do modelo, inclusive? Seria por conta desses espaços que se venderia a ideia de uma possível “ascensão social”, de uma “civilização” dos grupos subalternizados, criando nestes a esperança e a expectativa de um dia “chegarem lá”?

Os trânsitos dos meninos nas ruas da cidade representam simultaneamente o enfrentamento da ordem estabelecida, a ocupação de espaços que não lhes são destinados, a criação de novos circuitos, a provocação de encontros, as reações de afastamento. Das ruas, inserem-se pelos modos mais precarizados em redes de produção, re-ocupam praças, dialogam com a política apresentada e com os diversos atores sociais. Nesse movimento, a

disputa chega às possibilidades de uso da cidade.

2.4 Do direito ao uso da cidade

O permanente movimento de afirmação da ordem hegemônica na organização da cidade é tensionado por disputas do uso da cidade que, potencialmente, tem caráter transgressor. Para além dos usos estabelecidos para cada espaço, dos trânsitos determinados pelo capital, há os movimentos orientados por outras espaço-temporalidades que re-criam os espaços. A presença de meninos e meninas, negros, pobres nos territórios das classes dominantes parece colocar em xeque a lógica social e impõe, por si, questionamentos, resistências e re-existências ao modelo existente, uma vez que suas presenças escancaram as desigualdades sociais e forçam novos significados dos circuitos por onde passam. Nesse sentido, aponta Lefebvre (2001):

a sociedade urbana, conjunto de atos que se desenrolam no tempo, privilegiando um espaço (sítio, lugar) e por ele privilegiados, altamente significantes e significados, tem uma lógica diferente da lógica da mercadoria. É um outro mundo. O urbano se baseia no valor de uso (p. 87).

A complexidade das relações cotidianas, porém, impede a exclusiva reprodução da ordem posta e se desenvolvem reações e respostas de enfrentamento do sistema-mundo moderno/colonial em um processo de re-existência na sociedade. A modernidade não é possível sem os *outros*, submetidos a uma subalternização constante, concretizada pela ocupação das camadas mais baixas da sociedade e exercício de funções e trabalhos com alto grau de precariedade, que, no entanto, são essenciais ao capitalismo.

Como crianças e adolescentes, suas existências se fazem presentes e constroem formas próprias de estar no mundo, respostas e resistências ao modelo hegemônico, atribuem diversos usos ao espaço urbano lhe conferindo possibilidades de leituras e significados distintos dos prescritos pelo uso oficial, fazendo re-existir a cidade.

A cidade é uma *obra*, característica que implica na viabilidade da realização de diversas leituras, em oposição à lógica única do dinheiro, das trocas, dos *produtos*. O sentido da *obra* se dá pelo uso, pelos modos como a vida social e cultural se encontram e convivem na cidade. A organização econômica do espaço, com suas zonas de expressão do poder político, não é suficiente para explicar e organizar a complexidade das trocas existentes, nem mesmo dá conta de explicar a imensa diversidade de manifestações dos diversos grupos sociais: “a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso” (LEFEBVRE, 2001, p. 14).

A noção da existência de um *outro* se concretiza com a divisão do espaço e as relações de dominação. Forja-se a identidade das pessoas conforme o local onde vivem. A ideia da “falta” aparece como importante instrumento nesse processo. Lefebvre identifica que a lógica da cidade de Paris, organizada entre os grandes conjuntos e os pavilhões, leva a que

As pessoas se representam a si mesmas através daquilo que lhes falta ou que acreditem faltar. Nesta relação, o imaginário tem mais poder. Ele sobredetermina a lógica: o fato de habitar é percebido por referência aos pavilhões, nuns e noutros (as pessoas dos pavilhões lamentam a ausência de uma lógica do espaço, as pessoas dos conjuntos lamentam não conhecer a alegria dos pavilhões). (op. cit, p. 27)

Ousamos dizer que processo semelhante ocorre no Rio de Janeiro, na divisão entre a *cidade europeia* e a *cidade quilombada*. Constituintes do mesmo espaço urbano, os dois pólos são interdependentes. Como elemento intrínseco ao processo de dominação, há pontos de reconhecimento de si no outro, pontos de desejo e de inveja. A lógica constitutiva do ordenamento urbano define que aquele é o local “civilizado” e estes são percebidos como locais de desordem e perigo. Devem permanecer separados, tendo seus trânsitos delimitados, em um fluxo direcionado que não comporta a vivência completa do espaço urbano. Define-se, o que Marques (2010) identifica como *cidade autorizada* e *cidade negada*. No entanto, a complexidade da vida, das relações, dos desejos, das necessidades não comporta tal separação e coloca-se, assim, um enfrentamento cotidiano entre os usos efetivos dos espaços e o imaginário de cidade. As múltiplas possibilidades e caminhos, cavados por movimentos de resistência e re-criação do espaço urbano, encontram diversas formas de dominação e controle do uso do espaço público.

Parece-nos, assim, que o embate entre crianças e adolescentes em situação de rua e a “ordem pública”, que marca o cotidiano desses meninos e meninas, ocorre, de modo particular, na disputa pelo uso do espaço urbano. Possuem suas formas próprias de estar no mundo, estabelecem relações com a sociedade e seus diferentes sujeitos. Entre os olhares penalizantes e as suas próprias percepções e vivências, que leituras e re-leituras do seu estar no mundo vão sendo construídas; identidades, culturas e saberes criados e re-criados. Apropriam-se do espaço das ruas deixando marcada sua presença, sua existência. Se a sociedade, através da cultura hegemônica busca escondê-los e/ou criminalizá-los, por outro lado eles vêm se apresentar ao mundo – seja pelo silêncio de quem passa e os teme, seja pelo barulho da polícia, por suas brincadeiras, pelo o que vendem, ou por todas as formas de interação com a sociedade.

Como os *outros* inventados pela modernidade, crianças, adolescentes e jovens pobres, com maior ênfase os que estão nas ruas, fazem parte da cidade, sem fazer. O tratamento

dispensado a essa garotada vem carregado de valores e preconceitos que reforçam o imaginário hegemônico correspondente aos seus lugares na sociedade. Nesse sentido vale observar que, como ressalta Barría Mancilla (2007),

toda a construção subjetiva, isto é, ética e moral desde o prisma hegemônico da sociedade moderna ocidental, relacionado ao (não) lugar 'da criança e do jovem de rua' no processo de produção capitalista, implica em sequer poderem ser vistos como um *outro* qualquer, mas um *outro subalternizado*, um *não-eu* (p.59).

Desta forma, a criança em situação de rua representa tudo aquilo que se opõe à ideia do que é “ser criança” - de certa forma colocada pela dicotomia entre menor e criança⁴⁹, porém podendo ser expandido a todos os não-brancos que compõem o *outro* moderno, de forma que estes são sempre identificados pela falta, pelo que não possuem em relação ao *eu*. Quanto maior a distância existente até o modelo homem/branco/proprietário/cristão (PORTO-GONÇALVES, 2006), mais esse *outro* se encontrará subalternizado. Assim, a transformação do *outro* em um *não-eu* parece contribuir para a naturalização da violência com que são tratadas crianças, adolescentes e jovens das classes subalternizadas e estar atravessada por uma lógica que de fato não os concebe como iguais. Do mesmo modo, moradores da *cidade quilombada* são desqualificados por sua fala, pelo lugar de onde vêm, apresentados como bárbaros, não-educados e, assim, colocados como uma espécie de “sub-humanidade”(MARQUES, 2010). Desde esse prisma, pelo lugar que ocupam já se define suas incapacidades de debater e construir políticas conforme suas necessidades.

Colocados *a priori* como pertencentes à cidade não realizada ou desvirtuada, seus desejos só podem ser de ascensão (nos moldes dominantes), seus pensamentos só podem ser o de se transformar naquilo que ainda não é. Não possuem, portanto, as referências necessárias ao debate, pois se considera que estejam em patamares inferiores na escala de conhecimentos do mundo e de decisões (MARQUES, 2010, p. 8)

As práticas cotidianas – tanto do Estado, quanto da sociedade civil – tendem a responder e a se pautarem por tal imaginário. Na lógica hierarquizante e racista da modernidade – ou seja, a ideia da existência de uma linha evolutiva que parte dos “selvagens” e chega à “civilização”, que parte das “seitas” e chega à “religião”, que parte do “artesanato” e chega à “arte”, se insere no modo de pensar e se concretiza nas diversas ações cotidianas – a garotada que está em situação de rua ocupa lugares profundamente subalternizados: por serem negros, por serem pobres, por estarem fora da escola, fora da cadeia produtiva oficial, fora da família, por ocuparem espaços que lhes são proibidos; por ameaçarem a ordem. Neste lugar, são transformados em animais, em monstros perigosos de quem a sociedade deve se

⁴⁹ A dicotomia ente “menor” e “criança” vem dos Códigos de Menores, que distinguia cada uma destas categorias: menor estava ligado à marginalidade, a orfandade, ao abandono. Por sua vez, criança se referia ao imaginário de infância. Na prática havia uma distinção muito clara baseada em questões de classe e raça. Crianças e menores tinham direitos diferenciados, eram atendidos em Varas judiciais distintas (do menor e da família, respectivamente). Somente com o ECA (Lei nº 9394/96) acaba a dicotomia entre criança e menor e a proteção integral passa a ser o princípio central do Estatuto.

precaver e, como coloca Gregori (2000) aqueles que estão nas ruas

são tomados ora como “pequenas monstruosidades sociais”, “bandidos em potencial” - em versões que sua periculosidade já está definida como algo inato ou, se não inato, como resultado de uma miséria social e moral que dificulta a busca de soluções -, ora como “verdadeiros carentes”, nas versões que os representam como a ilustração mais cabal do abandono, dos desmandos e da desigualdade social (p. 30)

Aspectos que acabam por ser justificativa das ações de extrema violência, como alvos de grupos de extermínio e de exploração sexual, dentre outras formas aviltantes da dignidade que acabam sendo aceitas e compreendidas pela racionalidade moderna-colonial.

Com isso, contribuímos para a construção de estereótipos conforme o lugar que se ocupa na cidade. O espaço urbano materializa as desigualdades e determina (ria) o indivíduo, ainda dentro da lógica etiológica. Entendemos que processo semelhante ocorre nas grandes cidades da América Latina. A representação de moradia vem pelo imaginário do tipo de moradia das classes dominantes. Aos demais grupos, cabe a comparação por negação e, novamente, quanto maior a distância em relação a esse padrão colocado pelos grupos dominantes, maior a subalternização. Maior também a desqualificação atribuída ao local e seus habitantes, que longe de ser uma produção de determinados grupos para manutenção do poder, é “o próprio exercício do poder, o combustível e as consequências das relações desiguais e combinadas que reproduzem lógicas de visões de mundo compartilhadas por todos os sujeitos desse processo” (MARQUES, 2010). A situação de rua fica colocada assim como o extremo oposto de um imaginário do que é a “boa sociedade”, ou “bom cidadão”. Não raro são tratados como lixo⁵⁰, percebidos como um incômodo que deve ser retirado.

Em diálogo com Fanon (2005) podemos entender que a presença desses meninos que não se escondem atrás de uma indumentária branca, assumindo conscientemente ou não, sua história na *cidade europeia*, representa um movimento de negação dessa ordem. Uma vez que

Destruir o mundo colonial é, nem mais nem menos, abolir uma zona, enterrá-la no mais profundo do solo ou expulsá-la do território. O questionamento do mundo colonial pelo colonizado não é um confronto racional dos pontos de vista. Não é um discurso sobre o universal, mas a afirmação passional de uma originalidade apresentada como absoluta. O mundo colonial é um mundo maniqueísta. Não basta ao colono limitar fisicamente, isto é, com seus policiais e guardas, o espaço do colonizado. Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal (FANON, 2005, p. 57).

Assim, se suas falas não falam da cidade, não expõem o que significa a cidade para eles, seus corpos não ficam quietos. A rua como espaço de sobrevivência não é algo que foge

⁵⁰ Vale observar que em diversas operações de recolhimento são utilizados caminhões da Comlurb para recolher os pertences pessoais daqueles que estão em situação de rua. O exemplo mais contundente talvez seja a Operação Cata-tralha, a qual explicita desde o seu nome a compreensão de que pessoas em situação de rua e seus pertences são “tralha” atrapalhando as calçadas. Para uma melhor compreensão do que foi essa operação ver o vídeo da sub-prefeitura 2 do Rio de Janeiro (<http://www.youtube.com/watch?v=fxjR-eKoXEM>). Ainda nesse sentido, temos que não são raras as reportagens em diversos meios de comunicação que associam aqueles em situação de rua com lixo, seja pela associação direta, ou indireta como nos casos em que os colocam nos mesmos termos.

ao espectro de possibilidades em suas vidas, seja pela venda de doces, seja pela fuga da violência doméstica, ou das ameaças do tráfico de drogas e da milícia. Mas a rua se constitui como mais do que isso: é também o espaço da liberdade, das múltiplas possibilidades, o espaço da expressão. A liberdade, contudo, se dá de um modo próprio e não se constitui necessariamente como um desejo de ascensão social nos moldes hegemônicos. Nas dinâmicas cotidianas que estabelecem muito pouco se relacionam diretamente com a espaço-temporalidade da ordem burguesa. Gregori (2000) faz referência ao trabalho de Vogel e Mello (1991), os quais identificam uma vontade naqueles que estão em situação de rua de

“ter a cidade à sua disposição, desde que se consiga conquistá-la” (Vogel e Mello, 1991, p. 145). E conquistar a cidade implica a integração a uma turma, aprender, com ela, a reconhecer o seu 'mapa cognitivo' (onde comer, onde dormir, onde conseguir apoio etc), poder construir uma rotina cotidiana de um jeito diferente do da família (ou seja, com liberdade), 'repudiar a ética do trabalho para assumir a da aventura' (GREGORI, 2000, p. 70)

A vida nas ruas favorece a criação de alternativas que conjuguem a lógica dominante – que os constitui – com as necessidades imediatas. Nesse processo, as ideias de público e privado, coletivo e individual são re-elaboradas no sentido de buscar respostas às demandas apresentadas. Exemplo deste processo é a questão da família, a qual ganha novo sentido, e, como ocorre em muitos grupos subalternizados, o vínculo afetivo é suficiente para o compromisso e apoio, em uma rede de apoio e de vida comunitária viva que foge à lógica hegemônica da sociedade. Não é raro que o referencial familiar de um dos meninos seja a mãe ou a avó de outro e que muitas vezes ele vá para casa de alguém, sem mesmo estar acompanhado do filho legítimo desta família. “Redes de troca, comércio solidário e outras formas de auto-ajuda vêm se constituindo nessa verdadeira reinvenção de novas relações societárias, muitas inspiradas em valores tradicionais, em resposta criativa à ampliação da pobreza nesses espaços suburbanizados” (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 170).

A família pobre foi, em diversos contextos, percebida como inapta para cuidar de seus filhos, por não corresponder ao modelo patriarcal, estruturado em um “núcleo familiar” com uma hierarquia pré-definida e sancionada como eficaz e confiável, ou por não reproduzir os padrões de limpeza, comportamento, organização e controle típicos dos grupos abastados. No entanto, o formato familiar daí derivado, aberto, pronto a reconstrução frente às surpresas da vida, mostra-se surpreendentemente “apto” num contexto em que tudo parece concorrer para dissolvê-lo ainda mais, tornando-se capaz de exercer sua “função social”, justamente por romper com o modelo patriarcal rígido e bem acabado. O mesmo aspecto que aloca esses formatos de família na categoria “disfuncional”, em análises tradicionais, quando percebido em diálogo com crianças e adolescentes em situação de rua, revela-se como essencial,

estabelecendo-se mesmo como redes de apoio fundamentais tanto para a vida nas ruas, quanto nos processos de saída. Em grande medida, os laços familiares constituídos com vistas a viabilizar as possibilidades de acesso e uso da cidade, são também acionados ao longo dos processos de saída. Contribuem, com suas redes, na consolidação de pontos de apoio e referenciais importantes para o acesso e uso de modos distintos de diferentes espaços da cidade, e se mostram presentes em inusitados modos de apoio na construção dos caminhos de volta à casa ou de construção de um novo espaço de vida. Sua permeabilidade é o que viabiliza a aproximação e os entrecruzamentos entre famílias da rua e as famílias originais, possibilitando, por meio de uma costura errática, a invenção de caminhos impalpáveis para os que não tem a vida em suspenso. Vale observar que são esses tipos de redes comunitárias, de organização familiar – raramente considerados no planejamento de políticas de remoção/realocação – os quais, pensados “de cima para baixo”, sem um movimento de diálogo, acabam muitas vezes sendo rompidos, esfacelando-se com isto os laços constituídos ao longo de anos, e, com eles, os fios estruturantes da vida.

3. POLÍTICAS E VIOLÊNCIAS

*No tempo do cativo,
quando o senhor me batia,
eu rezava para Nossa Senhora, ai meu Deus,
Como a pancada doía.*

*Trouxeram três para bater no negro
trouxeram faca, porrete e facão.
Você não sabe o que pode fazer um negro
troca a mão pelo pé, o pé pela mão. 51*

5ª feira, dia 03 de dezembro de 2009. Um grupo de jovens está sentado em um banco na rua conversando. Comem um sanduíche com refrigerante e falam das ações da polícia na região, debatem sobre a violência e as ameaças que grupos de jovens de classe média fazem com os "moradores de rua". Tiram fotos e sorriem; brincam e contam histórias. De repente um dos meninos é segurado por trás, tem uma arma apontada para sua barriga e ouve, em alto e bom som "não corre senão eu pipoco". Os que conseguem, afastam-se dali, sem correr, com o que podem pegar de seus pertences. Os outros se veem rodeados por homens armados com fuzis e pistolas. São policiais a serviço da Operação Choque de Ordem, da Secretaria Especial da Ordem Pública. Segurados pelos braços, tem suas coisas remexidas, cada pertence retirado das bolsas. Alguns são levados para trás de uma van, onde um homem armado os ameaçava. Outra criança, de uns 14 anos, também fortemente segura pelos braços, é forçada a entrar na van. Mais dois os acompanham. A van fecha as portas e o vidro escuro não permite ver o que acontece ali dentro.

O policial nos explica que havia agido assim, pois um dos meninos poderia estar armado, ter uma faca, ou atacá-lo. Explicava que o que estava acontecendo ali era para o bem dos próprios meninos. Eles seriam

levados para um abrigo, um lugar onde haveria comida, banho, televisão e lugar para dormirem. No abrigo seriam encaminhados para escola, atividades, projetos sociais... Ele, como homem preocupado com sua cidade não poderia deixar ali, aqueles meninos sofrerem violências, sem terem seus direitos garantidos. Como educar bem um menino, que se transforme em um bom homem se eles não têm educação, se ficam nas ruas pedindo dinheiro? Como construir o futuro da nação se esse menino pode ganhar em um sinal até R\$300,00 por mês! Não é certo que os demais cidadãos gastem em esmolas e eles continuem ali, ameaçando quem passe. O poder público, nos dizia, não pode ser imune, não pode ignorar essa realidade. De forma muito clara nos explicava que o uso das armas era para evitar que os meninos fugissem, reagissem, agredissem: você, dizia o policial, nunca sabe como vai encontrar esses meninos, eles podem estar tranquilos, mas podem estar armados, podem ter faca, podem estar drogados. E, entre o medo das ameaças dos meninos e sua compreensão da responsabilidade da família, justificava o uso das armas.

Os outros homens armados, todos policiais, fumavam um cigarro à essa hora, com o fuzil agora apontado para o chão. Bebiam um gole de água e aguardavam o chefe para seguirem. E seguiram.

Não havia na operação nenhum agente que não policial ou guarda municipal. Dois possuíam colete de fiscalização, todos armados. Uma operação conjunta entre Estado e Município gastava de pronto 2 vans, 1 carro da guarda municipal, 1 viatura de polícia e um carro de passeio (o primeiro que chegou para a abordagem. Uma senhora que passa pelo local na hora, argumenta que o governo deveria colocar todos em um barco e soltar em alto mar.

Após a abordagem os meninos foram levados para o Centro de Triagem em Laranjeiras. Lá encontraram outros meninos recolhidos em outros pontos da Zona Sul, entretanto não puderam receber qualquer tipo de atendimento, pois, como nos informou a funcionária responsável, este tipo de atendimento é realizado conforme o local de moradia com o endereço de referência. Como nenhum deles é residente da Zona Sul, deveriam ser transferidos para a região responsável. Tal procedimento, nos explicou, seria feito no dia seguinte, que naquele mesmo dia iriam para o abrigo municipal do Lado da Carioca e que dali seguiriam. No entanto, menos de 2h depois, encontramos todos correndo pelo Largo do Machado, brincando e tomando banho no Chafariz.

Alguns dias antes, outras amostras exacerbadas de violências se fizeram sentir. Parado para atravessar a rua e voltar para onde estava o grupo, Bruno é empurrado e recebe um forte pisão no pé de um segurança particular de um dos prédios da rua. No dia 24 de novembro Iaiá, Bruno e Gabriela nos contam que ali não está mais tranquilo para se dormir, pois a polícia tem passado com frequência ameaçando e jogando spray de pimenta. Na noite anterior, Joca recebeu três tiros de um policial disfarçado. Segundo os outros meninos do grupo, o tal "P2" já rondava por ali, observando as ações dos meninos. Após o tiro, Joca correu para o ponto de ônibus e um taxista o socorreu, levando para um hospital. A polícia teria visto o ocorrido, e não teria feito nada. Nos conta outro adolescente: quem deu o tiro seguiu a pé diante da viatura da polícia, que tampouco ajudou o adolescente. Após alguma movimentação de transeuntes, o carro da polícia sai de onde se encontra parado e segue, já sem chances de identificar

quem atirou. Alegam ainda que uma policial mulher os ameaça sistematicamente.

Em outro episódio, encontramos os meninos e meninas com diversas marcas de tiro de borracha. Diante de um desentendimento entre os meninos do grupo, a guarda municipal reagiu com tiros de borracha. Os meninos apresentavam marcas nas pernas, braços, costas e peito, além de marcas do cacete da Guarda Municipal. Um dos meninos discutia com outro por conta da namorada, não entendiam haver violência.

3.1 Estabelecendo a ordem “natural” das coisas

Como vimos, Fanon (2005) nos aponta como a organização do espaço urbano, nas cidades colonizadas, reproduz a lógica colonial, de forma que a cidade se organiza mantendo a região dos homens-brancos colonizadores, e aquela destinada aos colonizados. Processo semelhante parece se manter nas grandes cidades da América Latina, que em sua composição complexifica as relações sociais e as formas de uso e ocupação do espaço, mantendo, contudo, áreas segregadas entre as classes dominantes e as subalternizadas. Territórios distintos que se encontram e se esbarram nas fronteiras colocadas de modo explícito ou implícito no cotidiano da juventude pobre. O Estado, a serviço de uma elite dominante, defende as regras de organização dos territórios, usa de sua força para proteger a propriedade e “a cidade” dos “bárbaros”. Sob o discurso da segurança e da ordem social, reproduz a lógica colonial que permeia a racionalidade moderna em sua forma de pensar e conceber a vida dentro da sociedade.

Conceitos como os de civilização e desenvolvimento são incorporados e assumidos como as únicas alternativas possíveis para se pensar o social, como parte da própria colonialidade do saber (QUIJANO, 2005). Sem questionamentos, aceitamos as concepções de mundo que carregam e suas consequências nas práticas sociais. Wallerstein (2001) nos lembra que a ideia de civilização faz referência “a uma série de características sociais que são contrastadas com o primitivismo e a barbárie”. Assim, o conceito de civilização traz embutido valores que se impregnam na própria forma de conhecer o mundo, induzindo a formas dicotômicas de categorização dos sujeitos, grupos, povos, cristalizando a imagem de um

mundo composto por civilizados e não-civilizados, com base em uma concepção eurocêntrica de sociedade e civilização.

Os “incivilizados”, dentro dessa lógica, não são considerados tão sujeitos como os ditos civilizados e parece prevalecer um olhar que vê em suas presenças risco, ameaça. Na prática, isso tende a se refletir nas formas como tratamos, entendemos e atendemos a infância e juventude pobres, em situação de rua ou moradora de comunidades subalternizadas. Crianças, adolescentes e jovens pobres passam a ser vistos como *bárbaros*, passíveis de serem mortos, eliminados, são os *outros*, os sem cultura, sem saber, reduzidos, por sua distância em relação à cultura dominante, a objetos. Objetos que estão “fora do lugar”, que devem ser retirados, realocados, conforme a necessidade da própria ordem capitalista.

Ainda em sua grande parte marcados pela questão racial, por serem predominantemente negros, mestiços, descendentes de povos indígenas, são os pobres que assumem hoje o lugar do *outro* a ser colonizado. Se tivemos uma história de escravidão, com homens e mulheres tratados assumidamente como objetos, com proibições legais inclusive sobre as possibilidades de trânsito na cidade, hoje é possível identificarmos fortes aspectos de continuidade dessa racionalidade no cotidiano e que se concretizam no espaço urbano.

Entendemos que a constituição das cidades na América Latina fica marcada pela presença, de um lado, dos colonizadores e seus representantes, os *criollos*, constituindo se dentro do imaginário de modernidade como o “lado civilizado”, próximo da Europa e de seus padrões culturais (ou ao menos buscando se estabelecer assim e sempre acreditando na sua superioridade – enquanto elite em relação aos demais que aqui vivem, e ao mesmo tempo, na suposta superioridade euro-norte-americana). De outro lado, os negros, os povos originários e os mestiços. Se os primeiros se acreditam como civilizados, aos demais recai o imaginário de selvageria, justificando o exercício do poder disciplinar do colonizador.

Pelos diversos espaços da vida social, as práticas sociais de controle se fazem presentes. Instituições como escola, igreja e família o fazem de modo mais sutil, as instituições prisionais e a justiça – com toda sua violência – exercem de modo direto o controle. Novas práticas sociais, ao longo da história da Modernidade, foram permeando o cotidiano e se consolidaram como mecanismos eficazes de controle e de individualização das relações sociais, como é o caso da confissão individual e da priorização da escrita sobre a transmissão oral. Malaguti (2003) aponta que com tal processo, as histórias aos poucos vão sendo apagadas, cabendo somente “a história oficial”, pois “quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais ele internaliza profundamente o que escuta” (p. 71), o que contribui para a

formação dos imaginários e estereótipos. Nesse sentido, Chimamanda Adichie (2009)⁵² nos lembra do *perigo da história única*, de como o processo educacional e o processo civilizatório baseado em uma única versão da história nega, subalterniza e favorece os processos de dominação, naturalizando estereótipos, cujo o problema maior não é que sejam mentiras, mas serem incompletos. A história única carrega ainda o peso de ser contada desde o prisma dos dominadores, e ao enfatizar a língua escrita, ao escrever a história dos dominados, suprime tanto a possibilidade de que comunidade possa ser ouvida quanto a confiança na voz dos *outros*, em um processo de colonização dos gêneros discursivos (MIGNOLO, 2003), que abafa as múltiplas histórias existentes.

No que se refere aos meninos e meninas pobres, em especial aos que estão em situação de rua, os processos de dominação ficam muito explícitos. O imaginário que sobre eles recai os des-humaniza quase completamente, especialmente quando são vistos desde o prisma de bandidos a serem punidos. Mas também se perpetua em leituras que os vitimizam, coitadizando-os. Em todos os casos, o estereótipo nega a complexidade que nos constitui como sujeitos e os reifica em um único lugar. Não é concebido, dentro desse imaginário, que eles, como todas as crianças e jovens, possuam saberes e, muito menos, que possam contribuir na construção e implementação de políticas e ações que lhes afetam; que possam mesmo saber sobre si e seus objetivos no mundo. Não é pensado que possam produzir algo que, fora daquilo apresentado pela *história única*, enfrente aquilo sobre o qual ela se omite.

Livros, filmes, noticiários reafirmam a barbárie – e suas barbaridades – propondo uma distância entre a garotada e aquilo que se entende por cultura e civilidade, diante da ausência de referenciais positivos de suas culturas e saberes nas histórias oficiais. Ouvem a respeito de si, de sua família, de seu grupo, que são a negação daquilo entendido por civilidade e por modernidade e, conseqüentemente, daquilo desejado para a Nação. Representam o atraso, o problema. Ouvem também que, pela ameaça que são, devem ser tratados com violência e que por suas condições não são merecedores de ter seus direitos respeitados.

Sempre se repetindo a mesma história, mesmo que desde pontos de vista, a princípio, distintos, mas sob a mesma base epistemológica, a voz desses meninos e meninas desaparece e vai se construindo – ou se reafirmando – cada vez mais a mesma história contada desde o ponto de vista dos dominantes. E, como diz Adichie (2009) “é assim que se cria uma história única: mostra um povo como uma coisa, como uma única coisa, vezes sem conta, e é isso que

⁵² Chimamanda Adichie é nigeriana e escritora. Em apresentação ao TED Global em 2009 fala sobre o Perigo da História Única. Disponível em http://www.ted.com/talks/lang/por_pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html. Acesso em agosto de 2010.

eles se tornam”. As consequências da história única abrangem a esfera das políticas públicas, que tendem a ser pensadas desde pontos de vista que não levam em conta o que sentem, pensam e esperam os “*não-sujeitos* de direitos”, re-afirmando-se a história única e seus estereótipos, sem criarem-se alternativas para outras leituras e construções.

Nesse sentido, Fanon (2005) observa que “o colonialismo não se satisfaz em prender o povo nas suas redes, em esvaziar o cérebro colonizado de toda forma e de todo conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido e o distorce, desfigura, aniquila” (p. 244).

Diferentes mecanismos normativos e programáticos cumprem papel relevante na preservação dessa lógica, por meio de sua conservação ou de sua atualização. Nesse sentido, o aparato legal vem responder e constituir as demandas de uma elite em “modernizar” e “civilizar” as colônias. As políticas públicas elaboradas terão em grande medida esse objetivo, entendido como uma “ordem natural” que não é alcançada em decorrência da desobediência de alguns, os *outros*. Desta forma, como coloca Castro-Gómez, “uma política 'justa' será aquela que, mediante a implementação de mecanismos jurídicos disciplinares, tente civilizar o colonizado através de sua completa ocidentalização” (2005, p. 178). A polícia e as políticas de segurança e de ordem pública assumem papéis primordiais e, como colocado por Fanon, a polícia tem a função de manter a ordem da cidade como posta, de reafirmar as fronteiras entre a cidade do colono e a do colonizado, servindo aos interesses dos dominantes.

A *invenção do outro*, um *outro* que classifico e identifico pela diferença, pela *falta*, pelo *não-eu* parece ser constitutiva do próprio imaginário de civilidade. A construção do *não-eu*, do *outro naturalmente inferior* serve como justificativa para o próprio extermínio de parte da população. “A 'desumanização' do indígena justifica o tratamento ao qual é submetido: 'Disciplinar, vestir, dominar e pacificar são as expressões mais utilizadas pelos colonialistas em territórios ocupados’” (MATHIEU, 2010, p.2). Ainda nos dias de hoje podemos observar processos de desumanização dos grupos subalternizados propagados, dentre outros modos, por uma linguagem que os associa pejorativamente ao universo animal, através do uso de metáforas biológicas como:

Estes violentos bandidos se animalizaram (...). Eles são animais. Não podem ser compreendidos de outra maneira. Por isso os confrontos não podem ser civilizados. Essa gente não quer ser tratada civilizadamente. Têm que ser tratados como animais (Marcello Alencar, Governador do Estado do Rio de Janeiro, em rede nacional de TV, programa Jornal da Manchete, *TV Manchete*, 11 de maio de 1995. *Apud*, MALGUTI, 2007)

Histórias como essa que traficantes, a exemplo de seqüestradores, não têm a menor consideração com direitos humanos, comportando-se como animais selvagens que não

merecem qualquer consideração. (Editorial do Jornal do Brasil, 15 de dezembro de 1995)⁵³

A necessidade da marcação da suposta e desejada distância acaba por ultrapassar a questão biológica e abrange tudo o que possa servir para desqualificar na essência o *outro*, aparecendo falas como “lixo genético”, dentre outros incorporados até mesmo na fala autorizada da “Justiça”.

Frise-se, por derradeiro, que a medida excepcional está calcada em diversas denúncias semelhantes, provavelmente endereçadas por cidadãos humildes e honestos da comunidade local que, certamente indignados com os desmandos do Elias Maluco e sua gangue, bem como o triste envolvimento de parca parcela de policiais corruptos com estes elementos espúrios, busca o único meio de reagir à impunidade crescente neste país; ou seja, denunciar as escuras! Destarte, este grito de socorro e justiça promovido pelo povo deve ser atendido COM URGÊNCIA E RIGOR, não só pelos policiais honestos, mais também e, principalmente, pelo Poder Judiciário, que ciente e consciente das dificuldades investigatórias dos incorruptíveis policiais e da fragilidade dos cidadãos que se aventuram em “denunciar” o **lixo genético** que lhes amedronta, cala e mata, não pode simplesmente encastelar-se de forma alienada para discutir meras filigranas jurídicas⁵⁴. (Juiz Alexandre Abrahão Dias Teixeira – Mandado de Busca e Apreensão Genérico – Justiça Global, Relatório Rio – Violência Policial e Insegurança Pública, 2004, p 34, grifos nossos.)

A animalização do *outro* parece ser uma das justificativas de ações como a do Choque de Ordem⁵⁵ no que tange ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua. O policial que chega apontando uma arma para um menino o faz sob a justificativa de que ele, o menino, poderia atacá-lo. O uso de caminhões da Comlurb na Operação Cata-tralha(2006) ⁵⁶ é outro exemplo gritante desse processo de objetificação daqueles que se encontram em situação de rua. Aqui as propriedades de quem vive na rua, colchões, roupas, papéis, cobertas, são retirados como lixo, sem direito à reclamação, sob o argumento de que são essas “tralhas” que fazem com que as pessoas fiquem nas ruas. O direito a ter propriedades fica limitado assim à alguns, e o que não é reconhecido como bens é tratado pelo poder público como lixo. É interessante trazer aqui a fala de Iaiá ao ter sua mochila recolhida pelo Choque de Ordem: “Pô, tia, era a única foto que eu tinha...”.

⁵³ Disponível em: <http://www.redecontraviolencia.org/Documentos/427.html> acesso janeiro de 2011.

⁵⁴ Frise-se que esta sentença cria o mandado de busca e apreensão genérico, uma aberração jurídica. Ele fere diretamente princípios constitucionais como a Dignidade da pessoa humana, a inviolabilidade da vida privada, dentre outros.

⁵⁵ A Operação Choque de Ordem se constitui hoje como uma das principais ações da atual gestão municipal (2009-2012), visto que uma das primeiras ações desta gestão municipal foi o estabelecimento da Secretaria Especial da Ordem Pública (SEOP), instituída em 1º de janeiro de 2009 (decreto nº 30.339) e com a finalidade de formular e implementar Políticas Públicas que garantam a manutenção da ordem urbana e a integração da Prefeitura com as forças de Segurança Pública do Estado, através da “articulação sob um único responsável de diversos órgãos que atuam direta ou indiretamente nesse domínio” (Plano Municipal da Ordem Pública – PMOP, 2010, p. 9). Segundo a definição da própria Secretaria, a SEOP é “um órgão regulador e fiscalizador da atividade econômica, das posturas municipais e regulamentador do uso do espaço público. **Missão:** A desordem urbana é o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral. Como uma coisa leva a outra, essas situações banam as pessoas e os bons princípios das ruas, contribuindo para a degeneração, desocupação desses logradouros e a redução das atividades econômicas. **Visão:** Ordenar o espaço público fazendo valer as leis e o código de postura municipal. Para isso, desenvolve ações de fiscalização em suas várias áreas de atuação. **Objetivo Geral:** Pôr um fim à desordem urbana, combater os pequenos delitos nos principais corredores, contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida em nossa Cidade.” Fonte: Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=94564> acesso em junho de 2010.

⁵⁶ A Operação Cata-Tralha realizada pela prefeitura do Rio de Janeiro, consistia, basicamente, em recolher os pertences (tralhas) daqueles que se encontravam em situação de rua. A operação era sempre acompanhada por um caminhão da Companhia de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro – Comlurb, e da guarda municipal.

A violência aqui priorizada, ou concretizada, pelo recolhimento dos pertences de quem está na rua não foi seguida com pouca violência por parte da guarda municipal com relação aos “donos das tralhas” que reivindicavam seu direito de ter bens. O uso da violência, que sempre foi uma constante no tratamento da pobreza no Brasil, escancarava aqui a compreensão de que população em situação de rua não é por completo gente, logo não tem bens, e sim, tralhas.

Não é de hoje que as ações da polícia (bem como de outros personagens do cotidiano de crianças e adolescentes em situação de rua) é marcada pelo uso abusivo da violência. A chacina da Candelária talvez seja o exemplo mais gritante e tenha jogado holofotes para a questão. Podemos, contudo, olhar para os recolhimentos forçados de crianças e adolescentes pelo SAM. Em tempo mais recente, as próprias operações de recolhimento são marcadas por inúmeras denúncias de violação de direitos humanos. Os relatos de violências sofridas, abusos e discriminações eram comuns no encontro com os meninos e meninas: marcas de tiros de borracha, de pancadas com cacetete, denúncias de ameaças e tiros na direção deles, como vivenciamos em um episódio durante o período de abordagem, quando o grupo nos conta que diante de um desentendimento entre os meninos do grupo, a guarda municipal reagiu com tiros de borracha. Os meninos apresentavam marcas nas pernas, braços, costas e peito, além de marcas do cacetete da Guarda Municipal. Um dos meninos discutia com outro por conta da namorada, não havia violência.

A opressão e o controle dessa população pelo medo se fazem presentes em um embate cotidiano contra as suas movimentações. A construção do medo é, assim, uma permanente histórica no tratamento dos grupos subalternizados e vem junto com a construção da imagem do *bárbaro*. Como bem coloca Malaguti (2003) “todos os lapsos, metáforas, metonímias, todas as representações da juventude pobre como suja, imoral, vadia e perigosa formam o controle social no Brasil de hoje e informam o imaginário social para as explicações da questão da violência urbana” (p. 103).

A construção histórica desse *outro inferior* toma forma e justifica socialmente o uso indiscriminado da força, a perda de direitos, o extermínio. Como colocou a senhora que passava no momento do recolhimento, eles podem ser “jogados ao mar”⁵⁷. Tal justificativa se dá muitas vezes sem maiores reflexões e não é sequer verbalizada: se incorpora aos discursos sem a devida problematização sobre o que significa o recolhimento fazendo com que o

⁵⁷ Vale observar que esta prática já existiu no Rio de Janeiro até 1850 quando é construída a Casa de Correção. Até esta data, os presos (80% escravos) ficavam no Calabouço, em instalações militares antigas ou em barcos ancorados. A mesma ideia aparece, em outros contextos, como na década de 1990 nos discursos dos governadores Marcello Alencar e Garotinho (Malaguti, 2003, p. 144).

mesmo apenas apareça como “necessário à ordem”, como uma precaução devido ao “risco às pessoas de bem”, repetindo-se o discurso sobre os escravos e todas as formas de violência contra negros, indígenas e outros grupos subalternizados, ou mesmo, pelo outro lado da moeda, como “um cuidado”, “uma forma de salvá-los”, “de protegê-los”. Os processos de dominação da Modernidade, ao construir estereótipos, diluem o debate, dissolve os demais pontos de vista e se impõe como uma verdade universal, contra a qual não adianta lutar.

É com base nessa análise que Dussel (2005) irá compreender que a violência será parte necessária do processo civilizador dos *bárbaros*, vistos como obstáculos à modernização. A violência passa a ser percebida como ato inevitável no tratamento do *outro*, que em última instância seria o responsável por sua condição de inferior. Assim, não há (ou não haveria) possibilidade de diálogo com a juventude pobre, muito menos com crianças e adolescentes que estão em situação de rua. O uso da arma se apresenta como a única alternativa possível: foi assim no processo de colonização da América, é assim hoje nas guerras “pela democracia” no Oriente Médio, é assim hoje no cuidado com a temática da pobreza no Rio de Janeiro. Os critérios de reconhecimento social dos sujeitos não estão em discussão. Trata-se de estabelecer a “ordem natural das coisas”.

3.2 Das políticas para a situação de rua

Ao pensarmos a cidade e a demanda por ordem, a temática da violência logo salta aos olhos. No encontro com crianças e adolescentes que estão nas ruas, também aparece como um dos temas centrais. No entanto, faz-se necessário um olhar, mesmo que breve, sobre políticas de juventude e para a situação de rua, pelo tanto que essas políticas podem evidenciar sobre a questão tratada.

Nas falas dos meninos e meninas em seu cotidiano de vida nas ruas, muito pouco aparece sobre as políticas públicas voltadas para a situação de rua, ou mesmo para a infância e juventude. Parece interessante observar a total ausência de referências às políticas para as juventudes, sem sequer serem reconhecidas como algo a que poderiam ter direito. Tal ausência é um indicativo de como, apesar da ampliação destas no atual contexto, a situação de rua ainda não é contemplada, e muitas vezes mesmo reconhecida como mais uma faceta da juventude pobre. Outro ponto que chama a atenção a quase inexistência de reconhecimento, por parte da garotada que está nas ruas, no que tange às políticas de assistência social do

município e do estado, as quais oferecem alguns serviços que os atingem diretamente. No que se refere à questão da saúde há o reconhecimento da existência do direito ao acesso, bem como a revolta pela dificuldade de atendimento. Dessa forma, duas vertentes de políticas aparecem em suas falas. Como positivo, o SAMU, que reconhecem ser um serviço confiável e, quando há necessidade, o chamam. Segundo os relatos, o serviço de emergência do SAMU funciona. A outra vertente das políticas que mais chama a atenção é a referente às de segurança pública. A questão da segurança se faz presente de modo bem amplo, desde as ações cotidianas do Choque de Ordem, até a questão das internações e das passagens pelo DEGASE.

A ausência das políticas sociais em suas falas, fala também da não-implementação dos direitos, ou mesmo quase que no seu não-reconhecimento. Mesmo garantias constitucionais como o direito de ir, vir e ficar não poucas vezes lhes são negados. No campo do Direito, temos uma legislação específica para as crianças e adolescentes, que com seu caráter principiológico, proporciona uma série de diretrizes ao tratamento desta população, considerando-a merecedora de um olhar especial com base em um atendimento sócio-educativo. A participação da família e da comunidade faz-se fundamental, bem como o reconhecimento da importância das outras instituições do sistema de garantia de direitos – como os Conselhos Tutelares – e mesmo da escola. O ECA define uma série de direitos para crianças e adolescentes e de mecanismos para garanti-los. Não se pode ignorar ainda a importância da atuação histórica das instituições de atendimento e defesa dos direitos desta população. Tais exercícios favorecem a deliberação e a luta pela implementação de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes em situação de rua com base nos seus direitos.

Por sua vez, a juventude ainda não se constitui como um campo do Direito⁵⁸, apesar da criação do Conselho Nacional de Juventude. Tais aspectos criam especificidades para o planejamento de políticas e ações e o atendimento à infância e juventude no Brasil. Segundo a UNESCO (2004), a juventude abrange a população entre 15 e 24 anos, que no Brasil corresponde a mais de 34 milhões de brasileiros. Deste modo, as políticas para as juventudes atingem parte do que legalmente se entende por adolescentes, considerados pelo ECA como os indivíduos entre 12 e 18 anos de idade (e crianças aqueles até 12 anos incompletos). Sem ignorar que todas essas categorias são criadas, datadas histórica e socialmente, quando trabalhamos com crianças, adolescentes e jovens em situação de rua, elas nos colocam

⁵⁸ Devemos diferenciar, neste caso, a formação de um *campo de direitos*, definido pela emergência de noções, propostas, formulações e lutas, da constituição de normas claras no campo do Direito positivo, definidoras de sujeitos de direitos e de práticas de garantia do exercício do direito em suas especificidades.

algumas questões para a análise das políticas direcionadas a esses segmentos.

É a partir da década de 1980 que o tema da juventude e, em particular, da juventude pobre, passa a assumir, progressivamente, um tratamento mais específico por parte do Estado. Ainda no âmbito da Ditadura Militar, como mostra Germano (2000), o Estado passa a investir de forma mais sistemática em ações políticas de “compensação social”, por meio de programas focalizados nos grupos considerados de “risco social”, especialmente no meio rural e nas periferias urbanas. Apesar do baixo alcance efetivo dessas ações, nota-se que elas já apresentam uma clara preocupação com a particular situação de baixa inserção escolar e profissional dos jovens de classes populares.

Sposito e Carrano (2003) identificam que é no final desta década que surgem as primeiras políticas destinadas especificamente aos jovens. São programas na área de saúde (prevenção às DST/AIDS, drogadição, acidentes de carro e gravidez precoce). Tal como já discutimos em oportunidade anterior (ALGEBAILLE, VARGENS e MORAES, 2010), o aparecimento desses programas pode ser compreendido como expressão da ampliação do debate público sobre os direitos da criança e do adolescente e sobre a questão da juventude, debate este que também correspondia a uma ampliação das pesquisas, instituições, fóruns, associações e organizações que passam a se relacionar com o tema por diferentes ângulos. Todo esse movimento, por outro lado, tem também vínculos inegáveis com a emergência e consolidação do tema em escala internacional. O Brasil já vinha participando de convênios de estudo sobre crianças e adolescentes, como os vinculados à Unesco, mas só na década de 1990 se integraria oficialmente a organizações internacionais focadas mais especificamente na questão da juventude. Porém, o debate nacional sobre os direitos da criança e do adolescente, bem como as instituições e organizações vinculadas ao campo, já acompanhavam de diversos modos o crescente número de estudos, orientações e regulações vinculados ao debate internacional. Esse acompanhamento, por sua vez, expressa em parte o fortalecimento de movimentos a respeito do tema e esse conjunto de aspectos concorreu, certamente, para os avanços na formulação dos direitos da criança e do adolescente na Constituição Federal de 1988, bem como dos seus desdobramentos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, Lei nº 8.742/93) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8069/90).

Já na década de 1990, como observa Algebaile (2009), na gestão de Fernando Henrique Cardoso, nota-se a emergência de novos programas focais destinados a esses segmentos, como o Bolsa Escola, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Agente Jovem, vinculando reinserção escolar ou ampliação formativa à concessão de renda

mínima. Tais programas tiveram seu alcance populacional e seu perfil gradualmente ampliado, adquirindo nova escala, novos formatos e formulação mais sistemática ao longo do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quando inúmeras ações e programas começaram a ser identificados e formalmente agregados sob o termo “políticas de juventude”.

Incorporando termos e ênfases difundidos internacional e nacionalmente, as novas proposições governamentais relacionadas à *questão da juventude* passam a enfatizar sua heterogeneidade, chamando atenção para as “características distintas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais” (BRASIL, 2006, p. 6). Argumentando que esse “novo olhar inaugurou uma nova concepção de política pública, que considera a juventude como um segmento social portador de direitos e protagonista do desenvolvimento nacional” (idem, p. 6), o documento segue, apresentando as noções que o norteiam:

Oportunidades para adquirir capacidades – acesso à educação, à qualificação profissional e à cidadania.

Oportunidades para utilizar capacidades – acesso ao mercado de trabalho, ao crédito, à renda, aos esportes, ao lazer, à cultura e à terra.

Garantia de direitos – Oferta de serviços que garantam a satisfação de necessidades básicas do jovem e as condições necessárias para aproveitar as oportunidades disponíveis (idem, p. 7.)

O tom genérico e universalista de tais diretrizes acaba por desconsiderar as especificidades daqueles que estão em situação de rua – como a falta de documentação e de comprovante de residência, como visto anteriormente. Essa população acaba por ser atendida por programas e políticas específicas. Nesse sentido, a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua foi aprovada pelo governo federal em uma ação interministerial⁵⁹, em 2008 e estabelece diretrizes que viabilizem a

(re) integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. Para tanto, vale-se do protagonismo de movimentos sociais formados por pessoas em situação de rua, entre outras ações que contribuam para a efetivação deste processo

Tais diretrizes⁶⁰ enfocam a elaboração de políticas públicas inter-setoriais, nas três

⁵⁹ Participaram do GT de elaboração desta política Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União, além da participação de representantes do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS), representando a sociedade civil organizada.

⁶⁰ As diretrizes são: I - Implementação de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, estruturando as políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura e o sistema de garantia e promoção de direitos, entre outras, de forma intersetorial e transversal garantindo a estruturação de rede de proteção às pessoas em situação de rua; II - Complementaridade entre as políticas do Estado e as ações públicas não estatais de iniciativa da sociedade civil; III - Garantia do desenvolvimento democrático e de políticas públicas integradas para promoção das igualdades sociais, de gênero e de raça; IV - Incentivo à organização política da população em situação de rua e à participação em instâncias de controle social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas

esferas de governo, bem como com a participação da sociedade civil, de modo a estruturar uma rede de proteção às pessoas em situação de rua. Aponta ações nas áreas dos direitos humanos; trabalho e emprego; desenvolvimento urbano/habitação⁶¹; assistência social; educação; segurança alimentar e nutricional; saúde; e cultura. No que tange à categoria *educação*, no documento, há a preocupação em incluir a população em situação de rua na educação formal, propondo-se meios para garantir a matrícula e a permanência, incluindo incentivos à assiduidade desse grupo. O documento também indica a “inclusão das questões de igualdade social, gênero, raça e etnia nos currículos, reconhecendo e buscando formas de alterar as práticas educativas, a produção de conhecimento, a educação formal, a cultura e a comunicação discriminatórias, especialmente com relação à população em situação de rua” (BRASIL, 2008, p. 19) – aspectos que também ficam ressaltados na preocupação de se constituir grupos de estudo que discutam maneiras de a educação ser feita em meio aberto, sem necessidade de deslocamento até as escolas. A valorização de oferta regular de educação de jovens e adultos, e a adequação dos processos de matrícula à realidade das pessoas em situação de rua, com a flexibilização da exigência de documentos pessoais e de comprovantes de residência, também são diretrizes presentes no documento, junto com a orientação para a inclusão da população em situação de rua nos programas de apoio ao desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e de lazer em escola aberta, especialmente nos finais de semana.

Na esfera municipal, o espaço do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro (CMDCA-Rio) se constituiu como um importante espaço de disputa e negociação de políticas para essas crianças e adolescentes. Em julho de 2009, foi aprovada pelo CMDCA-Rio a primeira Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua. Pela primeira vez no Brasil a temática da criança e do adolescente em

públicas, assegurando sua autonomia em relação ao Estado; V - Alocação de recursos nos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais para implementação das políticas públicas para a população em situação de rua; VI - Elaboração e divulgação de indicadores sociais, econômicos e culturais, sobre a população em situação de rua; VII - Sensibilização pública sobre a importância de mudança de paradigmas culturais concernentes aos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais da população em situação de rua; VIII - Incentivo à formação e à capacitação de profissionais para atuação na rede de proteção às pessoas em situação de rua; além da promoção de ações educativas permanentes para a sociedade; IX - Ação intersetorial para o desenvolvimento de três eixos centrais: a garantia dos direitos; o resgate da auto-estima e a reorganização dos projetos de vida. (Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, 2008, p. 15)

⁶¹ No que tange à categoria *desenvolvimento urbano/habitacional*, há a preocupação em garantir moradias populares para esta população, propondo que isto seja tratado como política, o que implica a inclusão das especificidades desse grupo nos projetos habitacionais do governo federal. A política de Locação Social (que consiste no pagamento de um valor correspondente a um aluguel para a família, de modo a viabilizar que esta alugue um imóvel) e a ênfase na necessária reforma urbana com a destinação de prédios públicos para uso habitacional, com a preocupação que esta se dê em áreas centrais e a inclusão de projetos voltados para os beneficiários, incorporando os mesmos no próprio planejamento urbano - o que pode apontar para uma mudança na relação do Estado para com a população em situação de rua, marcam as diretrizes apresentadas.

situação de rua foi pautada como política e teve, a partir de um trabalho coletivo entre as esferas do governo e a sociedade civil, uma deliberação aprovada a nível do Conselho Municipal. Nesta, inclui-se objetivamente a educação como parte das ações que devem ser pensadas para a população de rua, atribuindo-se funções diretamente para a Secretaria Municipal de Educação⁶².

Indo a favor de uma demanda dos movimentos sociais, as três esferas do governo têm investido na criação de alternativas à cobrança de endereço fixo para o atendimento, viabilizando, como apontado, a inclusão institucional da população em situação de rua em um leque mais amplo de programas e ações. Na esfera da saúde, em uma ação articulada entre governo federal, estadual e municipal e organizações da sociedade civil⁶³, tem sido desenvolvido um trabalho que tem surtido efeito e favorecido o atendimento de crianças e jovens em situação de rua pelo sistema público. O que pode parecer uma pequena mudança tem, contudo, forte impacto na vida desses jovens. Um exemplo está na possibilidade do jovem ter acesso ao tratamento de tuberculose – realidade bastante comum na situação de rua -, ou mesmo acesso à camisinha e ao acompanhamento pré-natal. Atualmente, segundo relatos de crianças e adolescentes, bem como de profissionais que com eles atuam, a realidade na maioria dos postos de saúde é o não atendimento a esses meninos, seja por preconceito de quem está na portaria e não os deixa entrar por estarem sujos e mal vestidos, seja por dificuldades burocráticas, seja pela falta de preparo profissional para o atendimento às especificidades dessa população.

De todo modo, sem que seja possível a responsabilização de um ou outro agente isoladamente, observamos uma efetiva dificuldade para o atendimento desses meninos e meninas e a determinação normativa do acesso a tais serviços constitui-se como importante recurso de mudança.

Ações pontuais do governo municipal e estadual também existem na perspectiva da

⁶² O Documento define como ações da Secretaria Municipal de Educação: 1. Estabelecer a situação de rua como um dos critérios a serem priorizados para vagas em creche; 2. Priorizar vagas nas creches para filhos de mães adolescentes, estejam elas em situação de rua ou não; 3. Garantir o acesso em creches para todas as crianças em situação de rua; 4. Criar mecanismos para garantir a inserção de mães adolescentes no Ensino Fundamental e nos Programas de Extensão Educacional ou correlatos voltados para a sua faixa etária; 5. Garantir o acesso e a permanência de crianças e adolescentes em situação de rua às escolas de horário integral, por meio da implementação das mudanças administrativas e pedagógicas pertinentes que contemplem as especificidades deste público; 6. Fortalecer e ampliar a participação da comunidade nos Conselhos Escola Comunidade – CEC – e no Conselho Municipal de Educação – CME; 7. Garantir o acesso e a permanência de adolescentes em situação de rua no Programa de Educação de Jovens e Adultos – PEJA e de crianças e adolescentes no Programa de Extensão Educacional – Clube Escolar, Núcleo de Artes, Pólo de Educação pelo Trabalho e outros (Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente em situação de rua, CMDCA, 2009).

⁶³ Referência ao GT Crianças, Jovens – rua/AIDS. O GT é composto pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SMS), Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil (SESDC), Associação Ex-cola, Se Essa Rua Fosse Minha e Rede Rio Criança, com o apoio do governo federal através do Ministério da Saúde, Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. O GT é parte de uma articulação do Se Essa Rua Fosse Minha através do Programa Protegendo Vidas e existiu de 2005 a 2010.

garantia de direito. No entanto, dentro da complexidade das relações políticas e sociais, tal movimento é concomitante ao avanço ou persistência de um processo de criminalização da pobreza marcado por um forte caráter belicista, onde, dentre outros aspectos, o homicídio de pobres é de certo modo naturalizado.

Os eventuais efeitos das orientações contidas nessas políticas ainda não se fizeram sentir no cotidiano de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro, em parte devido ao próprio ritmo de produção efetiva de ações relativas a tais orientações, em parte devido à orientação de sentido oposto fortemente cristalizada no atual governo municipal, tornando-se impermeável aos acúmulos do debate público e aos avanços nas formulações de orientações políticas. A gestão municipal está fortemente entricheirada em uma perspectiva segregadora.

3.3 Em nome da segurança

Se historicamente tivemos políticas para o recolhimento e a internação de crianças e adolescentes em situação de rua, desde a década de 1990, com o novo ciclo de criminalização da pobreza vinculado à emergência e consolidação das referências neoliberais, a subalternização de negros e pobres assume um caráter belicista e as políticas públicas destinadas à infância e juventude em situação de rua ficam permeadas por esse discurso. Elaborado em consonância com os padrões da sociedade moderna-colonial, o paradigma bélico encontra respaldo na sociedade. Assim, as ações voltadas para os grupos mais subalternizados são apresentadas sob a roupagem da segurança, da ameaça do tráfico ilegal de drogas e monstrualização de seus agentes.

Os dados relativos ao número de homicídios no estado do Rio de Janeiro são alarmantes. Notícia publicada no jornal anuncia que “pela primeira vez em seis anos, o número de pessoas mortas pela polícia ficou abaixo de mil”⁶⁴. Segundo o Instituto de Segurança Pública, o número de autos de resistência⁶⁵ – assassinatos oficiais da polícia

⁶⁴ Jornal O Globo, 3 de fevereiro de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/02/02/pela-primeira-vez-em-seis-anos-numero-de-pessoas-mortas-pela-policia-ficou-abaixo-de-mil-923724961.asp> acesso fevereiro de 2011.

⁶⁵ O instituto do “auto de resistência” existe no Rio de Janeiro para o registro de mortes em confronto com a polícia. Em pesquisa do professor Ignácio Cano analisou as mortes entre 1993 e 1996, estudou as necropsias dos cadáveres das vítimas de intervenção policial. Os indicadores médico-legais confirmaram o quadro de uso excessivo da força e a presença de execuções sumárias: 46% dos cadáveres apresentavam 4 ou mais impactos de bala; 61% dos mortos tinham recebido ao menos um disparo na cabeça; 65% deles mostravam ao menos um disparo na região posterior (pelas costas); um terço das vítimas tinha lesões adicionais às provocadas por arma de fogo, o que poderia indicar que muitas foram golpeadas antes de ser executadas; foram encontrados 40 casos de disparos à queima-roupa, feitos à curta distância, o sinal mais evidente de

militar do Estado do Rio de Janeiro – ficou em 2010 em 885. No ano de 2007 foram 1330 homicídios cometidos oficialmente pela polícia. Estudo realizado pelo Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em parceria com a Unicef e o Observatório Favela, com base em dados de mortalidade de 2006, aponta que “as chances de adolescentes homens morrerem por violência é 11,9 vezes maior do que mulheres. Para negros, a chance é 2,6 maior do que para adolescentes brancos”⁶⁶.

Esses dados são acompanhados por outros que indicam um crescimento sistemático no número de pessoas presas no sistema penitenciário. Segundo o Departamento Penitenciário Nacional, “entre 1995 e 2005 a população carcerária do Brasil saltou de pouco mais de 148 mil presos para 361.402, o que representou um crescimento de 143,91% em uma década. A taxa anual de crescimento oscilava entre 10 e 12%. (...) Entre dezembro de 2005 e dezembro de 2009, a população carcerária aumentou de 361.402 para 473.626, o que representou um crescimento, em quatro anos, de 31,05%.”⁶⁷ Em dezembro de 2005, o estado do Rio de Janeiro contava com uma população prisional de 27.755 pessoas adultas⁶⁸. Em junho de 2010 essa população representava 24.399 pessoas, o que indica uma redução em relação ao número de 2005, apesar de ainda representar um índice bastante alto do número de presos. O encarceramento de adolescentes não foge à essa regra: de 2002 a 2004 houve um aumento de mais de 300% de adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas. Sendo em sua grande maioria adolescentes, negros e pobres. “Com quase 500 mil presos, o país tem a terceira população carcerária do mundo, sendo que um terço está em situação provisória – sem julgamento”⁶⁹.

A mudança empreendida pelo governo federal para uma política de segurança menos letal, a qual proporcionou uma leve diminuição do número de presos, apesar de sua extrema importância, não retira ainda a marca racial e social que orienta a questão prisional no Brasil: do total da população prisional do Estado do Rio de Janeiro, 7.257 são brancos; 6.116 negros;

execução. A mesma pesquisa mostrou que os indicadores de uso excessivo da força policial eram muito mais dramáticos nas favelas, do que no resto da cidade. (fonte: *Relatório da sociedade civil para o relator especial das nações unidas para execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais*. Junho 2007).

⁶⁶ Fonte: Jornal O Globo, publicado em 21/07/2009. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/07/21/estudo-mostra-mais-de-33-mil-assassinatos-de-adolescentes-ate-2012-756903559.asp> acesso janeiro de 2011.

⁶⁷ Fonte: Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/depen/data/Pages/MJD574E9CEITEMID364AC56ADE924046B46C6B9CC447B586PTBRNN.htm> acesso janeiro de 2011.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Fonte: Revista Caros Amigos. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/component/content/article/147-edicao-165/1320-brasil-encarcerado> acesso janeiro de 2011.

e 10.439 pardos⁷⁰, de forma que temos 68% da população prisional do Estado negra, entendida como negros e pardos. Ainda do total desta população, 30,5% (7.460) são jovens entre 18 e 24 anos e 64% (15.652) não possuem nem o ensino fundamental completo.

A população carcerária no Brasil é, assim, eminentemente negra e pobre. Quando voltamos nosso olhar para os adolescentes condenados a cumprir medidas sócio-educativas de internação, ou que estão cumprindo a internação provisória, a realidade não é distinta: negros, pobres e fora da rede formal de escolarização.

Vale observar que, como alerta Ceceña (2008), a condição de presos provisórios, sem julgamento, coloca o “indivíduo numa situação de indefinição e indefensão, perdendo ao menos temporariamente, absolutamente todos os seus direitos e status de reconhecimento” (p. 15), recebendo uma nova identidade (culpado, processado, réu, etc.) que o reifica. No bojo deste mesmo processo, o conjunto da sociedade é colocado na categoria de *suspeitos*, reforçando a “necessidade” de práticas disciplinadoras – mesmo que efetivamente alguns grupos específicos sofram mais as consequências dessa “suspeição generalizada”, o “sentimento de insegurança” difundido sob o discurso do risco, da sociedade insegura e que estamos sob uma grande ameaça atinge a todos, que, em maior ou menor escala, fica vulnerável aos novos aparatos de segurança. Desenvolvido nas bases epistemológicas do pensamento moderno, o discurso do medo atravessa todas as classes sociais.

Será esta atmosfera do medo e da insegurança que orientará as políticas públicas, em especial aquelas voltadas para as camadas subalternizadas. Estruturadas a partir da proposta de um controle totalizante das comunidades e tendo na base de seu discurso a ideia de *inimigo*⁷¹, “existe um atropelo das garantias, as áreas pobres ficam transformadas em territórios de exceção, onde não regem direitos e as garantias são completamente supérfluas porque trabalham com a ideologia da segurança nacional”⁷². A construção do medo, que vem desde a colonização, será recebida de braços abertos por esta nova fase do capitalismo e os novos modos de gestão da pobreza criados nos Estados Unidos da América serão exportados dando continuidade ao sistema-mundo moderno-colonial.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Referência ao Direito Penal do Inimigo, defendido por Jakobs. A ideia do inimigo implica em um tratamento específico e radical que não precisa respeitar as normas: “O indivíduo que não admite ingressar no estado de cidadania, não pode participar dos benefícios do conceito de pessoa. O inimigo, por conseguinte, não é um sujeito processual, logo, não pode contar com direitos processuais (...) Contra ele não se justifica um procedimento penal (legal), sim, um procedimento de guerra. Quem não oferece segurança cognitiva suficiente de um comportamento pessoal, não só não deve esperar ser tratado como pessoa, senão que o Estado não deve tratá-lo como pessoa (pois do contrário vulneraria o direito à segurança das demais pessoas). (GOMES, Luiz Flavio. *O direito penal do inimigo*. p. 1 http://www.revistajuridicaunicoc.com.br/midia/arquivos/ArquivoID_47.pdf) acesso abril de 2011.

⁷² Malaguti, Vera. Entrevista publicada na EPSJV-Fiocruz, 2011.

Loïc Wacquant (2007) identifica como o novo contexto mundial tem alterado os mecanismos de controle da população pobre sendo cada vez mais a prisão utilizada, com o objetivo de controle social, em um processo que denomina de *criminalização da pobreza*, se referindo a uma nova forma de gestão da pobreza típica do neoliberalismo. Observa que, com a ascensão do neoliberalismo, há um processo de desmonte do Estado de Bem Estar Social, a partir da década de 1970. Paralelamente a esse movimento, o braço Penal do Estado assume uma nova centralidade na gestão da pobreza, que se faz sentir através das *políticas de segurança pública*, as quais possuem seus pontos característicos: 1. “atacar de frente o problema do crime, bem como as desordens urbanas e as perturbações da ordem pública que afloram nos confins da lei penal, batizadas de ‘incivilidades’”(WACQUANT, 2007, p. 25); 2. proliferação de leis, medidas punitivas, e dispositivos tecnológicos; 3. criação e manutenção de um discurso alarmista, com apoio dos diferentes meios (mídia, técnicos, especialistas, etc); 4. ampliação do discurso da “guerra ao crime”, com aumento da repressão e estigmatização dos jovens das camadas subalternizadas, bem como todos os *outros* da sociedade; 5. abordagem gerencial e privatista; e 6. extensão e estreitamento da rede policial, endurecimento e aceleração dos processos judiciais, e aumento absurdo da população atrás das grades (op. cit.).

No Brasil, não tivemos a consolidação do Estado de Bem Estar Social, no entanto é possível identificarmos processo semelhante da substituição dos parques direitos e garantias sociais que vinham sendo definidos por ações pautadas na criminalização e penalização das camadas populares. O discurso do medo, da “guerra ao tráfico”, o aumento do número de prisões, bem como uma visão gerencial das ações desenvolvidas são alguns dos aspectos que apontam para a semelhança com o processo identificado por Wacquant. Aspectos que tem marcado as políticas para o atendimento da população pobre do Rio de Janeiro.

As diferenças existentes entre o contexto dos EUA e o Brasil, com suas particulares conjunturas sócio-históricas, políticas, econômicas e culturais, obrigaram que tal ideologia sofresse um processo de tradução, sem contudo, perder suas linhas mestras e as bases que lhe são características. Desta forma, não podemos ignorar que força dos movimentos sociais, bem como a existência de um governo mais comprometido com as camadas populares têm favorecido a elaboração de uma versão própria – não menos cruel – do processo de criminalização da pobreza. Daí a recente diminuição do número de homicídios, a manutenção do número de prisões e a proposição de políticas para além do assistencialismo e da

criminalização⁷³.

Mesmo com essa ressalva, é inegável a existência de uma nova onda punitiva contrária às noções de direitos expressas nos marcos jurídicos. Apesar do ECA, por exemplo, que traz uma mudança da doutrina da situação irregular para a proteção integral dos meninos e meninas, uma grande parte das ações governamentais concretas em relação a crianças e adolescentes pobres, ao longo da década de 1990 e ainda nos anos 2000, manteve-se fortemente marcada pelo caráter penal que remonta ao Código de Menores de 1927. O aumento dos conflitos urbanos e as variadas ações e políticas constituídas nesse contexto parecem expressar todo o tempo um conflito – desigual – entre as tentativas de afirmação de direitos e a impressionante persistência do discurso e das práticas de “combate à criminalidade”.

A assunção de um discurso de guerra coloca em segundo plano um debate sobre o que é segurança. Concomitantemente à venda do paradigma bélico, abafam-se os debates sobre as políticas sociais, como se a ideia de segurança existisse independentemente das demais políticas. Na ausência de políticas de assistência social, de saúde, de cultura, de juventude, enfim, dos mais diversos campos da política que lhes sejam destinadas diretamente, as políticas de segurança assumem um papel central. Vale considerar como a violência se faz presente nas falas dos meninos e meninas em situação de rua, contrariamente à ausência de referências às políticas sociais: nas brincadeiras de teatro, como em situações criadas, onde a polícia era representada por homens violentos que batiam e prendiam sem nem sequer perguntar antes o nome, já partindo para a humilhação; na fala da “governadora”, quando esta proclama em seus discursos que seriam mais respeitados pela polícia, que não seriam tratados como bichos, mas sim com dignidade e respeito; nos relatos sobre como se fazem ameaçadores; na expressividade da raiva do outro; nas brincadeiras entre eles; nas formas de solução de conflitos que elegem.

A ascensão do modelo neoliberal reforça a naturalização do uso da violência com seu forte viés penal, representando uma continuidade no paradigma da Modernidade, que tem nessa nova fase do capitalismo o discurso do combate ao terror e ao narcotráfico um de seus instrumentos para o controle social. Ceceña (2008) aponta que

⁷³ Nesse sentido não podemos deixar de mencionar a ampliação do Bolsa Família para aquelas que se encontram em situação de rua, o que deve ser feito após recadastramento e a alteração de critérios, como a exigência de endereço fixo, passando a ser aceitos pontos de referência, sem necessidade de comprovação. Tal mudança traz implicações significativas para a população em situação de rua, apontando, mais uma vez, para uma mudança na relação do governo federal com essa população em um movimento que tende a favorecer um processo de descriminalização da mesma. Não podemos, tampouco, ignorar nesse processo, como apontam os próprios documentos oficiais, a importância da participação da sociedade civil e dos movimentos sociais nos espaços de construção das políticas.

o destaque de um momento histórico que se abre com o neoliberalismo é a universalização da guerra sob todas as suas formas: econômica, como extensão da economia de mercado e financeirização do campo de definição de normas e políticas; cultural, como ampliação conceitual – e a criminalização do não civilizado, do ingovernável, dos velhos e novos bárbaros; disciplinária, como flexibilização do trabalho e o controle do entretenimento, e, logicamente, militar. (p. 13)

Assim, se a prática da guerra e do extermínio como forma de controle vem desde o início da Modernidade, colocando um clima de pavor entre os dominados, hoje há a concepção de uma guerra preventiva.

Nessa nova concepção, o que se procura é diretamente evitar que o sujeito nasça, que se forme. Não é uma guerra contra um inimigo específico, é contra todo sinal, real ou imaginário, de vida independente.

Tudo aquilo que não é incondicional é suspeito, e a guerra, neste momento, é principalmente contra os suspeitos – suscetíveis de serem detidos a qualquer momento –, não contra os inimigos reais. A guerra preventiva moderna é uma guerra que se antepõe à necessidade de guerra, que se antepõe à ameaça para dissuadi-la. É uma guerra que fabrica o inimigo como prevenção de um futuro conflito e que arrebatou os direitos humanos e sociais a um coletivo universal de suspeitos. A própria sociedade torna-se suspeita de ameaçar a segurança e, nessas circunstâncias, tem que ser redimida. A sociedade é esvaziada de todo impulso de sujeição ou criminalizada em seu exercício, e substituída por um aparelho que age e dita políticas e normas em seu nome (p. 14).

É dentro dessa compreensão que entendemos os fatos ocorridos, por exemplo, na noite em que o carro da polícia passa atirando contra o grupo que ia dormir, ou quando a polícia vê uma pessoa atirando contra um dos meninos e não age. Ato que aqueles meninos e meninas em situação de rua no Rio de Janeiro vivem cotidianamente. Categorizados como ameaça, são entendidos como suspeitos ininterruptamente. A reação da Guarda-Municipal diante de uma movimentação inesperada é prontamente com tiros de borracha, a Operação Choque de Ordem chega ameaçando atirar na barriga de um adolescente. Todos são potencialmente grandes terroristas.

O mal da sociedade e a impossibilidade de “desenvolvimento da nação” são representados pelo menino negro e pobre que transita entre os becos da favela e as ruas do centro e da Zona Sul, sobre quem se constrói o estereótipo de terrorista, narcotraficante, monstro. É esse menino que deve ser “ordenado” até a Copa do Mundo de futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Nas palavras da Secretaria da Ordem Pública

A temática da ordem pública ganha ainda mais destaque em função da realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, que terá no Rio de Janeiro um de seus palcos principais e pela escolha da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Em razão da visibilidade internacional de tais eventos, o estabelecimento de um ambiente urbano organizado e seguro se torna essencial para o êxito dos mesmos, bem como para a nossa cidade (PMOP, 2010, p. 11).

Desta forma, as políticas de segurança ganham uma nova roupagem dentro da mesma orientação. O prisma da superioridade presente no imaginário moderno, o qual associa um grupo à evolução, colocando-o simultaneamente como modelo e como ponto inatingível dos demais povos e raças, faz com este grupo seja autorizado (mesmo que de forma inconsciente),

a subjugar todas as demais culturas, formas de organização social e política existentes, na lógica do “civilize-se ou te mato” (GROSFOGUEL, 2008)⁷⁴, que hoje pode ser atualizada pelo “pacifique-se ou te mato”⁷⁵, mas tendo como elemento de continuidade a guerra – implícita ou explícita – como mecanismo de controle e subjugação dos *outros*.

O endurecimento da violência urbana parece se constituir como uma gestão política da juventude popular brasileira, que cada vez mais mata e morre. É uma violência, contudo, localizada nos territórios subalternizados da cidade e, com base no discurso da segurança, do combate ao tráfico de drogas, observa-se cada vez com maior frequência operações policiais que resultam em alto índice de letalidade dos jovens negros e pobres, e a prisão parece ser o principal projeto para a juventude popular. Em nome da segurança, tem-se cometido atos cada vez mais bárbaros e, como nos ensina Marques (2010), o discurso da segurança

tem sido o principal argumento do processo de legitimação de políticas oficiais e não oficiais sobre uma parcela dos moradores da cidade. Não se trata de um processo simples de segregação social e urbana – facetas mais visíveis dessas relações – no contexto carioca. Acontece que estamos falando de relações sociais, políticas e espaciais que se realizam no cotidiano e também dele se alimentam. Quer dizer, o que acontece hoje pode ser entendido, também, como um complexo jogo de forças que, sobretudo no cotidiano, produzem desigualdades (p.3).

A política atual do Choque de Ordem parece ser a culminância de diversas políticas públicas para a população pobre que vem sendo desenhadas há, pelo menos, uma década, marcadas pela truculência e o desrespeito aos direitos dessa população. No caso da população em situação de rua, isso parece ser ainda mais escancarado, inclusive por romper com diversos padrões do que se supõe ser o lugar e o destino dessas crianças, adolescentes e jovens. O tratamento a elas dispensado, inclusive em termos de políticas públicas, é majoritariamente pelo lado penal do Estado, com alguns contrapontos da assistência social.

Na questão da segurança, a duplicidade do direito – entre garantidor de direitos universais e garantidor da ordem – fica escancarada. O discurso da segurança responde à uma angústia provocada pela própria modernidade. A violência decorrente da suposta necessidade de proteger a si e a sua propriedade exclui e subalterniza cada vez mais parte da população, que passa a ter também na violência uma forma de resposta, e, assim, retroalimenta e reforça o discurso da necessidade de segurança. Vale lembrarmos aqui as diversas falas já referidas neste trabalho sobre a raiva de mulheres brancas e o prazer de provocar o medo. Fanon analisa

⁷⁴ Grosfoguel identifica que desde o início da colonização existe tal lógica. Inicialmente “cristianize-se, ou te mato”, justificando as ações de extermínio contra os povos originários, em seguida, “civilize-se, ou te mato”, e ainda hoje no “democratize-se, ou te mato”, presente nas diversas guerras “em nome da democracia”

⁷⁵ A ocupação de determinadas comunidades pela polícia pacificadora (Unidades de Polícia Pacificadora – UPP) parece mais interessante do que as opções que vinham sendo anteriormente implementadas, em especial no que se refere à relação entre a polícia e as comunidades pobres do Rio de Janeiro. No entanto, não podemos deixar de observar que ainda persiste a lógica da “guerra” com a *ocupação de territórios*, como se os mesmos não fizessem parte da cidade.

esse processo e

nos convida à uma compreensão da gênese da violência e da única alternativa deixada aos oprimidos para sua libertação. Sua descrição da “compartimentação” da sociedade colonial, com sua “linha de partilha” e sua “fronteira indicada pelos quartéis e postos de polícia”, nos remete, aliás, ao nosso universo militarizado que, bem longe de “pacificar”, produz ele mesmo o “radicalismo” que pretende combater (MATHIEU, 2010, sp).

A defesa do direito à segurança será mote para as ações de maior barbárie e violência que se darão dentro da legitimidade do Estado, porém dentro da lógica colonialista, serão voltadas para uma parte específica da população que é profundamente subalternizada.

Em diálogos com uma jovem que viveu em situação de rua por muitos anos e hoje trabalha com aqueles que ainda estão nas ruas, ela identifica claramente a mudança no tratamento dispensado à garotada em situação de rua, ainda no 2º governo de César Maia. Segundo esta jovem, a partir de 2007 as ações da polícia e da guarda municipal voltam a ter uma sistematicidade maior sempre com o uso de muita violência. A jovem relata que até esse período era possível andar em grupos grandes e as repressões eram pontuais e motivadas por algum fator (como um roubo, por exemplo). Hoje as ações são constantes e ainda são muito marcadas, como vimos, pela violência extrema dos agentes do Estado, ameaças e recolhimentos (e muitas vezes prisões).

É desse período o início da Operação *Copabacana*, que em seguida se amplia para as operações *Ipabacana e Barrabacana*, atualmente convertidas na *Operação Bacana*. É com essas operações que os recolhimentos de meninos e meninas em situação de rua adquirem uma sistematicidade maior (até então era comum operações no verão ou perto de algum evento específico), alterando profundamente a vida dos que estão nas ruas e se consolidando como as *políticas de fato* para a infância e juventude pobre em situação de rua no Rio de Janeiro.

Vale lembrar que, em 2007, ocorrem os jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro e se inaugura, no complexo do Alemão, a política da *mega-operação*, ou seja, operações policiais que envolvem um grande número de agentes das forças de segurança estadual e/ou federal, além de uma ampla cobertura dos meios de comunicação. Invariavelmente, apresentam como resultado um alto número de mortos e feridos, contribuindo para um aumento acentuado nos índices de letalidade.

Sob a justificativa da “guerra ao tráfico”⁷⁶, e se proclamando uma “ação

⁷⁶ Uma das consequências do discurso da “guerra” é o uso de aparatos e armamentos bélicos na segurança pública urbana. “O dispositivo mais simbólico do atual modelo de segurança pública fluminense pode ser encontrado nas garagens das polícias do Rio de Janeiro. O “Blindado” é um veículo militar de combate utilizado pelas Polícias Militar e Civil do Rio de Janeiro nas suas incursões pelas favelas e demais comunidades pobres da região estadual. Embora pese cerca de 8 toneladas, o blindado pode alcançar velocidades de até 120km/h. Equipado com altos falantes e duas camadas de blindagem

pacificadora”, a mega-operação que precedeu os Jogos Pan-Americanos “envolveu mais de 1300 (mil e trezentos) policiais entres militares, civis e soldados da Força Nacional e resultou na morte de pelo menos 19 pessoas, além de nove feridos, inclusive crianças. Como resultado de uma política de confronto sistemático, entre os dias 2 de maio e 17 de agosto de 2007 foram contabilizados 44 mortos e 81 feridos durante as operações policiais no Complexo do Alemão”⁷⁷. O processo de estigmatização das favelas como *centro de excelência do crime organizado* favorece a construção de um

estereótipo tanto humano quanto geográfico de periculosidade, que transposto para um clima de guerra, enseja o enfrentamento dos inimigos e legitima as ações que visem “derrotá-lo”. Essa perigosa associação impulsiona à vala comum da marginalidade os moradores das comunidades pobres, tornando-os alvos fáceis e justificáveis no tratamento desumano a que se vêem expostos todos os dias. (*Relatório da sociedade civil para o relator especial das nações unidas para execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais*. Junho 2007, p. 3)

A ideia da guerra nos oferece um importante elemento para pensarmos a relação da cidade com a infância, a adolescência e a juventude pobres: se há uma “guerra”, no sentido mais tradicional, há uma disputa de territórios declarada. Ora, se existem grupos assumidamente disputando o território com o Estado, cabe a este preservá-los. Logo, as violações dos direitos, as políticas de maior controle do espaço público, dos circuitos e permanências são legitimadas e valorizadas. A “guerra” envolve todas as partes daquele espaço, e seus habitantes carregam esse estereótipo para onde forem, permanecendo como o *inimigo* a ser capturado. A *mega-operação* ajuda assim a reconstruir o desenho da cidade ao atualizar os instrumentos de luta pela disputa do espaço urbano.

Concretiza-se uma mudança na política de segurança pública no estado do Rio de Janeiro, que tem uma repercussão direta no tratamento e atendimento da juventude pobre em todas as suas esferas, incluindo aqueles que se encontram em situação de rua. Se até então vinha sendo delineado esse tratamento penal da miséria no Brasil, a partir de 2007 tal opção ideológica assume uma centralidade no planejamento de políticas públicas de segurança, que culminam, em 2009, com a criação da SEOP e as operações Choque de Ordem. A mudança se dá no sentido de uma restauração de uma visão conservadora, punitiva, criminalizadora e de exceção de direitos, uma restauração, no entanto, revestida de modernização. A naturalização da visão eurocêntrica cientificista da existência de um *outro* viabiliza a manutenção deste

pesada, a máxima permitida no Brasil, estes veículos tem uma torre de tiros rotatória, capaz de girar 360° graus, e fileiras com posições para tiros nas laterais, assim como uma grade de aço para proteger as janelas durante tiroteios. Para impedir que sejam furados, os pneus dos veículos são revestidos com uma substância glutinosa especial. Com capacidade para até 12 policiais fortemente armados, o modelo destes veículos blindados permite que os agentes no seu interior efetuem disparos e ofendam os moradores das comunidades sem serem identificados” (*Relatório da sociedade civil para o relator especial das nações unidas para execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais*. Junho 2007, p. 6)

⁷⁷ fonte: *Relatório da sociedade civil para o relator especial das nações unidas para execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais*. Junho 2007

outro como inimigo e promove a elaboração de políticas que tomam tal aspecto como ponto de partida e, deste modo, tendem a reproduzir estigmas e hierarquias (em movimento contrário, como consequência dessas políticas, tem-se um aumento dos “índices de criminalidade” nessas regiões, retroalimentando o discurso, sem que se faça uma análise crítica do dados apresentados).

Mesmo programas destinados aos jovens pobres, de modo geral, não incluem aqueles que não tem endereço⁷⁸, não tem registro e vivem uma espaço-temporalidade própria, que na maior parte do tempo busca fugir às amarras da vida urbana hegemônica, como é o caso dos que vivem em situação de rua. Nesse sentido, identificamos, que ao apresentar o que reconhece como os “principais programas para a juventude” na esfera federal, o Guia de Políticas Públicas de Juventude⁷⁹ nos permite observar que, em sua maioria, os programas são destinados a jovens participantes de âmbitos clássicos da vida social – escola, família, trabalho – ou que estão em vias de institucionalização por meio da profissionalização. Aqueles que se encontram em situação de rua não figuram entre os beneficiários dos principais programas federais voltados para a juventude.

Evidencia-se, assim, um limite no reconhecimento da diversidade da juventude. O delineamento atual das “políticas de juventude” mostra uma nítida segmentação. Seu foco em jovens pobres a serem salvos pela pseudo-profissionalização e pela co-responsabilização com a vida comunitária, distingue esse grupo, nitidamente, do extrato que lhe é superior – de jovens integrados pela situação econômica e, conseqüentemente, pela inserção no circuito clássico de direitos – e do extrato inferior, composto pelos jovens para os quais não está prevista, rigorosamente, mais nenhuma forma de “solução”.

Concomitantemente a esses programas assistenciais, e baseadas em uma controvertida concepção do direito da população em situação de rua, diversas foram as chamadas

⁷⁸ Esta situação ocorre em diversos programas como é o caso do Projovem Urbano que não exclui esses jovens diretamente ao definir como público alvo “Jovens entre 18 e 29 anos no ano da matrícula, que sabem ler e escrever e que não concluíram o ensino fundamental (8ª série)”, no entanto, ao exigir para a matrícula no Programa documento de identidade (RG) e comprovante de residência, implicitamente exclui os jovens em situação de rua. (Fonte: <http://www.projovemurbano.gov.br/site/> Acesso em agosto de 2010.). Devemos reconhecer, todavia, o movimento que vem sendo feito, em especial no governo Federal, para romper com essa lógica e incluir alternativas à cobrança de endereço e documentação para a inclusão nos programas. Nesse sentido, temos o atual Programa da Saúde da Família – Rua, que vem sendo implementado no Rio de Janeiro e em outras capitais e que merece um estudo mais aprofundado.

⁷⁹ O Guia de Políticas para Juventude é uma publicação do governo Federal (BRASIL: *Guia de Políticas Públicas de Juventude*. Brasília, Secretaria Geral da Presidência da República, 2006.) e apresenta as principais políticas e programas para esse grupo, as quais são: Projeto agente jovem; Programa Bolsa atleta; Programa Brasil alfabetizado; Programa escola aberta; Programa escola de fábrica; Programa de melhoria da expansão do ensino médio (Promed); Programa Juventude e Meio ambiente; Programa Nossa primeira terra; Programa Cultura Viva; Programa de Integração de educação profissional ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos (proeja); Programa Nacional de estímulo ao primeiro emprego (PNPE); Programa Nacional de inclusão de jovens (Projovem); Programa nacional do livro didático para o ensino médio (PNLEM); Projeto Rondon; Programa Pronaf Jovem; Programa Universidade para todos (Prouni); Programa Saberes da Terra; Programa Segundo tempo; e Projeto Soldado cidadão.

“operações” propostas para enfrentar o “problema do menino de rua”. Exemplos destas operações temos: Zona Sul Legal (2003), Turismo Seguro (2004), Cata-Tralha (2006), Copabacana (2007), ou o atual Choque de Ordem (2009 - 2010), dentre outras. A reiteração sistemática de tais ações acaba por se constituir em uma *política de fato* para a infância e juventude em situação de rua. Muitas destas ações são implementadas com a parceria dos órgãos de segurança pública, da competência do governo estadual, sendo que em todas essas políticas persiste a lógica do recolhimento, a compreensão da rua como risco e a inferência de que aquele espaço não se destina àquelas pessoas. A política do Choque de Ordem representa, assim, a nova versão das políticas de controle social, de controle das camadas subalternizadas, de sua vida e circulação pela cidade.

3.3.1 - Ordem e conservação

A sociedade moderna se apoia no tripé higiene, lei e ordem, aspectos que perpassam ao longo dos anos diversas políticas para os grupos subalternizados. A implementação de tais políticas e programas reflete, desse modo, a dinâmica da modernidade, e ocorre a partir da compreensão de que os que estão em situação de rua são quase bárbaros, semi-humanos. José de Souza Martins (1989), ao analisar a relação da Igreja Católica com a questão agrária no Brasil, aponta para o fato de que esta se dá, em um primeiro momento, por questões políticas e representou uma opção preferencial pela ordem. A ordem é aqui entendida como a manutenção do poder e das relações que vinham sendo historicamente estabelecidas com os trabalhadores do campo e que à época (1950) viviam um movimento de mudança⁸⁰. E, como bem coloca o autor, “a desordem desata forças novas, novos princípios reguladores da vida e das relações sociais, novas concepções, novas relações, nova maneira de ver e conceber as coisas e até novas esperanças” (p. 23). Cada qual a seu tempo, podemos questionar até que ponto a ideia de ordem regente da atual política municipal não está permeada pela mesma concepção de ordem presente nos documentos da Igreja Católica da década de 1950, em que se opta pela ordem como forma de conservação.

A partir do argumento de desprivatização do espaço público, a Secretaria Especial da

⁸⁰ Em 1956, com a Declaração dos Bispos do Nordeste, haverá um deslocamento da opção central pela ordem, para a centralidade do progresso e desenvolvimento, representando também um afastamento político em relação aos grandes proprietários de terra.

Ordem Pública do Rio de Janeiro (Seop) busca chegar ao que entende como ordem pública. Deste modo, apresenta a importância de acabar com o uso irregular de calçadas por bares, restaurantes, vendedores ambulantes, estacionamento irregular – e também por pessoas em situação de rua. Uma das ações do Choque de Ordem foi a instauração de “bancos anti-mendigo”, que consistem na colocação de divisórias de ferro nos bancos de praça pública de modo a impedir que pessoas ali se deitem. Tais medidas visam o “desenvolvimento adequado da vida na cidade”⁸¹ e a defesa da “integridade do espaço urbano”. Sempre entendidas dentro da racionalidade moderna, reproduzem a compreensão de que há uma linha evolutiva que parte da selvageria e chega à civilização. Na mesma lógica, o documento fala da “cultura da ilegalidade”, entendida como um “desrespeito às regras básicas necessárias à organização urbana”, e segue: “atacar os eventos de incivilidade urbana é fundamental a uma cidade mais segura e estável”. Aspectos que ficam explicitados dentro do objetivo estratégico 1.1: “garantir o correto uso do espaço público”.

Cabe observarmos que, desde o ponto de vista da atual gestão municipal, existe uma ordem pública, a ordem pública. Isso nos remete às discussões do pensamento descolonial ao nos indicarem a existência, dentro da racionalidade moderna, de um único padrão de comportamento tido como “moderno”, “civilizado”, em oposição aos demais que passam a ser subjugados. Entende-se que há uma cultura, uma ordem reproduzindo o processo de dominação e nesse mesmo processo ignora-se a multiplicidade de formas de organização social possível, e principalmente que esta ordem apresentada ela mesma produz aqueles a que chama de “excluídos” por todos os processos de exploração, alienação e subalternização necessários à sua manutenção. A ideia de uma única ordem, como algo neutro e universal, que seria bom a todos, ignora os processos de dominação existentes de modo que automaticamente, no mesmo processo que define, impõe aos *outros* a criminalização: seus modos de vida, trabalho, cultura, organização familiar... são subalternizados e muitas vezes criminalizados. Entendidos, dentro dessa lógica moderna, como “desordem”, impedimentos à “civildade”, tais expressões – e seus sujeitos – devem ser *afastados* da cena urbana, pública. São *elas* causa e problema do “atraso” desta cidade.

O documento da Seop deixa muito clara essa concepção. Compreende-se que a ordem é a pedra basilar para o combate à violência e à criminalidade, para o “desenvolvimento adequado da vida na cidade”, de forma que parece ser fundamental “atacar os eventos de incivilidade urbana”.

⁸¹ Fonte: Secretaria Especial da Ordem Pública. *Proposta para um plano municipal de Ordem Pública (PMOP)*. Março de 2010. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=622379>. Acesso julho de 2010.

O que o documento não questiona é a partir de que olhar é estabelecida essa Ordem. Será que o trabalho dos vendedores ambulantes é entendido como desordem para suas famílias? Sem questionar se seria melhor para esse sujeito ter um emprego formal, com carteira assinada, o que entra em debate aqui é o processo de criminalização do trabalho desenvolvido sem que haja por parte do Estado uma contrapartida que garanta a este trabalhador meios adequados para o sustento de si e de sua família, melhoria na sua qualidade de vida, acesso a serviços e direitos.

A questão do crack vem dar um novo elemento na dinâmica das ações voltadas para a população em situação de rua e parece ser um fator explicativo para a grande aceitação social das ações de recolhimento, independente de sua truculência: a “demonização do crack”, que é apresentado como uma droga de altíssimo risco, favorece que pessoas que até então eram contrárias à violência das práticas de recolhimento se coloquem a favor, ou ao menos a aceitem, sob o discurso, agora, do cuidado com esses “meninos e meninas do crack”.

Não é à toa que no dia em que o grupo de abordagem foi estampado⁸² através de uma fotografia de jornal e *legendado* como “craqueiros”, todos se sentiram profundamente incomodados e fizeram questão de se distanciar do esteriótipo relativo àqueles envolvidos com a droga. Vale observar que não estamos, de forma alguma, desqualificando o crack como droga, nem amenizando seus riscos, apenas colocando que nos últimos tempos ele tem sido apresentado como “o novo mal da sociedade”, em um discurso que atravessa as diferentes mídias e seus diferentes espaços (jornal, novela, programa especial, humorístico e político), nela sendo pautado como o novo inimigo público, de forma que, para além dos males reais que possa causar enquanto droga, cria um espaço para que ações de recolhimento que vem sendo realizadas há anos e que são efetivadas com extrema violência, violando direito de crianças e adolescentes, sejam hoje aceitas e entendidas como “necessárias”.

Vale observar que, as percepções da própria garotada oscilam, tendo em vista os permanentes ajustes dessas medidas. Assim, por alguns aspectos, aparecem relatos que apontam para uma mudança no tipo de violência empregada no último período (2009-2010), o que não significa de forma alguma que tenha deixado de ser violenta, como apontam as experiências aqui relatadas. Segundo os relatos, ocorria em período anterior à prática de um recolhimento por agentes não-oficiais que os levava para locais distantes e ermos (como a Av. Dutra, ou a periferia de municípios da Baixada Fluminense), sem haver qualquer controle.

⁸² Referência a uma reportagem do Jornal do Brasil em que uma fotografia do grupo dormindo em local próximo ao Largo do Machado servia de mote para uma reportagem sobre o aumento de usuários de crack e da violência no local. Pedia mais recolhimento e repressão.

Nesse sentido, acreditamos que o controle maior da sociedade, bem como a gerencialização das ações que passam a demandar números de recolhimento e de atendimento, tenham contribuído para, ao menos, diminuir essa prática, uma vez que mais agentes passam a estar envolvidos, mesmo que indiretamente, com as operações.

O crack faz assim o papel duplo para a justificativa de políticas de recolhimento: por um lado, ele destrói a vida de crianças e adolescentes – que aqui são vistos como vítimas da droga; por outro, constrói monstros capazes de matar a mãe para ter acesso à droga – e então se transformam em bandidos a serem punidos. Pelos dois lados, a prática do recolhimento passa a ser aceita e as reações sociais se amenizam diante de tal violência. Esta talvez seja uma diferença (ou a culminância) das diferentes *operações* de recolhimento e ensaios deste tipo de política que vinham sendo delineadas nos anos anteriores. O enfrentamento verdadeiro ao tráfico do crack, que interliga os mais diferentes segmentos sociais e constitui rede lucrativa, enraizada no próprio Estado, não é pautado pela mídia, ou enfrentado pela Polícia.

Uma das principais consequências dessas operações de recolhimento sistemáticas tem sido a desarticulação dos grupos que se encontram nas ruas. Se até 2007 era possível encontrar grupos de até 30 meninos e meninas juntos, hoje não se encontra grupos com mais de 10, estando na maioria dos casos em grupos de 3 ou 4. Tal mudança tem implicações profundas no modo de viver desses meninos e meninas. Um exemplo marcante é a diminuição (senão perda) de práticas coletivas, como eram as refeições, por exemplo. O sentimento de pertencimento, de identificação, de grupo, de vida coletiva também vem se perdendo. A fragmentação do grupo significa sua fragilização e uma maior facilidade no seu controle externo exploratório ou punitivo. No início das operações de recolhimento não era raro, mesmo que ilegal, levarem os meninos para serem fichados na polícia a título de averiguação se haviam cometido algum ato infracional, ou se estavam em “dívida com a justiça”, o que invariavelmente acabava com a prisão de alguns do grupo, o que se constituiu como mais um elemento para a dissolução do “grupão”⁸³.

⁸³ Vale ainda trazer aqui um fato que vem sendo observado no trabalho nas ruas. O aumento de ações de recolhimento, ou a maior sistematicidade de tais ações tem, como vimos, como consequência direta a fragmentação dos grupos (se antes era possível ver grupos de 20 crianças, hoje é raro que “parem” em mais de 5). Tal fragmentação tem trazido profundos desdobramentos na vida desses meninos e meninas. Além da maior exposição aos riscos, visto ser o grupo uma proteção em si, a sistematicidade das ações, acompanhada de um apoio midiático que vem ganhando espaço na sociedade, tem levado a uma diminuição das ações de assistência tanto institucionais, quanto de pessoas que contribuíam com doações de roupas e alimentos. Decorrência também tem sido o maior envolvimento no tráfico de drogas. Marília, educadora do NEPaR observa que até 2007 era raro o menino e menina que tivesse um envolvimento direto com o tráfico. O tráfico se limitava à droga utilizada (cola de sapateiro, antes; thinner, atualmente) e a venda para os próprios meninos e meninas do grupo. Hoje, além do aumento de depoimentos de meninos envolvidos com roubos e furtos, temos relatos da atuação como “aviãozinho”, prestando serviços para jovens das classes médias que não querem subir nas comunidades em busca da droga que irão consumir.

3.4 Direito e controle social

O processo de definição de uma determinada “ordem” envolve normatizações jurídicas, e expressa as tentativas de determinados grupos estenderem ao conjunto da sociedade, transformando em critérios e valores “públicos”, critérios e valores que, a rigor, expressam, muitas vezes, interesses privados. O poder de normatizar e diferenciar o que é legal do que é ilegal, bem como de definir as medidas punitivas, garante à Justiça importante papel no que se refere aos mecanismos de controle social. Como aponta Sousa Santos (2009), há uma ligação profunda entre o direito estatal moderno e a construção da colonial/modernidade capitalista.

Como aponta Sousa Santos (2009), há uma ligação profunda entre o direito estatal moderno e a construção da colonial/modernidade capitalista. O Direito, como parte da modernidade, reproduz a lógica que define, hierarquiza, criminaliza e exclui. Ao operar em uma perspectiva universalizante, nega todas as manifestações geradas dentro outras matrizes epistemológicas. O “Estado liberal teve um papel fundamental, e concedeu a si próprio um extraordinário privilégio político enquanto forma exclusiva de poder” (SOUSA SANTOS, 2009, p. 257). Observando os nexos entre Estado e sociedade civil, ainda que em contexto diverso do nosso, as discussões de Marx mostram-se importantes para nos aproximarmos do caráter contraditório dos direitos na sociedade moderna:

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo estado e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade destacada de sua base real – na vontade livre. (1996, p. 98)

Como parte da consolidação da Modernidade, a necessidade de controle se faz fundamental, e o Direito, enquanto definidor da ordem, adquire, uma posição hierarquicamente superior na composição do corpo de normas que regem as relações sociais. Desde a Idade Média, com a Inquisição, foram desenvolvendo-se e naturalizando diversos mecanismos para punir e “regenerar” os que se encontravam “fora da ordem”. É nesse período que se propagam ou intensificam importantes modos de organização da submissão, como, por exemplo, os da submissão da mulher em relação ao homem, e do trabalhador em relação ao senhor.

Categorizar, definir, hierarquizar, em nome da ordem e de uma lei comum, passam a marcar as novas sociedades. A crença na ciência neutra e universal respalda a Justiça ao proclamar uma lei que seria boa a todos e que expressaria o “melhor para a sociedade”. A

cientificidade colocada, desde o prisma da Modernidade e atravessada por um viés de colonialidade, dificulta uma análise crítica da ordem legal, mantendo muitas vezes debates que não enfrentam os pontos bases da sociedade moderna. Será esse viés de colonialidade que irá imprimir no Direito com uma profunda racialização. Respondendo ao olhar de um único grupo que, como dito, se pensa neutro e universal, as legislações tenderão a considerar crimes ações, cultura, modos de estar no mundo do *outro*. Não é ao acaso que sistematicamente a parte da população mais subalternizada sofre mais as consequências das legislações penais. No Brasil esse processo pode ser bem observado durante o regime escravista, ou mesmo com as legislações de atendimento às crianças e adolescentes, e ainda hoje, com os dados referentes ao tipo de pessoa que é presa.

Vale retomarmos aqui algumas reflexões sobre as legislações específicas ao atendimento de crianças e adolescentes no Brasil. A primeira legislação brasileira que se ocupou diretamente da temática da criança e do adolescente foi o Código de Menores de 1927. Conhecido como Código Mello Mattos, refletia uma concepção de infância pobre ou desvalida segundo a qual a pobreza significava um risco à sociedade, um perigo. Mesmo apresentando uma preocupação com o estado físico, moral e mental da criança, bem como com a situação social, moral e econômica dos pais, o que se observava na prática era uma política de alto índice de recolhimento das crianças e adolescentes pobres, que eram destinados à internação. O Código assume a dicotomia entre menor e criança, que possuíam direitos e deveres distintos: crianças e menores possuíam Varas de atendimento diferenciadas – para *uns* a Vara da Família, para *outros* o Juizado do Menor –, tratamentos diferenciados dentro do mesmo judiciário. Londoño (1991) lembra que “mais do que o menor, existia o filho de família e o órfão. Este, em caso de abandono, dependia do juiz dos órfãos, ficando normalmente aos cuidados das Santas Casas ou de particulares” (p. 131). Por outro lado, os *menores* eram encaminhados para as forças armadas ou instituições religiosas.

O tratamento diferenciado entre menor e criança, pode ser um indicativo da marginalização da pobreza, de forma explícita, em termos legais. Como colocam Ferreira e Noronha (1998)

ser pobre e não ter nenhuma função implicava, nos meios sócio-jurídicos sinônimo de marginalidade; este código regulamentou a prática de coibir o livre acesso de menores nas ruas, levando à repressão de atitudes que fossem consideradas como vadiagem ou desordem, de modo a afastar da vida pública os que não exerciam nenhuma contribuição para a sociedade. Os mais visados nestas ações exercidas pela força policial sempre foram as crianças de famílias pobres, principalmente se pertencentes à raça negra (p. 146).

O Código Mello Mattos confirmou a lógica da institucionalização e criminalização das camadas populares e essa mesma lógica seguirá com a promulgação do Novo Código de

Menores, em 1979. Em meio à Ditadura Militar, fortemente marcado pela ideologia da Segurança Nacional, o Novo Código tem uma preocupação com as medidas punitivas e o controle. O debate sobre a identidade nacional e a formação de uma sociedade civilizada, europeizada, ganha força e, conseqüentemente, vem o questionamento sobre como civilizar os “incivilizados”. A criança e o adolescente pobre, os “menores”, continuam a ser vistos como um risco, uma ameaça à ordem social. A política de atendimento a esse público permanece sendo desenvolvida sob a ótica criminalização da pobreza e a doutrina da situação irregular ganha força.

A doutrina da situação irregular se ocupa dos conflitos instaurados. Não há uma preocupação com a prevenção. Trata dos casos de abandono, infração penal, desvio de conduta, falta de assistência ou representação legal, sempre com o enfoque do controle social da criança e do adolescente, entendidos como vítimas da família, da sociedade e do Estado. O *menor*, mais do que antes, é visto como “criminoso em potencial, que precisa ser tutelado pelo fato de ser desassistido e de não possuir recursos que lhe confirmam uma vida considerada digna pelos juristas (...) o mesmo é afastado do convívio familiar e comunitário, devendo viver interno em instituições” (idem, p. 149). Em “situação irregular”, a *demand*a por punição se acentua cada vez mais e é nesse contexto que se efetivarão as políticas de atendimento à infância pobre, cabendo ao Estado proteger e vigiar. Vale reforçar que a doutrina da situação irregular entende que a criança e o adolescente estão em erro, em uma situação de desvio, e devem ser ajustados à ordem. E o erro, geralmente, está na família e nas crianças.

O ECA (Lei nº 8069/90), por sua vez, é uma legislação fruto de mobilização social e com forte influência dos movimentos sociais em um processo de lutas que identificavam discriminação dentro do próprio judiciário. O próprio processo que definia a infância pobre, discriminava-a. Com um forte caráter principiológico, a atual legislação rompe com a doutrina da situação irregular e estabelece a doutrina da proteção integral. Tal doutrina é parte de uma compreensão de crianças e adolescentes como sujeitos em uma fase especial de desenvolvimento. Como sujeitos, possuem direitos, devem receber um atendimento com atenção às suas necessidades. Disto decorre, como vimos, a criação de um sistema de garantia de direitos, composto pelas diversas instituições de proteção e atendimento às crianças e adolescentes, como Conselhos Tutelares, Conselhos de Direito, Judiciário, e instituições de atendimento e de internação. Crianças e adolescente ficam protegidos pelos princípios da Constituição Federal e por tratados internacionais. A noção de sujeitos de direitos é importante, ainda, por diferenciar-se da visão do erro a ser punido. O direito carrega uma

questão política e recoloca a questão da infância e adolescência em uma perspectiva mais ampla, possibilitando uma análise que, diversamente da busca por explicações das razões de seu “erros”, de suas “faltas”, considere a criança e o adolescente como sujeitos situados histórica e socialmente.

Como consequência direta, temos a ruptura da distinção entre menor e criança. Todos passam a ser tratados como crianças e adolescentes, independentemente da origem ou dos atos cometidos. Outra mudança se reflete nas medidas punitivas, que assumem o caráter de medidas sócio-educativas, onde deverá ser considerado o desenvolvimento integral, suas necessidades e especificidades, como o direito à convivência familiar e comunitária, à educação, à saúde e à integridade física. As ações teriam, assim, um caráter educativo e não punitivo, e as instituições agiriam articuladas com todo o sistema de garantia de direitos.

Observamos, contudo, ser este ainda um campo de profunda disputa de sentidos. Apesar de diversas conquistas, a internação segue como a principal medida e tem forte caráter punitivo. Ainda hoje, a política de internação se faz presente persistindo entre as casas de abrigo para educar e moralizar a infância pobre, bem como as instituições de internação do sistema sócio-educativo. Ambas praticamente sem infra estrutura, objeto de diversas denúncias de maus tratos, torturas e diferentes formas de violação do ECA e dos preceitos de direitos humanos. Não são raras as denúncias de violação de direitos nas instituições de internação que, com escolas precárias, ambientes profundamente insalubres, imundos, sem condições mínimas de higiene, negam qualquer direito reconhecido. As denúncias de tortura são diversas, bem como a de superlotação, de falta de colchões e cobertas. As ações e políticas direcionadas para crianças e adolescentes perpetuam a distinção entre menor e criança. Diante disto, temos uma legislação pautada nos direitos, com forte peso na questão educacional, mas que, na prática, ainda mantém em muito a doutrina da situação irregular, conferindo uma proximidade muito grande com o próprio Código Penal e servindo como meio de controle social da circulação de crianças e adolescentes pobres. Assim, nos parece importante lançarmos um olhar para o próprio Direito Penal e seu sentido social, como expressão máxima do controle oficial.

3.4.1 Criminologia e controle

O Direito Penal, como o conhecemos, tem sua elaboração teórica com o Iluminismo,

expoente da concepção da ciência neutra que fragmenta, categoriza e hierarquiza. Será nesse momento que o direito à propriedade adquirirá legalmente um peso equivalente ao da liberdade pessoal (com diversas exceções ao longo do tempo, como, hoje, no caso dos que se encontram em situação de rua, como se pode ver na discussão sobre a Operação Cata-tralha de mendigos), e que a privação de liberdade passará a ser a pena principal.

A colonial/modernidade exigirá novas formas de punir (substituindo a vingança), que assumem um caráter regulador e insere-se no corpo social o direito do Estado de punir. A punição passa a ser compreendida como defesa da sociedade e terá papel fundamental na ordenação da sociedade moderna-colonial, junto com a disciplina e o controle, que passam a combinar-se com as técnicas punitivas que também se desenvolvem, ou mesmo a integrá-las, como momentos associados dos processos de punição. O aparelho disciplinador (e aqui entram tanto a prisão, como asilos, manicômios e escolas) ganha uma nova arquitetura, cujo exemplo mais contundente é o do Panóptico de Jeremy Bentham, analisado por inúmeros autores pelo grau de sistematicidade alcançado na organização de uma arquitetura prisional viabilizadora de um estado permanente de vigilância, espaço onde tudo se vê e o “olho de Deus” (GROSFOGUEL, 2008) se faz presente. “Este processo resultou numa mudança em relação às formas tradicionais de poder, através da implantação de uma ‘tecnologia minuciosa e calculada de sujeição’ (MALGUTI, 1998, p. 41), aspecto que se constitui como um dos principais objetivos do próprio sistema penal. Tanto o crime quanto a sua punição estão relacionados com a constituição e movimentação do mercado de trabalho e da ordem social, fortemente marcada pela escravidão e respondendo ainda à lógica colonial. Malaguti (1998) ensina que:

Utilizando amplamente o exercício do poder de sequestro e estigmatização, o verdadeiro e real poder do sistema penal não é o repressor, mas o exercício positivo, configurador, simbólico. Existe uma renúncia expressa à legalidade penal através de um controle social militarizado e verticalizado sobre os setores mais pobres da população ou sobre os dissidentes. Esse poder configurador é também repressivo ao interiorizar a disciplina, configurando uma sociedade submetida a uma vigilância interiorizada da autoridade. (...) Esta vigilância disciplinada, camuflada, não é percebida em nível consciente. (p. 45)

Nesse sentido, a criminologia será a ciência que pautará os debates acerca da questão criminal, tendo um papel primordial na manutenção do paradigma Moderno. As bases do cientificismo europeu, muito determinado pelo positivismo, entendido como o próprio modo de se constituir o conhecimento científico, irão marcar a busca das causas da criminalidade. E, apesar das mudanças ocorridas dentro da criminologia, que vem deslocando o olhar dos fatores biológicos e psicológicos, para os fatores sociais que assumem cada vez mais o centro do debate, o modelo positivista que coloca peso no estudo das causas ou dos fatores da

criminalidade (*paradigma etiológico*) e intervém sobretudo no sujeito criminoso (*correcionalismo*), permanece dominante dentro da sociologia criminal contemporânea (BARATTA, 2002).

Os estudos criminológicos desenvolvem diversas teorias para explicar a prática de crimes e técnicas punitivas (como o debate sobre quais os tipos de penas mais adequados, tendo como prisma a defesa do social, e a garantia do bem comum). A escola positivista irá identificar o criminoso como diferente e entender o delito a partir de uma “concepção determinista da realidade em que o homem está inserido, e da qual todo o seu comportamento é, no fim das contas, expressão (idem, p. 39). O peso dado por Lombroso aos aspectos biológicos contribui para que o foco recaia na anomalia dos *autores de comportamentos criminalizados*⁸⁴. Com algumas mudanças, esse enfoque irá orientar ainda nos dias de hoje diversas análises sobre a questão criminal. A criminalidade é vista como a responsabilidade do indivíduo e cabe ao Estado – através da legitimidade que lhe é conferida – re-estabelecer a ordem e garantir a paz social. O delito é aqui um dano à sociedade e o delinqüente, seu mal, que deve ser punido, tendo a penal a função de punir e de prevenir o comportamento desviante. A crença em uma lei igual para todos é outra base dessa concepção que sobrevive aos dias atuais.

Segundo Baratta (2002), somente a partir dos anos 1920, com Freud, que se desenvolverá a teoria do “delito por sentimento de culpa”, a qual introduzirá a sociedade, ainda considerada a-historicamente e desde um ponto de vista universal, nas análises sobre a questão criminal. Deste modo, a teoria de Freud promove uma significativa ruptura com o positivismo clássico, rompendo com o conceito de culpabilidade e mesmo da legitimidade do Direito Penal ao entender que

a reação penal ao comportamento delituoso não tem a função de eliminar ou circunscrever a criminalidade, mas corresponde a mecanismos psicológicos em face dos quais o desvio criminalizado aparece como necessário e ineliminável da sociedade. (...) A reação punitiva pressupõe, portanto, a presença, nos membros do grupo, de impulsos idênticos aos proibidos (BARATTA, 2002, p. 50-51).

Tal teoria será a base para novas formulações teóricas que buscam dialogar a sociedade com a questão criminal, sob o enfoque psicanalítico. A obra de Alexander e Staub, como nos apresenta Baratta (2002), fornece elementos que podem contribuir para a compreensão do espetáculo que vivemos hoje no que se refere aos procedimentos judiciais e às mega-operações policiais – e podemos incluir aqui também as práticas de recolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua. Os autores incluem no debate “as

84

Cf. Baratta, Alessandro. 2002.

características psicológicas gerais do mundo dos delinquentes e das pessoas que incorporam os órgãos do sistema penal” (2002, p. 53) e ainda acrescentam no que diz respeito à finalidade da pena, ao verem “a pena não tanto do ponto de vista da identificação da sociedade com o delinquente, e do correspondente reforço do superego, mas do ponto de vista da identificação de um sujeito individual com a sociedade punitiva e com os órgãos da reação penal” (p.53). Deste modo, compreendem que há uma legitimidade na agressão a partir de uma identificação dos sujeitos com os atos da sociedade punitiva. “A pena adquire assim também um significado de recompensa pela renúncia ao sadismo” (p. 54). Desse modo, o gozo com a exposição da punição e humilhação daqueles que cometeram atos ilegais, mesmo que ainda apenas suspeitos, vem de algum modo saciar as angústias cotidianas e justificar – como em uma prática preventiva – as abnegações vividas pela grande maioria da sociedade. A punição, fator extremamente presente em nossa sociedade de base judaico-cristã, desse modo, inibe novas práticas e sacia o desejo individual de penalização.

Talvez esteja aí, juntamente com os resquícios do pensamento lombrosiano, mais um elemento para uma possível explicação da intensa valorização midiática de processos como as mega-operações do Complexo do Alemão (2007 e 2010), com transmissões ininterruptas na grande mídia de seguidas violações de direitos, naturalizando a violência do Estado, a ruptura da ordem e mesmo o homicídio de jovens negros – que a cada cena são colocados como monstros. Uma exposição em menor escala, mas que, por todo seu aparato bélico, por todo o barulho e o espaço que ocupa, tem efeito semelhante, é feita pelas operações de recolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua promovidas pelo Choque de Ordem. O número de carros, agentes públicos, e armamentos utilizados, bem como o discurso do chefe da operação, com base no risco que representam aqueles meninos e meninas, satisfaz em grande medida aos que ali transitam e aos que acompanham o fato pela mídia.

Nesse sentido, a fala dos meninos evidencia aspectos da questão que não podem ser ignorados. A afirmação de que “isso para nós é massagem” e a explicação sobre porque subiram na van espontaneamente e “daí a gente chega lá e não acontece nada não. Toma água, vê televisão e encontra geral” falam de um processo repressivo que comporta medidas aparentemente dissonantes. De fato, após o recolhimento, encontramos todos eles (os que estavam conosco no momento da abordagem e outros que conhecemos do trabalho da rua, mas que aquele dia não estavam ali) no centro de triagem. A funcionária nos informou que não poderia fazer trabalho com eles, pois suas referências do endereço não eram na zona sul, logo, deveriam ser encaminhados para os respectivos centros de referência responsáveis pela

área da referência domiciliar, passando antes pelo abrigo da Carioca, para onde seriam levados até o final do dia. Esse abrigo, por sua vez, como os meninos dizem, “é fácil de pular”, parecendo inclusive que “é feito para pular”. Mas, não foi necessário chegar nem até a Carioca para “pular”. Em duas horas estavam todos na praça tomando banho no chafariz. O espetáculo do recolhimento, nestes casos, parece servir mais para saciar a necessidade de afirmação daqueles que se identificam pela negação da identidade dos que estão nas ruas. O recolhimento é feito com violência, mas não se desdobra nem em medidas punitivas equivalentes, nem em medidas “educativas” que, de algum modo, “concluísem” a ação em coerência com o que parece ser seu objetivo central inegociável: tirar os meninos da rua, do centro da cidade, realocando-os e impedindo-os de voltar.

A complexidade da vida faz com que transborde a existência desses meninos e meninas. A incapacidade do Estado de “dar conta” de todos os processos e a própria falência do Estado social (ou a própria opção pelo investimento prioritário no Estado penal) garantem elementos para diferentes vivências dessa ação policial. As amarras da lógica territorializante contribuem para que sejam ineficazes os recolhimentos. A violência empregada, em um constante processo de reinterpretação por parte de seus agentes, não garante em absoluto o “sucesso da operação” e, em sentido inverso, acaba por se constituir em elemento justificativo para o uso de mais violência.

Talvez, por isso seja possível compreender a entrada espontânea dos meninos na van que faz o recolhimento. Talvez o significado que eles atribuam àquilo seja tal que é como se “simplesmente fizesse parte do estar nas ruas”. Talvez, diante da sistematicidade com que é realizado o recolhimento, ao mesmo tempo em que não é oferecido nenhum tipo de atendimento, tenha ocorrido uma apropriação dessa política pela garotada que passa a incorporá-la no seu estar nas ruas. Atitudes como começar a guardar seus pertences em locais distantes de onde estão “parando”, não oferecer resistência à abordagem e mesmo se oferecerem para serem recolhidos podem ser indicativos dessa nova dinâmica, que, por outro lado, conta com o “aviso” da guarda municipal sobre quando ocorrerá o recolhimento. Há, nesse sentido, o depoimento de vários meninos e meninas, de que alguns grupos da guarda municipal passam devagar com a sirene ligada pelo outro lado da rua antes de fazerem a abordagem, dando tempo para que eles se organizem. Como muito do que importa nessa política é a contagem do número de recolhidos (em uma expressão da gerencialização da pobreza no sentido atribuído por Wacquant), a dinâmica estabelecida entre os meninos e meninas e a guarda municipal, diante do contexto da precariedade dos serviços oferecidos

pelo Estado, acaba por atribuir novos sentidos à prática do recolhimento.

A teatralização da punição existe desde a Idade Média e segue como uma permanência simbólica em nossa sociedade. Neder (1994) argumenta que a teatralidade do poder vivenciada nas praças públicas durante o período da Inquisição da Igreja Católica se assemelha à cobertura midiática sobre determinadas situações de criminalidade (em especial aquelas praticadas por jovens, negros e pobres), com um jornalismo sensacionalista que lucra e proclama o terror, cumprindo, como coloca a autora, “um papel inibidor-repressivo, exibindo um horror cotidiano” (p. 20). Ou nos dizeres de Fanon (2005) sobre as sociedades coloniais: “o colono é um exibicionista. Sua preocupação com a segurança o leva a lembrar em voz alta ao colonizado que 'aqui, o patrão sou eu” (p. 71). O medo aparece como um dos elementos que contribuem para a formulação desse *outro* – sejam as bruxas, sejam os povos originários, os escravos, ou hoje os negros pobres – que, em grande parte, é mantido pelo discurso que se elabora cotidianamente sobre esse subalternizado, justificando o uso da força policial.

As teorias psicanalíticas ainda são marcadas pelo pensamento etiológico, “cuja qualidade *criminosa* é aceita sem análise das relações sociais que explicam a lei e os mecanismos de criminalização” (BARATTA, 2002, p. 57). No entanto, sendo elas formuladas dentro da racionalidade científica moderna, a qual marca a forma como construímos nosso pensamento, seu viés positivista, universalista e neutro parece ter grande aceitação, mesmo que inconsciente, na construção de debates e valores de nossa sociedade, ao mesmo tempo em que esses mesmos aspectos indicam os seus limites.

Em um outro momento, as teorias integrantes da criminologia liberal contemporânea vão sustentar o “caráter normal e funcional da criminalidade, a sua dependência de mecanismos de socialização a que os indivíduos estão expostos, não em função de pretensos caracteres biopsicológicos, mas da estratificação social” (p. 148), intensificando a atenção para a realização efetiva da função punitiva e para o Direito Penal. No entanto, a criminologia liberal tampouco é capaz de romper com a racionalidade moderna e construir uma teoria a partir do ponto de vista dos subalternizados – mantendo a lógica etiológica –, e, como coloca Baratta (2002), não são capazes de desenvolver “uma estratégia prática capaz de guiar a práxis para uma posição socialmente justa, realista e não meramente repressiva do problema do desvio e do controle dos *comportamentos socialmente negativos*” (p. 150).

A construção de alguns membros da sociedade como provocadores do medo e causadores da desordem será um aspecto constante nos debates da criminologia, sempre em

um processo dialógico com as questões sociais de cada tempo e que perdura até os dias de hoje. As explicações universalistas, neutras e com base no pensamento etiológico encontram sempre respostas para o que identificam como “alto índice de criminalidade”⁸⁵ das camadas subalternizadas.

No Brasil, desde o seu período fundacional, as matrizes ibéricas – já influenciadas pelas mudanças provenientes da 2ª modernidade e sob o jugo de França e Inglaterra na nova fase da colonização – se farão profundamente presentes em nossa formação, donde resultarão práticas pedagógicas, jurídicas e religiosas que reproduzem a mesma visão sobre direitos, disciplina e ordem, quem na metrópole, realizam-se na forma de um processo marcado pelo que Quijano (2005) identifica como a colonialidade do saber. A incorporação das bases da racionalidade moderna tem implicações nos diferentes âmbitos de formulação teórica e consequências nas práticas cotidianas da vida no Brasil Império (e até os dias de hoje).

As diferenciações legais no tratamento dispensado aos pobres ficam nítidas no período da escravidão, quando se explicita a existência de uma sociedade dividida entre colonizadores e colonizados. Nesse sentido, a título de exemplo, Neder assinala que “a alçada criminal abrangia a pena de morte natural inclusive em escravos, gentios e peões homens livres, sem apelação nem agravo, salvo quanto às *peessoas de mor qualidade*, quando se restringiria a degredo por dez anos e multa até cem cruzados” (NEDER & CERQUEIRA FILHO, *apud* MALAGUTI, 2003, p. 134). A mesma facilitação da aplicação da pena de morte em escravos é registrada por Nilo Batista: a pena de morte foi (e é) aceita para um determinado grupo social. É nesse sentido que lemos falas como a do secretário de segurança pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame: “mesmo morrendo crianças, não há outra alternativa. Esse é o caminho”⁸⁶. Ou a de Nilton de Albuquerque Cerqueira: “é bom lembrar que o aumento do número de mortes não foi de cidadãos e sim de bandidos”⁸⁷.

Ainda hoje, o alto índice de homicídio de jovens negros e pobres é colocado para a sociedade como algo, no mínimo, aceitável. Acreditamos que se o mesmo índice ocorresse com jovens brancos das camadas dominantes a reação social se daria em termos muito distintos. De fato, nos casos em que crianças e adolescentes brancos/proprietários são assassinados, seja por violência externa, seja por agentes do Estado, a repercussão e o

⁸⁵ Os índices de criminalidade correspondem a estatísticas realizadas com base em dados oficiais, de modo que em sua grande maioria não consideram os crimes cometidos pelas classes dominantes, que em grande parte não chegam a ser notificados e são, muitas vezes, inclusive, naturalizados nas relações sociais. Desta forma, a própria estatística vem corroborar com uma visão estereotipada e fornecer elementos que reforçam políticas públicas de segurança segregacionistas e racistas.

⁸⁶ Fonte: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI1998832-EI5030.00.html> acesso em março de 2011.

⁸⁷ Nilton de Albuquerque Cerqueira, 3 de agosto, 1998, Jornal do Brasil.

tratamento dado pela mídia é muito distinto daquele reservado à morte de um jovem negro.

Quanto a esse aspecto, Fábio, educador do NEPaR, lembra que, na mesma época da morte da menina Isabela Nardoni, aparentemente jogada pelo pai da janela de seu prédio de classe média alta em São Paulo, uma outra menina de 15 anos, grávida, foi assassinada perto da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Esta era negra e vivia em situação de rua. Além do incomparável tratamento dispensado às duas situações na grande mídia, vale observar o fato de organizações da sociedade civil do Rio de Janeiro terem organizado um ato de denúncia e discussão do assassinato da adolescente, que, no entanto, durante a mobilização da garotada na rua, não foi o que polarizou efetivamente sua atenção. O interesse deles era ir para São Paulo conhecer o prédio de onde foi jogada a criança. Seria um caso em que a morte da adolescente grávida faria parte da vida nas ruas? Não seria este um fato especial? Estariam eles convencidos de que a morte da criança era mais difícil de ser aceita do que a da adolescente, que, por estar nas ruas, pode morrer, ou melhor, ser assassinada, isto fazendo parte dos riscos de estar vivo?

Os debates da criminalidade, bem como do próprio Direito Penal, exercem grande influência sobre a formulação e implementação de políticas públicas de diferentes setores, que também estarão ancoradas na perspectiva da “promoção da ordem” e, por complementação lógica formal, da “contenção da desordem”. Tais categorias irão atravessar o pensamento jurídico e se farão presentes nas mais diversas normativas. Assim, mesmo as legislações de direitos sociais estarão orientadas na perspectiva da necessidade de ordem, que, no entanto, é pautada com base na universalização das necessidades e em critérios de “civildade”. A objetividade do Direito Penal em defender “a ordem” (ordem burguesa, patrimonialista, racista, típica da modernidade), juntamente com a autorização do uso da força e de seu poder punitivo, garante uma supremacia desta esfera do Direito nas ações cotidianas voltadas para os grupos subalternizados, em detrimento dos direitos sociais.

Os direitos sociais vêm, por seu turno, mediar um diálogo entre as demandas dos subalternizados e as de ordem. Dentro da mesma racionalidade, serão elaboradas alternativas aos processos de dominação e opressão e, em certa medida, estas servirão de mecanismos de ilusão dos grupos subalternizados sobre a possibilidade de atingirem a “sonhada civildade”. Ao longo de seu processo de formulação, contudo, tais direitos não questionarão, necessariamente, o modelo posto e uma série de aparatos dificultarão sua implementação, em uma constante disputa de sentidos entre a demanda dos *outros* e a oferta dos *uns*, com tensionamentos constantes de sua validade em um longo processo entre sua declaração e seu

asseguramento. A concepção do *outro* como uma ameaça, por sua vez, favorecerá o uso do Direito Penal e da criminalização para a manutenção do *status quo*, através de diversos mecanismos de controle social.

3.5 Cidadania?

A ideia de controlar a vida implica em uma série de práticas de ordenamento das relações sociais que perpassam as mais variadas instituições e que são, inclusive por isso, naturalizadas. A valorização da razão, das ciências, e a tentativa de submeter a vida ao controle do conhecimento, fazem parte do projeto de modernidade. O Estado é entendido como o garantidor da organização racional da vida humana, o *locus* capaz de formular metas coletivas, válidas para todos, de forma que

o Estado moderno não somente adquire o monopólio da violência, mas usa dela para 'dirigir' racionalmente as atividades dos cidadãos, de acordo com critérios estabelecidos cientificamente de antemão. (...) Todas as políticas e as instituições estatais (a escola, as constituições, o direito, os hospitais, as prisões, etc.) serão definidas pelo imperativo jurídico da 'modernização', ou seja, pela necessidade de disciplinar as paixões e orientá-las ao benefício da coletividade através do trabalho (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 171).

No conjunto de dispositivos utilizados, a utilização da norma escrita assume uma marca central, sendo fundante de práticas disciplinares, como as constituições, os manuais de urbanidade e as gramáticas do idioma, respondendo à necessidade de ordenar e controlar, sempre dentro da lógica da “civilização”. As normatizações e institucionalizações estabelecem o que deverá ser a correta conduta e, ao mesmo tempo, definem diferenças e delimitam fronteiras, definindo os *uns* e os *outros*, os *de dentro* e os *de fora* (GONZÁLEZ STEPHAN, 1996, *apud* CASTRO-GÓMEZ, 2005). No mesmo sentido foram historicamente definidos os *normais* e os *anormais*, categorias punitivas que serviriam de base para o Direito Penal e da medicina.

A transformação das leis em regras escritas, carrega ainda um outro prisma de dominação que é o domínio da linguagem. O uso de manuais⁸⁸ e normas para definir o ideal de civilidade e estabelecer regras para a sociabilidade, entendida como princípio do progresso dos povos e base de uma sociedade *bem ordenada* faz com que os mesmos exerçam uma violência profunda nos grupos subalternizados, sobretudo por serem apresentados em uma

⁸⁸ Vale observar que os primeiros manuais que vem servir objetivamente ao controle social são datados da Idade Média, no período da inquisição, quando “começam a estabelecer-se a disposição o os dispositivos de cura contra os hereges. Ainda que a cura fosse a morte” (Malaguti, 2003, p. 146).

língua cujo domínio muitas vezes eles não possuem. A língua vem, assim, como instrumento de exclusão e de subalternização na medida em que se faz incompreensível para grande parte da população, sendo necessária a presença de um intérprete, de um mediador. Os manuais vêm inserir (ao lado de outros instrumentos) o que deve ser entendido como o “bom comportamento”, valorizando a obediência e a moral, ao mesmo tempo em que se define (ou se inventa) o *sujeito de direito* e o *cidadão* – e, por omissão, quem não é, como aponta Castro-Gómez (2005):

A formação do cidadão como 'sujeito de direito' somente é possível dentro do contexto e da escrita disciplinar e, neste caso, dentro do espaço de legalidade definido pela constituição. A função jurídico-política das constituições é, precisamente, *inventar a cidadania*, ou seja, criar um campo de identidades homogêneas que tornem viável o projeto moderno da governamentalidade. (...) A aquisição da cidadania é, então, um funil pelo qual só passarão aquelas pessoas cujo perfil se ajuste ao tipo de sujeito requerido pelo projeto da modernidade (p. 173)

A análise de Castro-Gómez dialoga com o processo que Rodrigues (1981, *apud* Malaguti, 2003) identifica na construção da *nação*: a necessidade de se delimitar “o espaço possível da cidadania nesta sociedade”.

Esta ideia de *cidadania possível* é tão introjetada nos corações e mentes da época, que valores como *honra e pureza*, tão arraigados nos crimes e processos da época, não eram valores disponíveis para os crimes de escravos, que não podiam defender-se através desses 'símbolos de respeitabilidade'. Nem a cidadania nem os sentimentos eram legítimos para todos (MALAGUTI, 2003, p. 138).

A negação da cidadania, ao longo da história do Brasil aparece através de sua legislação. É Nilo Batista quem cunha o conceito de *cidadania negativa*, que “se restringe ao conhecimento e exercício dos limites formais à intervenção coercitiva do Estado” (MALAGUTI, 1998, p. 48). Entende que as camadas subalternizadas, ao longo da história brasileira, tem acesso à cidadania pelo seu avesso, especialmente pelos braços do sistema penal. Nesse sentido, observamos que, somente no ano de 1821 é regulamentado, por meio de um decreto as práticas judiciais e policiais: “prisão só com mandado judicial, acusações formais 48h após a prisão, não poderia haver prisão sem condenação por tribunal aberto, não se usariam mais grilhões e correntes. Apenas um detalhe: as mudanças seriam só para os *cidadãos*, ou seja, homens/brancos/proprietários” (MALAGUTI 2003, p. 143).

Será esse *cidadão* que estará presente nos manuais de urbanidade, será a sua cultura, sua religião, sua língua a que farão referência os manuais e que estarão refletidas nas normativas do Estado. O ideal de civilidade, que autorizará o uso da violência por parte do Estado, responde, assim, a esse cidadão homem/branco/proprietário. Nas diversas instituições do Estado – e nesse sentido a escola assume um importante papel, ao lado da família e da Igreja – tal conjunto de referenciais orienta as práticas cotidianas, tendo como foco alcançar e

forjar o que se entende por um *bom cidadão*. Apresentados como neutros, os parâmetros contidos nos *manuals* se constituem como um forte instrumento de dominação.

Na interdependência dos fatores que se somam aos mecanismos de controle, a escola exerce um papel fundamental por ser uma das principais instituições responsáveis oficialmente por “formar o cidadão” e garantir a ele os “padrões de civilidade”. Nesse sentido, a escola vem

responder à exigência de reproduzir e de assegurar as relações sociais existentes, isto é, de conservar a realidade social. Esta realidade se manifesta com uma desigual distribuição dos recursos e dos benefícios, correspondentemente a uma estratificação em cujo fundo a sociedade capitalista desenvolve zonas consistentes de subdesenvolvimento e de marginalização (BARATTA, 2002, p. 171)

A lógica do “indivíduo” e da meritocracia encontra amplo apoio e desenvolvimento nas categorias de análise da ciência moderna – que tende a minimizar as interferências dos aspectos raciais e sociais, das relações de poder, das lutas de classe, da dominação epistêmica – e serve de muito bom grado para explicações que colocam no sucesso ou fracasso da vida escolar no próprio indivíduo, negando o caráter selecionador e excludente desta instituição. De fato, o sistema escolar reflete a estrutura social e contribui para sua manutenção através de mecanismos de seleção, discriminação e marginalização.

Herdeira da tradição do pensamento moderno clássico – eurocêntrico e atravessado por um viés de colonialidade – as instituições educativas tendem a se estabelecer como espaço do conhecimento, reafirmando a concepção da existência de apenas uma cultura, um saber, de forma tal que a cultura e os saberes adquiridos na trajetória de vida dos adolescentes e jovens em situação de rua, por exemplo, não são considerados válidos. O educador fica, nessa perspectiva, em uma posição hierarquicamente superior (e no caso daqueles que estão em situação de rua ainda mais, visto que nesta lógica a diferença comparativa entre a cultura que trazem e a cultura hegemônica é maior) reproduzindo toda uma lógica da dominação e da subalternização. O trabalho realizado por escolas e organizações da sociedade civil acaba, assim, por ser concebido no sentido de viabilizar meios para que esses jovens se apropriarem dos saberes da cultura hegemônica, pregando-se um discurso ilusório – o mito da mobilidade social –, uma vez que o próprio imaginário de civilização ocidental não comporta o fim da subalternidade. Barría Mancilla (2010) aponta que

A existência de uma única história, moderna e eurocêntrica, para além de ser uma pretensão neocolonial, mas apresentada e legitimada com uma verdade incontestável pelo sistema de ensino escolarizado, pois revestida de impecável cientificidade, é uma realidade facilmente comprovável ao lembrarmos os conteúdos curriculares trabalhados na formação de cada um de nós, em qualquer um dos países do ocidente. A leitura de mundo da cultura dominante permeia nossas leituras cotidianamente. O poder produz discursos que rapidamente se tornam hegemônicos e, quase sem percebermos, se tornam consenso no cotidiano, mas não apenas isso. No mesmo movimento, produzem pensamento decolonial (p. 4).

O viés de colonialidade se faz presente ainda nos diferentes ritos institucionais, desde o modo de se vestir, a postura do corpo, até a linguagem utilizada e os conteúdos ensinados. Vale atentarmos para o fato de, em sua grande maioria, os meninos e meninas aqui referidos terem por algum período frequentado a escola. Mesmo Iaiá que se declara analfabeta, diz que foi à escola até o 1º ano do ensino fundamental. O que ocorreu para que deixassem de ir à escola? O que aconteceu para que a escola de algum modo os “expulsasse”? A que tipo de escola tiveram acesso?

A escola talvez tenha sido uma das primeiras instituições oficiais a que tiveram acesso. Poderia, como ocorre para muitos, ter se constituído um espaço de integração, de inserção na sociedade. No entanto, para esses meninos e meninas que estão em situação de rua ou vão chegar a ela, a escola não funciona deste modo. Algebaile (2009) atenta para o fato de que, respondendo às necessidades do Estado brasileiro em formação, e não às expectativas e necessidades sociais, no seu conjunto, a escola que chega aos pobres, no Brasil acabou configurando-se como instituição destinada a uma “integração marginal”. As instrumentalidades da escola como “posto avançado” desse Estado em formação, e das negociações de “pequena política” que o constituíam e orientavam,

ensejou a formulação de propósitos e tarefas dirigidos à escola que, de um ponto de vista educacional, reorientam os sentidos formativos e, de um ponto de vista mais amplo, agregam à essa instituição possibilidades de ação não inscritas no plano propriamente educacional, mas bastante úteis ao trabalho de domínio populacional e territorial que se fazia necessário nesse processo... (p. 147)

A escola assume um papel fundamental no controle social, para além da tendência à reprodução da lógica hegemônica, mas também por exercer uma função relacionada ao controle dos circuitos estabelecidos, ao mesmo tempo que promove a ideia da igualdade de acesso.

Temos assim que a defesa de um direito – como o direito à educação escolar – não é suficiente para construir uma outra sociedade onde esses meninos e meninas tenham respeitados seus modos de estar no mundo, sendo seus conhecimentos reconhecidos e validados. A promulgação do direito à educação, à saúde, à habitação, ou mesmo o princípio da dignidade da pessoa humana, por si, não solucionam os problemas de opressão e subalternização a que estão expostos em maior ou menor grau todos os *não-brancos*, entendidos na concepção de Porto-Gonçalves (2006) – apesar de nos parecer essencial para evitar violações maiores (e mesmo um verdadeiro extermínio). O Estado de segurança apesar de hegemônico não é único. A luta pela defesa e garantia dos direitos, no caso, de crianças e adolescentes, tem conseguido, em uma constante disputa de sentidos, que meninos e meninas

pobres tenham cada vez mais garantidos acessos e respeitados alguns direitos. As tensões colocadas são refletidas nas ações governamentais e, assim, concomitantemente ao Choque de Ordem, temos movimentos de valorização e respeito dos direitos dessa população.

Há ainda, no entanto, que mobilizar muita água para mover o moinho do reconhecimento – humano, social, jurídico – desses meninos e meninas que estão fora do que pode ser alcançado pelo sistema de direitos vigente e pela nossa capacidade de reconstituí-lo à luz de novos parâmetros.

4. CONCLUSÃO OU FAZENDO PARTE SEM FAZER

Pensar a modernidade como um sistema que abarca não apenas os europeus, mas todos os povos, raças e culturas que se encontram integrados em um mesmo processo desde o período da colonização das Américas, nos recoloca questões sobre os papéis e lugares nessa sociedade. Vale retomarmos aqui o que Quijano (2005) nos diz sobre o modo de produzir conhecimento que perpassa nossa sociedade e deixando a marca da colonialidade:

O confronto entre a experiência histórica e a perspectiva eurocêntrica de conhecimento permite apontar alguns dos elementos mais importantes do eurocentrismo: a) uma articulação peculiar entre um dualismo (pré-capital - capital, não europeu - europeu, primitivo - civilizado, tradicional - moderno, etc.) e um evolucionismo linear, unidirecional, de algum estado de natureza à sociedade moderna, europeia; b) a naturalização das diferenças culturais entre grupos humanos por meio de sua codificação com a ideia de raça; e c) a distorcida relocalização temporal de todas essas diferenças, de modo que tudo aquilo que é não-europeu é percebido como passado. (QUIJANO, 2005, p. 250)

É dentro dessa concepção que entendemos que crianças, adolescentes e jovens em situação de rua estão inseridos no contexto da modernidade, especificamente no lado sombrio da modernidade (MIGNOLO, 2005). A leitura hegemônica carregada pela colonialidade fica marcada por um olhar que identifica a modernidade a partir de um prisma eurocentrado e, assim, aloca meninos e meninas em situação de rua como fora, excluídos da sociedade, identificando-os pela falta, pelo que não são e não possuem. No entanto, “a sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios, não de direitos” (MARTINS, 2002, p. 11).

Observamos, aqui, o conceito de exclusão utilizado por Martins. Segundo o autor, a exclusão é própria das sociedades estamentais, quando se tem a naturalização das diferentes categorias sociais, como o foi à época da colonização e que em grande medida permanece até hoje. A ideia da integração por privilégio, ou seja, não por direitos sociais e políticos, é um dos aspectos que ainda permanece em nossa sociedade, e que se escancara na compreensão do pobre como um “desprivilegiado”, indicando formas antidemocráticas de estabelecimento e realização das diferentes formas de pertencimento a uma sociedade. A categoria exclusão é ainda vaga e não explicita as múltiplas situações em que vivem os diferentes grupos, inclusive o fato de não se perceberem “excluídos”, como os definem os que pensam *sobre* a “exclusão”, e aponta para a insuficiência da definição para pensar as desigualdades sociais nas formas complexas da sua produção (MARTINS, 2002).

A categoria “exclusão” apresenta, por um lado, uma vertente conservadora ao

favorecer certo conformismo sobre os modos degradados de inserção social e uma interpretação abrandada das contradições do capital e dos problemas sociais que dele resultam. Por outro, há outra vertente de abordagem que busca afirmar uma perspectiva transformadora, a qual chama de “excluídos” o que é “próprio da *situação de classe do operário*. Isto é, o excluído seria uma vítima da *exploração capitalista*” (2002, p. 31, grifos do autor). Associar o operário a excluído, porém, retira-lhe sua força política e sua possibilidade de transformação da sociedade. A identidade do trabalhador fica invisibilizada pela figura do excluído, vista em um primeiro momento como o possuidor de uma família desestruturada, os que vivem nas ruas, o desempregado, o migrante.

Ainda em diálogo com Martins, entendemos, que permeada por um viés de colonialidade, a categoria “excluídos” reforça seu viés conservador ao pautar as lutas sociais por um aumento *quantitativo* na mesma sociedade que exclui, e tampouco a vertente transformadora enfrenta as raízes do problema, intrínsecos ao capitalismo e à modernidade. A ideia de excluídos aqui estaria profundamente relacionada a estarem *fora* do circuito econômico, sem possibilidade de fazer história. O não reconhecimento da existência de múltiplas histórias, a compreensão eurocentrada de uma linha evolutiva única, reforçam o caráter colonial da categoria. Qual seria a resposta à questão da exclusão? Inclusão na ordem que aí está? As mudanças sociais onde cada vez mais o pobre, como sujeito inserido na sociedade moderna, assume a sociedade de consumo ostensivo, alterando o estado da pobreza, nos põe a pensar na complexidade das formas de inclusão/exclusão.

A supervalorização do consumo cria meios para que este se torne um mecanismo de inclusão, mesmo que para tal o dinheiro venha de meios ilícitos. No momento do consumo e da ostentação do mesmo, pouco importa de onde e a forma como foi adquirido, importando apenas assegurar-se a inclusão, mesmo que precária. O discurso construído de que meninos e meninas em situação de rua são *excluídos socialmente*, que estão *fora dos meios de produção*, ou *fora do sistema*, muito comum no pensamento social hegemônico, ignora que, por diversos modos, eles acabam se inserindo nos circuitos de produção, sem que isto altere sua condição cruel de profunda subalternidade. Um exemplo disto é o trabalho dos catadores de papel nos centros da cidade ou nos lixões, alimentando a indústria papeleira, como nos ensina o estudo de Burstyn (2003).

Vale ressaltar que, contrariamente ao enquadramento na categoria de excluídos, que pressupõe a *desnecessidade* do morador das ruas, no caso dos catadores trata-se de trabalhadores “úteis”. São úteis, na medida em que o fruto de seu trabalho contribui para esferas mais amplas do sistema produtivo oficial. Se são mobilizados para a cata é porque, em última instância, tornam viáveis economias nos custos de produção. (p. 235)

É fato que há uma linha tênue que separa os catadores de papéis e aqueles que estão nas ruas sem esse tipo de trabalho, como é a realidade da maioria dos meninos e meninas identificados como em situação de rua, assim como há uma linha tênue entre a situação de rua e o menino engraxate, ou o que vende doces. No entanto, apesar das sutilezas das diferenças, entendemos que também os que se encontram em situação de rua, pela própria dinâmica de suas vidas, acabam envolvendo-se em diferentes níveis com os processos sociais institucionalizados e de produção. Deixam de incomodar. Ou incomodam menos. Mas, como categorizá-los como incluídos, já que continuam capturados pelos modos mais precários de existir? Por outro lado, como compreender os demais como “excluídos”, silenciando sobre suas tentativas diárias de produzir uma vida na contra-mão do que lhes autorizam? E retirando-lhes, com isto, a possibilidade de autoria da história.

A construção da ideia de estarem *fora* contribui para a naturalização de diversos mecanismos de exploração. Com base em um discurso híbrido, que tanto serve para justificar maior controle e repressão, quanto para promover ações assistencialistas, o que se apresenta cotidianamente são omissões ou ações que, longe de resolverem o problema, parecem contribuir para sua manutenção. É dentro dessa perspectiva que compreendemos que há um processo de inserção simultâneo à própria “exclusão” de que seriam vítimas, ou, nos dizeres de Martins (2002) “toda dinâmica dessa sociedade se baseia em processos de exclusão para incluir” (p. 119). É, contudo, uma inclusão perversa, pautada “na degradação da pessoa e na desvalorização do trabalho como meio de inserção digna na sociedade” (idem, p. 124).

A inclusão perversa, que subalterniza cada vez mais esses meninos e meninas, ocorre, ainda, pelo giro de capitais decorrente do discurso *sobre*. Cada vez mais a dinâmica do capital entende uma parcela da população como descartável, sendo passível de extermínio. O jovem negro e pobre, o “bárbaro da vez”, deve ser contido, controlado, ordenado, civilizado. A ascensão do neoliberalismo que substitui o Estado social pelo Estado penal reorienta o tratamento dado para a população pobre, pautando um profundo processo de criminalização da pobreza. A radicalidade desta forma de inserção pode ser percebida quase em seu limite: a identificação deles como *bárbaros*, representantes do “atraso”, da “desordem”, favorece o desenvolvimento de uma lógica que utiliza a própria perversidade da situação existente para lucrar. No contexto de criminalização da pobreza com características cada vez mais bélicas, como apontam os significativos investimentos tanto no aparelho ostensivo quanto no punitivo, são produzidos e consumidos diversos tipos de armamentos e seus correlatos, como carros blindados, roupas especiais etc, além das instituições punitivas e sua infra-estrutura. Não é à

toa o aparato bélico envolvido em cada um das ações de recolhimento e ainda de modo mais ostensivo nas mega-operações de ocupação das favelas. Hoje o mercado armamentista é um dos que mais movimentam dinheiro no mundo⁸⁹.

Naturalizar e insistir na imagem de um menino *selvagem*, em um monstro social que deve ser exterminado, representante de uma ameaça a ser contida, parece resultar numa fórmula muito bem inserida na atual lógica social, e servir à circulação do capital. É nesse sentido que entendemos que a espetacularização das operações policiais pode ser compreendida como um dos maiores *stands* de vendas diretas e indiretas da indústria da segurança⁹⁰: além de armas, coletes salva-vidas, automóveis, vendem “serviço de segurança para sua casa”, seguros para as propriedades, alarmes, travas, etc. Como diz Galeano (2009):

o medo é a matéria-prima das prósperas indústrias da segurança particular e do controle social. Uma demanda firme sustenta o negócio. A demanda cresce tanto ou mais do que os delitos que a geram e os peritos garantem que assim continuará. Floresce o mercado da vigilância particular e dos presídios privados, enquanto todos nós, uns mais, outros menos, vamos nos tornando sentinelas do próximo e prisioneiros do medo (p. 107)

A “guerra ao tráfico”, o “combate à desordem” parecem, nesse sentido, responder às demandas de um capital internacional, e simultaneamente se efetivarem como um excelente modo de controle e gestão da pobreza. Não é à toa que o controle pelo medo é um artifício usado na América Latina desde o início da colonização.

É fato que o processo de criminalização da pobreza e de giro do capital por meio da indústria bélica não necessita especificamente dos meninos e meninas em situação de rua para existir. Sua maquinaria é muito maior e independente desse único fator. Porém, não podemos deixar de mencionar como fazem parte desse processo, inclusive pelo próprio trânsito que caracteriza suas vidas, e pela compreensão de que o que os define como “situação de rua” tem uma relação mais direta com o local da cidade onde se encontram do que necessariamente com uma característica pessoal. Se em um momento estão nas ruas, em outro podem estar nas comunidades, ou nos abrigos, ou nas instituições de medida sócio-educativa. Em qualquer caso, serão sempre vítimas do processo de criminalização da pobreza, ainda que fora das vistas da “civilização”. Os fios que tecem suas vidas formam redes complexas, porém imbrincadas com os circuitos de produção, o que os torna necessários ao funcionamento da ordem.

⁸⁹ “Em 2002 o orçamento [do departamento de defesa dos EUA] para contratistas foi de 170.738 milhões de dólares, dos quais 10% foi destinado à Lockheed Martin Coop., e outros 10% à companhia Boeing, que engloba a antiga McDonnell Douglas. Isto nos permitira supor que os aviões são prioritários, se não fosse porque 73% das vendas da Lockheed e 33% das vendas Boeing são de armamento (78% e 48% respectivamente em 2003).” (Ceceña, Ana Esther. *Os desafios das emancipações em contexto militarizado*. p. 19).

⁹⁰ Corre em 2011 um projeto de lei que autoriza a publicidade em fardas militares. Ver: http://odia.terra.com.br/portal/rio/html/2011/3/informe_do_dia_projeto_de_wagner_montes_permite_publicidade_em_fardas_153984.html (acesso em março de 2011)

A violação de direitos a que crianças, adolescentes e jovens pobres estão expostos, nas mais diversas esferas de suas vidas, também tem que ser considerada. Não é apenas no que se refere ao direito à cidade, ao uso da cidade. Apesar de uma quase naturalização dos números de mortes oficiais pela polícia, onde muito facilmente nos diversos campos sociais se aceita a ideia do “não tinha outro jeito”, estamos falando de vidas. Vidas de pessoas, de crianças, adolescentes e jovens que se perdem pela lógica belicista do Estado. Vidas de homens e mulheres marcadas pela morte do filho, do irmão, do marido. Vidas de famílias que passam a ser regidas pela lógica do medo, um medo real e concreto de uma violência que lhes é imposta.

Recordo de um episódio que parece simbolizar esse quadro: Maicon, 2 anos, brincava na área de lazer do conjunto do Amarelinho, em Irajá. Assassinado com tiros de fuzil a 2m de distância. Os policiais entraram na comunidade em busca de bandidos e, seguindo orientação, realizam procedimento de colocar-se encostados na esquina da parede e atirar para “liberar” a passagem. Não olham. Não tem que olhar. Maicon brincava. Sua mãe e seu padrasto passam a viver em busca de justiça. Tanto pelos meios formais, na esfera da Secretaria de Direitos Humanos e na Justiça, quanto pela militância política pelo fim da violência policial. Mais de 10 anos se passaram e mesmo estando, no inquérito, o depoimento do policial afirmando que disparou, o reconhecimento da arma, exame de balística, o auto é “inconcluso por falta de provas”.

Casos como o de Maicon são infinitos. Chegamos a um exemplo mais recente, como na Operação de julho de 2007 na Vila Cruzeiro, onde a porta de uma escola municipal serviu de ponto de apoio para a polícia militar, colocando a escola, com seus alunos e professores, no meio do tiroteio e sem a menor preocupação com a vida destes. Fato que ocorreu por mais diversas vezes na porta dessa mesma escola. Podemos chegar ainda em 2010, na Operação de ocupação do Complexo do Alemão, quando, em nome da “pacificação” pessoas tiveram suas casas invadidas, seus pertences roubados, além de uma perseguição cinematográfica a jovens que fugiam feridos. Ou, ainda, podemos chegar em 2011, quando mais uma criança com 11 anos, agora na já então pacificada Vila Cruzeiro, é assassinada pela polícia militar sem que nenhuma explicação oficial seja dada.

A trajetória de vidas gastas nesse ciclo de violência que tem como mote o “combate ao narcotráfico”, ou, mais recente, a própria “pacificação”, concretiza um pouco disso que estamos identificando como as consequências da naturalização da identificação do *outro* como *não-humano*. Pode-se matar porque não é gente e se mata para poder salvá-los (e

salvar-se).

Os sonhos de Gabriela ao brincar de ser “governadora” expressam o desejo de ter uma polícia – sim, o desejo de *ter uma polícia!* – que os “trate como gente” parece ser resposta direta a um tratamento cotidiano que lhes retira sua subjetividade. A desumanização a que estão sujeitas tampouco se limita à violência direta que o Estado os oferece. Dentro das unidades prisionais, ela ganha outro contorno, outro cheiro, mas sempre marcada pela permanência da “monstrualização” dos meninos e meninas, adolescentes e jovens pobres e suas famílias⁹¹.

As instituições prisionais são, assim, mais um espaço onde o Estado falta na garantia da segurança e dos direitos. Um olhar superficial sobre as instituições de internação de adolescentes no Rio de Janeiro nos confronta com as mais diferentes formas de violação de direitos, desde a insalubridade das instalações, que lhes expõe a diversas doenças, às denúncias de tortura, passando pela falta de acesso à educação, à saúde, à cultura, ao lazer, à convivência familiar e comunitária, dentre diversas outras faltas, constituindo um local que nos parece só poder ser concebido dentro de uma lógica perversa de hierarquização e racialização em que se pautam os modos de controle social.

A questão não gira, todavia, em torno da busca da melhor prisão, do melhor modelo para o encarceramento. Cada vez mais compreendemos que tal debate passa pelo próprio questionamento do sentido da prisão, a quem ela se destina e por que se estabelece, enfrentando questões que vem sendo repetidas desde o processo de colonização.

A definição de determinadas formas de “violência” esconde que, no processo mesmo de a definir, se domina. A possibilidade de definir o que é violência, o que é o crime e como deve ser tratado, punido, é destinada a um seletivo grupo que, em oposição, também define o que não é violência. Deste modo, a ofensa à propriedade privada é entendida como muito violenta e deve ser punida com extremo rigor. A fome é menos violenta do que o furto. A falta de acesso à saúde e menos violência do que a “associação ao tráfico de drogas”. Ou mesmo os abusivos juros das instituições bancárias são menos violência do que o roubo. Ou seja, a violência é aquilo que é cometido por um determinado grupo social, a violência tem raça, tem classe. Talvez possamos fazer um comparativo com as diversas expressões da violência: por

⁹¹ É exemplificativo a degradação a que estão expostas as famílias de presos no Brasil (incluindo aqui a de adolescentes internados) a revista íntima a que estão submetidos: para poderem realizar a visita a seus familiares são obrigados a realizar tal procedimento, que constitui em ficar nu diante da guarda (que em princípio obedecem ao critério sexo) e abaixar 3 vezes. A isso estão expostas mães, esposas, filhas dos internos. Não são poucos relatos de mulheres que deixam de realizar a visita por se sentirem profundamente humilhadas nesse “procedimento de segurança”. Já foi enviado um relatório denunciando a visita íntima à Comissão de Direitos Humanos da OEA.

que não entender a transformação das religiões afro-descendentes em “macumba” não é violência? Por que não entender a criminalização do funk como violência? Por que não entender a proibição do uso do espaço público para o trabalho como violência?

A violência sentida por crianças, adolescentes e jovens pobres é geralmente explicada, justificada: é pela segurança, é para prevenir, é para organizar, é para educar. E novamente, sob a justificativa de serem os *outros*, os *bárbaros* são mais ou menos naturalizadas (de acordo com os espaços e grupos sociais, mas raramente com um real questionamento das mesmas) as diferentes formas de violência de que são vítimas. Assim, para o senso comum, não é violência que a polícia passe atirando, que apanhem da guarda municipal, que o recolhimento seja realizado à força, que não tenham direito a uma alimentação de qualidade, à saúde, à educação. Mas, será violência as formas de reação, mesmo que constituídas dentro das mesmas bases. No entanto, a própria ideia de violência não se limita ao apresentado pelo pensamento hegemônico. Nesse sentido, vale trazeremos as observações de Fanon (2005) sobre a violência do colonizado e sua relação com o poder estabelecido. Segundo o autor,

a partir do momento em que o colonizado escolhe a contra-violência, as represálias policiais provocam mecanicamente as represálias das forças nacionais. Entretanto, não há equivalência de resultados, pois a metralhada por aviões ou os canoieiros da frota superam em horror e em importância as respostas do colonizado (p. 108)

As reflexões de Fanon seguem no sentido de compreender que a violência do colonizado unifica o povo: “no nível dos indivíduos, a violência desintoxica. Ela livra o colonizado do seu complexo de inferioridade, das suas atitudes contemplativas ou desesperadas. Ela o torna intrépido, reabilita-o aos seus próprios olhos” (p. 113). A violência que proclamam pode ser entendida como um processo de libertação.

Podemos fazer algumas pontes com o contexto do Rio de Janeiro hoje, e compreendermos o que significa Joaquim demonstrando como faz para conseguir assaltar, o orgulho que aparece ao contar os momentos em que conseguiram provocar o medo, bem como as falas como “eu gosto quando elas sentem medo de mim”. Não nos parece uma fala de um menino *bárbaro* que simplesmente gosta de provocar a desordem. Sua fala vem carregada de uma revolta histórica, de 500 anos em que, por ser negro, é cotidianamente humilhado, que tem sua cultura, sua história, sua língua, seu modo de estar no mundo cotidianamente subalternizado, em que é exposto na mídia como *um risco à sociedade*, ao mesmo tempo em que a educação e a moral lhe dizem para acatar tudo isso. É nesse mesmo tom de revolta que entendemos a fala de Maurício que nos diz que “tem muita mulher branca pior do que a gente”, e se revolta com o fato de os xingarem e partirem sempre do princípio que eles são bandidos prontos a roubá-las. O que significa historicamente ser visto como um

bandido, a “essência do mal”?

A inserção precarizada reforça a ideia de que *eles fazem parte sem fazer*. A instabilidade de seus papéis sociais os faz, em determinados momentos, estarem mais inseridos mesmo que precariamente e de modo profundamente subalternizado do que em outros. A complexidade de suas vidas e dos fios que a atravessam faz com que estejam inseridos sem estar. E aqui retomamos a relação deles com a cidade.

Quando esses mesmos meninos e meninas estão nas comunidades são quase invisíveis. São meninos pobres que em uma comunidade pobre e subalternizada vivem onde lhe é destinado viver. Recebem ali todos os elementos necessários para apenas reproduzirem seu papel social e se manterem em determinados espaços da sociedade, obedecendo determinados circuitos: como menino negro e pobre, que se mantenha na comunidade suja e mal afamada. No entanto, a complexidade da vida, suas múltiplas histórias e demandas, e mesmo as contradições dessa racionalidade moderna-colonial – que, tendo no capitalismo sua expressão econômica, como uma estrutura de controle do trabalho, dos recursos e dos produtos, necessita da aparente inclusão de todos para sua manutenção – contribuem para que algo ocorra nessa garotada para que, em um movimento que em muitos momentos parece ser de indagação, procurem outras possibilidades de vida.

Gregori (2000) observa que a violência do lugar de origem, com a presença sistemática de armamentos e ameaças, com os direitos básicos violados, faz com que não se estabeleça uma distinção entre a violência desses lugares e a das ruas, ao mesmo tempo em que a realidade das ruas não é tão impensada, já que, muitas vezes, em um primeiro momento, os meninos e meninas vão para as ruas com suas próprias famílias para venderem doces. Por sua vez, a vida nas ruas demanda uma série de expertises, que favorecem a consolidação da vida em uma espaço-temporalidade própria que, apesar de encontrar em certos pontos com o pensamento hegemônico, em muito dele se distancia, apontando para a existência de um modo próprio de produzir.

Desse modo, a inclusão perversa a que estão submetidos contribui na criação de um referencial específico que a própria racionalidade moderna-colonial não comporta. É nesse sentido que entendemos que não apenas resistem, mas re-existem na cidade. Para além de vítimas a serem salvas, ou bandidos a serem punidos, esses meninos questionam o mundo que os cerca, ali produzem saberes. Precisamos vê-los, precisamos ouvi-los.

Dentro dos limites deste trabalho, não é possível apontarmos ou definirmos quais seriam exatamente as demandas dos meninos e meninas em situação de rua para as políticas

que os atingem. O que propusemos foi uma reflexão sobre as crianças e os adolescentes em situação de rua, sua relação com a cidade e as possibilidades de direito, no sentido de questionar algumas categorias tradicionais no que se refere a esses meninos e meninas. Assim, buscamos tensionar noções como do menino *bárbaro*, *incivilizado*, que deve ser contido e ter seu trânsito limitado, seus circuitos controlados, bem como as relações destas imagens com a atual política de segurança, dentro da nova onda de criminalização da pobreza, buscando refletir sobre sua influência no que tange ao controle social e à manutenção da ordem estabelecida. Por outro lado, no diálogo com a garotada, identificamos o reconhecimento e a valorização dos espaços de encontro, onde é possível pensar coletivamente sobre as questões que os atingem.

A ruptura com a racionalidade eurocentrada é um esforço cotidiano. A tendência a darmos continuidade ao padrão de dominação euro-norte-americano é muito forte, uma vez que somos atravessados por uma colonialidade do saber e do poder. A identificação de que tal racionalidade acaba por orientar políticas públicas, ações, e programas e assim estes tendem a reproduzi-la, definindo “zonas de risco”, “grupos de risco”, “ações civilizatórias”, dentre diversas outras que se pautam na compreensão da história como uma linha evolutiva que sai da barbárie e chega à modernidade europeia, leva-nos a pensar em outros modos de fazer política. Da mesma forma, o reconhecimento de que esta mesma racionalidade se faz presente, ainda, nos conteúdos escolares, nos filmes, nos livros, e ao contarem a história do vencedor, repetidas vezes, insistem na inferioridade do negro, na submissão das mulheres, na selvageria dos povos originários, nos proporciona elementos para pensar modos distintos de produzir, de ensinar e de aprender.

É justamente pela cidade ser um espaço em constante construção, com relações que se transformam todo o tempo, onde as fronteiras são re-inventadas e de onde se produzem formas novas de estar no mundo, que apostamos na possibilidade de construção de diversos caminhos. Há ainda um longo processo para que sejamos capazes de romper com as amarras do olhar hierarquizante e possamos compreender cada grupo em suas especificidades, em um processo de construção em comunhão. Mas é forçoso caminhar.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. *Escola Pública e pobreza no Brasil. A ampliação para menos*. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. *Expansão metropolitana, erosão da esfera pública e novas exigências sociais de governabilidade*. IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre, UFRS, 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/9porto/eveline.htm> Acesso em outubro de 2009.

ALGEBAILLE, Eveline; VARGENS, Paula; MORAES, Lorena. *A diversificação do trabalho docente no contexto de consolidação da juventude como setor de atuação do Estado*. In: VII Seminário da Rede Estrado. Educação e trabalho docente no novo cenário latino-americano: entre a mercantilização e a democratização do conhecimento, 2010, Lima, Peru. Anais. VII Seminário da Rede Estrado., 2010. v. 1. p. 1-15.

ANZALDÚA, Gloria. *Bordelands/ La frontera: the new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1999.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e a crítica do direito penal*. Rio de Janeiro, Renavan, Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BARRIA MANCILLA, Claudio. *O trampolim da razão subalterna: o circo social e o pensamento social de Nuestra América*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, Faculdade de Educação, 2007.

_____. *Infância, adolescência e juventude em situação de rua no Rio de Janeiro – Brasil*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://seessarua.org.br/partilhando_ideias.php Acesso em setembro de 2010.

_____. “...todo mundo com se fosse branco”, reflexões epistêmicas sobre a colonialidade do saber na formação de professores e professoras. Anais do III Congresso Internacional Diálogo Sobre Diálogos. Grupalfa. Faculdade de Educação. UFF. 2010. disponível em: [http://www.grupalfa.com.br/congressoIII/adm/impresos/trabalhos/1\[11\]CIC2010_862.pdf](http://www.grupalfa.com.br/congressoIII/adm/impresos/trabalhos/1[11]CIC2010_862.pdf) Acesso março de 2011.

BRASIL: *Guia de Políticas Públicas de Juventude*. Brasília, Secretaria Geral da Presidência da República, 2006.

_____. *Política Nacional para Inclusão Social da População em situação de rua*. Brasília, 2008.

_____. Constituição da República Federativa Brasileira de 1988.

_____. Lei nº 8.742, de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

_____. Lei nº 8069, de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri (Org.). *Infância tutelada e educação: história, política e legislação*. Rio de Janeiro: Ravil, 1998.

_____. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo*

- e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- CECEÑA, Ana Esther. *Os desafios da emancipação em um contexto militarizado*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- COLAÇO, Thais L. & DAMÁZIO, Eloise S. *Um diálogo entre o pensamento descolonial e a antropologia jurídica: elementos para o resgate dos saberes jurídicos subalternizados*. Revista Sequência, nº 61, dez. 2010, p. 85 – 109.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. São Paulo: Graal, 1986.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- FALLS BORDA, Orlando. *Investigacion participativa*. Montividéo: Instituto del hombre, 1987.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- _____. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERREIRA, Mônica e NORONHA, Patrícia. As legislações que tutelaram a infância e a juventude no Brasil. In: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri (Org.). *Infância tutelada e educação: história, política e legislação*. Rio de Janeiro: Ravel, 1998.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- GALEANO, Eduardo. *De pernas para o ar - A escola do mundo ao avesso*. Porto Alegre: LP&M, 2009.
- GERMANO, José Willington. *Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2000.
- GOMES, Ana Maria e GOUVEIA, Maria Cristina. A criança e a cidade entre a sedução e o perigo. In: DEBORTOLLI, José Alfredo; MARTINS, Maria de Fátima; e MARTINS, Sérgio (Org.s). *Infâncias na metrópole*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GROSFUGUEL, Ramon. *Descolonizando los paradigmas de la economía-política: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global*. Anais do II Congresso Internacional Diálogo Sobre Diálogos. Grupalfa. Faculdade de Educação. UFF. 2008.
- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.
- JUSTIÇA GLOBAL, *Relatório Rio – Violência Policial e Insegurança Pública*, Rio de Janeiro, 2004.
- LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEITE GARCIA, Regina (Org.). *Método, métodos e contramétodo*. São Paulo: Cortez, 2003
- LEITE GARCIA, Regina e VALLA, Victor. *A fala dos excluídos*. Cadernos Cedes. Campinas: Papirus. p. 9 – 17.
- LONDOÑO, Fernando. A origem do conceito menor. In: DEL PRIORE, Mary. *História da*

criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

MALAGUTI BATISTA, Vera. Filicídio: a questão criminal no Brasil contemporâneo. In: FREIRE, Silene de M. (Org.) *Direitos Humanos: violência e pobreza na América Latina contemporânea*. Rio de Janeiro, Letra e imagem, 2007.

_____. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Instituto Carioca de Criminologia. Freitas Bastos. 1998.

_____. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MARQUES, Roberto. *A escola numa perspectiva espacial*. Dissertação de mestrado. Educação, Niterói: UFF, 2007.

_____. *Produção cotidiana da desigualdade: relações entre escola pública, violência e população, numa favela do Rio de Janeiro*. Anais do III Congresso Internacional Diálogo Sobre Diálogos. Grupalfa. Faculdade de Educação. UFF. 2010. disponível em: [http://www.grupalfa.com.br/congressoIII/adm/impresos/trabalhos/1\[11\]CIC2010_812.pdf](http://www.grupalfa.com.br/congressoIII/adm/impresos/trabalhos/1[11]CIC2010_812.pdf)

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. *A sociedade vista do abismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MATHIEU, Anne. *Frantz Fanon, uma voz dos oprimidos*. Mimeo, 2010.

MIGNOLO, W. D. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SOUSA SANTOS, Boaventura. *Conhecimento prudente para uma vida decente....* São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Histórias locais/projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*, Belo Horizonte, Brasil: UFMG, 2003.

_____. *A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade*. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. *Geopolítica del conocimiento y diferencia colonial mimeo*.

_____. *Sobre descolonización/ descolonialidad una vez más*. Acesso em maio de 2010: <http://waltermignolo.com/2007/12/01/sobre-descolonizaciondescolonialidad-una-vez-mas/>

MIGNOLO, Walter e GROSFUGUEL, Ramon. Intenciones descoloniais: una breve introducción. In: Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.9: 29-37, julio-diciembre 2008 ISSN 1794-2489. Disponível em: revistatabularasa.org/numero_nueve/02grosfoguclMignolo.pdf Acesso em: julho de 2010.

NEDER, Gizlene. *Violência e cidadania*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1994.

_____. *Cidade, identidade e exclusão social*. Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1997, p. 106 – 134.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reivenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENA, Ana Esther. *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

PRINCESWAL, Marcelo e CALDEIRA, Paula. *Os processos de construção e implementação*

de Políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua. Caderno 1. CIESPI. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. *Colonialidad del poder y clasificación social*. Journal of world-systems research. VI 2. Summer/ Fall, 2000, p. 342 – 386. Disponível em: <http://jwsr.ucr.edu> Acesso em outubro de 2010.

REDE RIO CRIANÇA. *A experiência e lições aprendidas no trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua*. (2001 – 2009). Organização Marcia Gatto. Rio de Janeiro: Terra dos Homens, 2010.

RELATÓRIO DA SOCIEDADE CIVIL *para o relator especial das nações unidas para execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais* (Vários). Junho 2007, mimeo.

RIO DE JANEIRO. *Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente em situação de rua*, Deliberação N.º 763/09 Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Assistência Social - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente(AS/CMDCA), 2009.

_____. *Proposta para um plano Municipal da Ordem Pública (Diagnósticos e Proposições)*. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Especial da Ordem Pública, março de 2010.

RIZZINI, Irene et alli. *Crianças e adolescentes com direitos violados*. Situação de rua e indicadores de vulnerabilidade no Brasil urbano. Os Processos de construção e implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua. Caderno 2. CIESP. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

SANTOS, Milton *Pensado o espaço do homem*. São Paulo: Ed.Usp, 2004a.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo, de. USP, 2004.

_____. *A Revolução Tecnológica, a experiência da escassez e os limites da globalização atual*. Disponível em: http://www.unb.br/unb/titulos/milton_santos.php Acesso em janeiro de 2011.

SOUSA SANTOS, Boaventura. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUSA SANTOS, Boaventura e MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA FILHO, Dario S. *Relatório da pesquisa sobre crianças e adolescentes em situação de Rua no centro do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Julho de 2009. mimeo

SPOSITO, Marília Pontes e CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v. xx, n.24, set./dez., p.16-39, 2003a.

TOSTA, Tania L. D.. Memórias das ruas, memórias da exclusão. In: BURSZTYN, Marcel. *No meio da rua*. Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Gramond, 2003. p. 201 - 229

UNESCO. *Políticas públicas de/para/com as juventudes*. Brasília, 2004

UNICEF. *Situação da infância e adolescência brasileiras – 2003*. Relatório em pdf.

VALLA, Vicent. Educação e saúde do ponto de vista popular: procurando compreender a fala das classes populares. In: RAMALHO, J. P., ARROCHELLAS, M. H. (Org..)

Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil. São Paulo, Cortez; Petrópolis: CAALL, 2004. p.137 – 154.

WACQUANT, Löic. *Punir os pobres*. Rio de Janeiro, Instituto Carioca de Criminologia: Renavan, 2007.

_____. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ZACCUR, Edwiges. Por que não uma epistemologia da linguagem? In: LEITE GARCIA, Regina (Org.). *Método, métodos e contramétodo*. São Paulo: Cortez, 2003. p 73 – 90